

R\$ 10,00
ISSN 0103-9717

Plural

Revista da Associação dos Professores da UFSC . nº 11 . ano 7 . setembro/1999

Sindicalismo Hoje



Plural

expediente

Plural é a revista semestral da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina. Diretoria Gestão 1998-2000

presidente

Corália Piacentini

vice-presidente

Milton Muniz

secretário geral

Valmir José Oléias

1º secretário

Gerônimo Wanderley Machado

2º secretário

Selvino Assmann

tesoureiro geral

Carlos Henrique Soares

1ª tesoureira

Vera Maria Ribeiro Nogueira

2ª tesoureira

Aurélio Celeste

diretora de divulgação e imprensa

Regina Carvalho

vice-diretor de divulgação e imprensa

Mário Teixeira

diretora de promoções culturais e científicas

Maria Helena Almança

vice-diretora de promoções culturais e científicas

Sílvia Zanatta Da Ros

diretora de promoções sociais

Elza Costa Muniz

diretora de política sindical

Edna Garcia Fiod

diretor de relações institucionais

Norberto Rech

diretora para assuntos de aposentadoria

Maria Esmênia Gonçalves

conselho fiscal

[efetivos] Idaeto Aued, Virginia Figueiredo Silva,

Sandra Bayerstöff

[suplentes] Antônio de Miranda Wasny, Andrea

Zanella, Luiz Osvaldo Coelho

tiragem 2.600 exemplares

distribuição gratuita para associados

impressão e fotolitos Gráfica Coan

jornalistas responsáveis Alexandre Gonçalves (SC 00636 JP)

e Angelita Corrêa (SC 00467 JP)

projeto gráfico/diagramação Angelita Corrêa

ilustração Frank Maia

revisão Ponta Final

Opiniões emitidas nos textos são de responsabilidade dos respectivos autores

Para fazer contato com a APUFSC:

Blocos Modulados – Campus Universitário

C.Postal 5011 – Florianópolis – SC – CEP 88040-900

home-page:

www.apufsc.ufsc.br

e-mail:

apufsc@mbox1.ufsc.br

fone/fax:

(48) 234-2844 / 234-5216



Plural

EDIÇÃO ESPECIAL

 **APUFSC-SSind**

Sindicalismo hoje

Iniciamos o século XX com movimentos insurgentes que resultaram em organizações sindicais. Essas idéias, trazidas ao Brasil pelos imigrantes que "sonharam com a paz além-mar", representam importante passo na construção de uma instituição que, na Europa, tinha quase um século de existência.

Os anos 20 e 30 do século XX marcam época na história brasileira como os anos de busca da proteção do trabalho, de difusão de projetos anarco-sindicalistas, socialistas e comunistas e, além disso, da invenção de sindicatos. A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) é expressão e resultado desse período. Espelha uma realidade na qual predomina o confronto e a cooptação. Antes de serem instituídos sindicatos oficiais, na era varguista, há um período de intensas manifestações e de greves contrárias ao capital. A institucionalização, contraditoriamente, é conquista e controle do movimento.

O movimento sindical emerge no Brasil como uma força política e reconhecimento de que os operários também têm voz. As greves e as reivindicações por melhores condições de trabalho e de vida têm, portanto, raízes nesta história que se mostra, hoje, com características um tanto quanto distintas daquelas do início do século.

Nessa história não pode ser olvidada a participação decisiva dos operários, que precisam de um longo tempo para construir sua identidade social e de classe política. Desde o século XVIII, temos trabalhadores assalariados, e somente no século XIX, mais precisamente em 1832 e na

Inglaterra, surge o primeiro sindicato. Cem anos depois algo semelhante ocorre no Brasil. A rigor, a história do movimento sindical é, primeiramente e sobretudo, européia. Só no século XX esse movimento desloca-se para países denominados semiperiféricos, que desde os anos 70 do século XX têm-se mostrado ascendentes em termos de distúrbios sociais.

Conforme Arrighi, em *A ilusão do desenvolvimentismo*, "o influxo subsequente de investimento estrangeiro (direto e indireto) contribuiu para uma série de 'milagres econômicos' periféricos nas décadas de setenta e oitenta. Mas a expansão das indústrias de produção de massa de capital intensiva que acompanhou estes 'milagres econômicos' também criou uma nova classe trabalhadora com um significativo poder de ruptura. Os trabalhadores exerceram este em ondas de luta recorrentes durante os milagres semiperiféricos das décadas de setenta e oitenta — no Brasil (...) e África do Sul (...) na década de setenta e, na Coreia do Sul, na década de 80."

Se consideramos que a humanidade tem, pelo menos, 20 séculos, podemos dizer que as organizações sindicais são muito recentes na história e coincidem com a emergência do capitalismo industrializante. Até que este movimento se tornasse institucionalizado, tal como hoje, passou por uma travessia turbulenta. Sua história lembra os primórdios da revolução industrial, quando emergem os personagens sociais burguês e operário.

E quanto à história sindical no

serviço público, esta é ainda mais recente. Ainda assim, é oportuno indagarmos sobre os limites desse movimento que se quis utópico, interlocutor legalmente reconhecido, ainda que não institucionalizado. Como ponto de partida de um balanço de final de século, temos a constatação de uma grave crise que perpassa esse movimento sindical em geral, e de uma história de muitos problemas, o que de forma alguma é novidade. A simples menção ao movimento sindical, hoje, sugere uma imagem de algo que se exaure mais e mais a cada dia. Analogamente, podemos até evocar a imagem do romancista gaúcho de *Incidente em Antares*: assembleias esvaziadas, ausência de lideranças, corporativismo, burocratismo, dificuldades de toda ordem parecem evidenciar que estamos diante de uma situação em que os mortos-vivos comandam o processo. Contrariando as leis da natureza, apesar de mortos, insistem em querer manter-se no mundo dos vivos, recusam-se a serem enterrados (Érico Veríssimo, 1987).

Qual é o sindicato que mais cresce no Brasil? Ironia das ironias, hoje, o sindicato que mais cresce não é o dos metalúrgicos, que é expressivo em 1987 (Antunes, 1988), mas o sindicato dos aposentados. Organizados, realizam encontros periódicos, congressos anuais e possuem até mesmo uma Confederação Nacional. Nas manifestações de rua, eles também têm levado a dianteira. Em 1991 um fato conhecido como "Ação 147%" coloca os aposentados em destaque nacional. São os aposentados organizados que, primeiramente, clamam pela destituição do primeiro

presidente eleito democraticamente depois da ditadura.

Voltemos aos sindicalizados da ativa e em especial ao sindicalismo entre os servidores públicos. Este nasce na conjuntura dos anos 80 e enraiza-se em todo o país, na expressão de Nogueira. O que faz o servidor público, figura social existente desde tempos remotos, precisar sindicalizar-se nos anos 80 do século XX? Nas explicações desta manifestação estão a construção de uma identidade social e política, direitos perdidos, perda de poder aquisitivo... Facilidades na constituição de sindicatos, apesar da legislação contrária, marcam esta história: o sindicalismo do serviço público, majoritariamente filiado à CUT, não enfrenta problemas de disputa com a Força Sindical. Suas dificuldades para enfrentar o desmonte dos direitos sociais, um dos motivos que levam à sindicalização, são de outra ordem. Aqui, o descenso, assim como a paralisia, evidenciam-se como aspecto de realidade, não é obra de ficção. Aqui o consenso tem sabor de luta.

O seminário Sindicalismo Hoje, promovido pela APUFSC, buscou ampliar a reflexão acerca deste assunto controverso e trazer algumas luzes às dificuldades de quase todos aqueles que se vêem diante do desafio de avaliar e propor alternativas sindicais no presente. O tema central desta Plural, subproduto do seminário, procura subsidiar e atualizar a discussão.

BERNARDETE W. AUED

Coordenadora do Seminário Sindicalismo Hoje



Especial seminário **SINDICALISMO HOJE**

06. Reestruturação do capital e desafios do sindicalismo

Ricardo Antunes

10. Desafios do sindicalismo no setor público brasileiro

Arnaldo Nogueira

18. Os sindicatos no limiar do século XXI

Graça Druck

24. Globalização e crise sindical: o caso francês

Ariovaldo Santos

30. O sindicalismo entre o Estado e o mercado

Celso Frederico

34. Trabalhadores e sindicatos no Brasil de hoje: os dilemas da CUT

Marcelo Badaró

44. O sindicato diante das políticas neoliberais

James Petras

52. Imagens vencedoras

As fotos premiadas no concurso fotográfico Sindicalismo Hoje

E MAIS:

56. Os estorvos do sindicalismo hodierno

Josecleto Costa de Almeida Pereira

60. Desastre neoliberal e governo tutelado. Até quando?

Remy Fontana

66. A GED no contexto da reforma do Estado

Valmir Oléias

70. A supressão dos Colégios de Aplicação

Olinda Evangelista

74. Os 500 anos – A conquista interminável

Rogério Souza

Reestruturação do capital e os desafios do sindicalismo

RICARDO ANTUNES

Professor Livre-Docente em
Sociologia do Trabalho da
Universidade de Campinas
(UNICAMP)¹



O capitalismo contemporâneo, com a configuração que vem assumindo nas últimas décadas, acentuou sua lógica destrutiva, em que se desenham algumas de suas tendências que têm afetado fortemente o mundo do trabalho. O padrão de acumulação capitalista, estruturado sob o binômio taylorismo e fordismo, vem sendo crescentemente alterado, mesclado ou mesmo substituído pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o toyotismo são exemplos.

Do mesmo modo, o welfare state, que deu sustentação ao modelo social-democrático em vários países centrais, vem também sendo solapado pela desregulamentação neoliberal, privatizante e anti-social. Tendo na reestruturação produtiva do capital a sua base material, o projeto neoliberal assumiu formas singulares e fez com que diversos países capitalistas reorganizassem seu mundo produtivo, procurando combinar elementos do ideário neoliberal e dimensões da reestruturação produtiva do capital.

Cada vez mais próximos da agenda neoliberal, os diversos governos social-democratas do Ocidente têm dado enormes exemplos de compatibilização e mesmo defesa desse projeto,

como é o caso também do New Labour de Tony Blair, na Inglaterra, onde o que resta do *welfare state* tem sido crescentemente substituído pelo receituário que articula elementos básicos do neoliberalismo e do mundo produtivo do capital.

Durante os anos 80 o processo de reestruturação produtiva do capital começou a introduzir as primeiras mudanças no Brasil. Ainda que em seus traços básicos o padrão de acumulação capitalista permanecesse essencialmente aquele existente desde o golpe de 1964, foi possível presenciar algumas mutações organizacionais e tecnológicas no interior do processo produtivo e de serviços, ainda que evidentemente num ritmo muito mais lento do que aquele experimentado pelos países centrais. Isso porque, até então, o país ainda estava relativamente distante do processo de reestruturação produtiva do capital e do projeto neoliberal, em curso acentuado nos países capitalistas centrais.

A partir de 1990, entretanto, com a ascensão de Fernando Collor e depois com Fernando Henrique Cardoso, esse processo intensificou-se sobremaneira, com a implementação de inúmeros elementos que reproduzem, nos seus traços essenciais, o receituário neoliberal. Desse modo, no estágio atual, ao final dos anos 90, a reestruturação produtiva do capital no Brasil é bastante expressiva e seus impactos recentes são mais significativos. Combinam-se

processos de *downsizing* das empresas, um enorme enxugamento e aumento das formas de superexploração da força de trabalho, verificando-se também mutações no processo tecnológico, informacional e organizacional. A flexibilização, a desregulamentação e as novas formas de gestão produtiva estão presentes em grande intensidade, indicando que o fordismo, ainda dominante, também vem se mesclando com novos processos produtivos, com as formas de acumulação flexível e vários elementos oriundos do chamado *toyotismo* do modelo japonês, que configuram as tendências do capitalismo contemporâneo.

É verdade que a inexistência de uma força de trabalho "qualificada" ou multifuncional, no sentido que lhe é dado pelo capital (apta a operar com maquinaria informatizada), pode se constituir, em alguns ramos produtivos, como elemento com potencial para obstaculizar em parte o avanço capitalista. Mas é decisivo enfatizar que a combinação obtida pela superexploração da força de trabalho e sua baixa remuneração, com alguns padrões produtivos e tecnológicos mais avançados, constitui-se em elemento central para a inversão produtiva de capitais. Em verdade, para os capitais produtivos interessa a confluência de força de trabalho "qualificada" para operar com os equipamentos microeletrônicos, bem como a existência de padrões de sub-remuneração e exploração intensificada, além de condições

plenas de flexibilização e precarização da força de trabalho. Em síntese, a vigência da superexploração do trabalho, combinando a extração da *mais-valia relativa* com a expansão das formas de extração da *mais-valia absoluta*, isto é, combinando avanço tecnológico com prolongamento e intensificação do ritmo e da jornada de trabalho.

Este processo de reestruturação produtiva do capital, desenvolvido em escala mundial a partir dos anos 70, forçou uma redefinição do Brasil em relação à divisão internacional do trabalho, bem como sua (re)inserção junto ao sistema produtivo global do capital, numa fase em que o capital financeiro e improdutivo expande-se e também afeta fortemente o conjunto dos países capitalistas. Por certo, a conjugação destes experimentos mais universalizantes, aliados às condições econômicas, sociais e políticas que particularizam o Brasil, tem gerado fortes consequências no interior do seu movimento social, em particular junto aos movimentos operário e sindical.

Por isso, o estágio atual da reestruturação produtiva do capital no Brasil é mais expressiva e seus impactos recentes são bastante significativos. Combinam-se processos de "reorganização" das empresas, incluindo-se também as empresas públicas e estatais, que deveriam ter um sentido social e público profundo e não uma lógica de *balcão e privatizante*. Os recentes "apagões" no país, as falhas no sistema de telefonia, etc., mostram a barbárie das privatizações e a tentativa de destruição do que deveria ser *necessidade pública e social*.

Nesse contexto, o maior desafio do sindicalismo de esquerda está em elaborar conjuntamente com movimentos sociais e partidos políticos anticapitalistas uma alternativa contra a ordem, com claros contornos socialistas. Juntamente com o MST e outras experiências de base dos trabalhadores, o desafio maior está em avançar na elaboração de um programa com um desenho alternativo e contrário ao atual, formulado sob a ótica dos trabalhadores, capaz de responder às reivindicações

É decisivo enfatizar que a combinação obtida pela superexploração da força de trabalho e sua baixa remuneração, com alguns padrões produtivos e tecnológicos mais avançados, constitui-se em elemento central para a inversão produtiva de capitais.

imediatas e cotidianas do mundo do trabalho, mas tendo como horizonte uma organização societária fundada em valores socialistas e efetivamente emancipadores, que não tenha ilusões quanto ao caráter destrutivo da lógica do capital.

Os pontos de partida desse programa podem ser assim resumidos:

- 1) eliminar a superexploração do trabalho;
- 2) realizar uma reforma agrária ampla e radical, contemplando os vários interesses coletivos dos trabalhadores e despossuídos da terra;
- 3) impulsionar o patamar tecnológico brasileiro, mas em bases reais, com ciência e tecnologia de ponta desenvolvidas em nosso país e cujo eixo seja voltado prioritariamente para o enfrentamento das necessidades mais profundas da nossa classe trabalhadora;
- 4) controlar e coibir fortemente inúmeros setores monopólicos, contraditar a hegemonia do capital financeiro e limitar as formas de expansão e especulação do capital-dinheiro, incentivando, ao contrário, as formas de

produção voltadas para as necessidades sociais da população trabalhadora, para a produção de coisas socialmente úteis;

5) resgatar o caráter público e social das empresas estatais, através da participação efetiva dos funcionários e da população diretamente envolvida, contra a lógica da privatização e destruição da res pública.

Um projeto com estes contornos, aqui somente indicados em alguns poucos pontos mais imediatos, será resultado da articulação de experimentos sociais de base e reflexões coletivas. Ele poderá criar as condições necessárias, preliminares, para seu aprofundamento subsequente, então já dotado de um maior sentido universalizante e socialista, num espaço que necessariamente transborda o espaço nacional.

Além de participar ativamente na elaboração de um projeto com os contornos acima citados, de maneira articulada com partidos e movimentos sociais de base (tendo clareza de que seu horizonte societal é para além do capital e da atual sociedade capitalista), o sindicalismo de esquerda no Brasil encontra-se também diante de um conjunto de desafios mais propriamente organizacionais, que dizem respeito à própria sobrevivência dos sindicatos enquanto forma de organização dos trabalhadores.

Poderíamos também sintetizá-los, ao menos alguns deles, deste modo:

1) romper a enorme barreira social que separa os trabalhadores "estáveis", em processo franco de redução, dos trabalhadores em tempo parcial, precarizados, subproletarizados, em significativa expansão no atual cenário mundial. Devem organizar e auxiliar na auto-organização dos desempregados, empenhando-se fortemente na organização sindical ampla dos trabalhadores hoje desorganizados. Ou os sindicatos organizam a classe trabalhadora em seu conjunto ou estarão cada vez mais limitados e restritos a um contingente minoritário e parcial dos trabalhadores;

2) reconhecer efetivamente o direito de auto-organização das mulheres trabalhadoras, parte decisiva do mundo do trabalho, que sempre estiveram excluídas do espaço sindical dominado pelos homens trabalhadores. Devem articular as questões de classe com aquelas que dizem respeito ao gênero. Devem também incorporar as novas categorias de trabalhadores e trabalhadoras que não têm tradição anterior de organização em sindicatos e para os quais um sindicato contemporaneamente classista, no horizonte do século XXI, deve incorporar, se não quiser restringir-se ao âmbito restrito e cada vez menor dos "trabalhadores estáveis";

Ou os sindicatos organizam a classe trabalhadora em seu conjunto ou estarão cada vez mais limitados e restritos a um contingente minoritário e parcial dos trabalhadores.

3) romper com a tendência crescente de *institucionalização* e *burocratização* que tão fortemente tem marcado o movimento sindical em escala global e no Brasil, e que o distancia das suas bases sociais, aumentando ainda mais o fosso entre as instituições sindicais e os movimentos sociais autônomos. A experiência da recente greve dos funcionários públicos franceses, em novembro/dezembro de 1995, contrapondo-se à moderação e adesão de algumas centrais sindicais, é importante exemplo dessa imperiosa necessidade de retomar a base social dos *sindicatos de esquerda* e romper seu *burocratismo* e *institucionalismo*. O resgate do *sentido de pertencimento de classe* é hoje seu desafio mais decisivo;

4) romper a barreira, imposta pelo capital, entre *luta sindical* e *luta parlamentar*, entre *luta econômica* e *luta política*, articulando e fundindo as lutas sociais, extraparlamentares, autônomas, que dão vida às *ações de classe*. Como o capital exerce um domínio extraparlamentar, é grave equívoco querer derrotá-lo com ações que se restringem ou privilegiam o âmbito da institucionalidade. Os sindicatos e os movimentos sociais de trabalhadores devem procurar *ampliar* e *fundir* suas lutas sindicais e políticas, dando amplitude e abrangência à luta contra o capital, e evitar de todo modo a separação mecânica, realizada pelo capital, entre a luta econômica e a luta política.

Os sindicatos e os movimentos sociais de trabalhadores devem procurar *ampliar* e *fundir* suas lutas sindicais e políticas, dando amplitude e abrangência à luta contra o capital e evitar de todo modo a separação mecânica, realizada pelo capital, entre a luta econômica e a luta política.



Nota do texto

1. Autor de, entre outros, *Adeus ao trabalho?* (São Paulo: Cortez, 1995), organizador de *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos (reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra)*, (São Paulo: Boitempo, 1997) e Coordenador da *Coleção Mundo do Trabalho* (Ed. Boitempo).

Desafios do sindicalismo no setor público brasileiro

**ARNALDO MAZZEI
NOGUEIRA**

Professor Doutor da FEA-USP e
FEA-PUC

Em maio de 1998, comemoraram-se no ABC paulista 20 anos da greve da Scania, conhecida pela tática "Braços Cruzados e Máquinas Paradas". Renascia o movimento sindical no Brasil e emergia um projeto de um novo sindicalismo, centrado nos operários do ABC, consumado e ampliado nos anos seguintes. Ao lado da mobilização operária, a memória registra no ano de 1978 outro movimento bastante significativo: a greve dos professores da rede pública estadual de São Paulo. Nascia o sindicalismo no setor público, ampliando a base social das práticas do novo sindicalismo no Brasil. O objetivo deste texto é analisar algumas características da emergência dos funcionários públicos no movimento sindical e os seus desafios futuros.

Breve histórico do movimento sindical no setor público brasileiro

A periodização da organização associativa e sindical dos servidores é peculiar

em comparação com a dos demais assalariados urbanos no Brasil. No primeiro período, compreendido entre 1930 e 1978, predominam as associações de caráter assistencial, não se podendo falar de um sindicalismo no Estado, mas apenas de um ensaio do movimento, enquanto para o conjunto da classe trabalhadora é criado o sindicalismo oficial de Estado cuja trajetória varia entre períodos de maior e menor controle político da ação sindical (1937-45 e 1964-78 para o primeiro caso e 1945-64 para o segundo); o segundo, entre 1978 e 1988, é dado pelo desenvolvimento do caráter sindical das associações antigas e pela formação das novas associações no contexto do nascimento e expansão do novo sindicalismo no setor privado; e o terceiro, após 1988, é dado pela legalização da livre associação sindical no Estado e de liberalização limitada para o setor privado. Esse momento compreende a expansão dos sindicatos no Estado e pode ser interpretado como fase de consolidação ou institucionalização difícil, seguida de crise.

A história do novo sindicalismo do setor público começa, de fato, a partir de 1978, estabelecendo com o novo

sindicalismo do setor privado uma relação direta. O ano de 1978 foi um marco no processo de organização dos servidores públicos, porque começam a emergir os primeiros sinais da transição das associações tradicionais para as novas formas de associação de caráter sindical e de oposição política ao Estado militar. Desde os anos 30 até a década de 70, os servidores públicos construíram suas associações de caráter sobretudo corporativo e assistencial.¹ A partir de 1978, o evento pioneiro da greve dos professores da rede estadual de ensino em São Paulo inaugurava uma nova fase do movimento no setor público, devido às seguintes características: paralisação organizada por um comando de greve independente da Apeoesp (a associação dos professores era contrária à greve), que resultou em movimento de massa envolvendo cerca de 80% da categoria de 180 mil professores, durante diversas semanas, com poucos resultados econômicos, mas com um saldo político decisivo no que se refere à mobilização e organização do movimento, como demonstra a conquista da direção da Apeoesp no ano seguinte. No mesmo contexto, eclodiram greves de professores no Paraná e em Brasília. Em 1979, o centro do

movimento grevista dos professores transfere-se para o Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.² Os professores atuaram como uma espécie de vanguarda do movimento dos servidores públicos e das classes médias em geral, lembrando muito a ação dos operários do ABC e da Oposição Metalúrgica de São Paulo com relação ao conjunto do movimento operário e sindical.

As greves entre 1978 e 1983 mostravam a expansão do movimento de assalariados da classe média. Médicos assalariados, antes profissionais autônomos, e funcionários do sistema de saúde pública promovem paralisações do trabalho; professores universitários, principalmente das universidades públicas, também paralisam o trabalho e avançam no seu processo de organização, como demonstra a trajetória de formação da Andes (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior). Outras categorias organizadas em sindicatos e associações promoveram greves como a dos atores de teatro e cinema, fotógrafos, jornalistas e funcionários públicos, entre outros. Em particular, os funcionários públicos civis destacam-se devido à inserção no interior do aparelho central

Os professores atuaram como uma espécie de vanguarda do movimento dos servidores públicos e das classes médias em geral, lembrando muito a ação dos operários do ABC e da Oposição Metalúrgica de São Paulo com relação ao conjunto do movimento operário e sindical.



do Estado e da burocracia pública nos seus diversos níveis (municipal, estadual e federal). Além da participação no movimento grevista, registra-se a multiplicação de associações de profissionais e de técnicos no país.³

Depois disso, o movimento grevista dos servidores não parou de crescer. No período 1978-86, os servidores públicos, juntamente com os assalariados de classe média, foram responsáveis por 24,6% das paralisações do trabalho, e em termos de jornadas não trabalhadas e número de grevistas suplantam o setor privado desde o ano de 1981 (Cf. NEPP, 1987).

A "contabilidade" dessas greves do setor público, considerando dez anos (1978-87), mostra as seguintes categorias por ordem decrescente em termos de número de greves realizadas: primeiro, os servidores públicos de ministérios e secretarias (10,5%); segundo, os professores de escolas e universidades (6,0%); terceiro, os médicos (2,4%); quarto, os funcionários de estabelecimentos de saúde (1,7%); quinto, os servidores em geral (1,4%); e sexto, os funcionários de escolas e universidades (0,9%). Em jornadas não trabalhadas os professores de escolas e universidades aparecem em primeiro lugar com 33,1% do total, seguidos dos servidores públicos em geral com 16,7%; em terceiro, os servidores públicos de ministérios e secretarias (8,2%); em quarto,

funcionários de estabelecimentos de saúde (4,4%), em quinto, funcionários de escolas e universidades (3,7%), seguidos dos médicos (2,3%) (Noronha, 1991).

Nos anos 1987, 1988 e 1989 há um ascenso das greves dos servidores públicos. Esses trabalhadores (federais, estaduais e municipais) deflagram 838 greves (o maior número de greves em um ano e o maior percentual — 38,2% — do total desde 1978) e mantêm um patamar elevado nos anos seguintes de 1.116 e 1.298 greves, respectivamente. Em termos de jornadas não trabalhadas, estes anos apresentam uma média aproximada de 70% para o setor público e 30% para o setor privado (Cf. NEPP, 1989 e Noronha, 1994). Com esses índices de greves no setor público o Brasil atingiu um dos primeiros lugares em jornadas não trabalhadas, sendo o setor público o seu principal protagonista. O pico do movimento grevista do setor público coincide com os anos 1988 e 1989.

Servidores públicos ou trabalhadores?

A partir desses dados iniciais, podemos inferir que a noção de servidor público, ora como funcionário patrimonialista, ora como burocrata no sentido weberiano, vinha sendo questionada na prática e transitava para a noção de trabalhador do setor público,

diante das tentativas de sua afirmação como força de trabalho em conflito com o Estado, por meio da atividade sindical e grevista. As greves, sobretudo salariais, mas também políticas, revelam a busca, pelos empregados do setor público, das formas históricas de luta operária e dos demais assalariados. Nesse sentido o direito de sindicalização do servidor público civil, consagrado na Constituição de 1988 (Artigo 37/VI), significou um marco formal de um movimento real mais amplo e de importância inédita no campo do trabalho e do sindicalismo no Brasil (Nogueira, 1993).

Em geral, o trabalho no setor público não tem os mesmos parâmetros econômicos válidos para os demais assalariados no sistema de produção de mercadorias e de valor, cuja variação dos salários, da jornada ou do ritmo de trabalho, da intensidade tecnológica em relação à da quantidade de força de trabalho estabelecem relação direta com a produtividade e os lucros. Essa ausência e as características do processo de trabalho em serviços mais individualizados e simbólicos condicionam os problemas de organização coletiva ou sindical.

No entanto, a situação de crise econômica e de transição política da ditadura à democracia no contexto brasileiro foi determinante para despertar nos trabalhadores dos serviços públicos a busca pelas formas clássicas de associação e

organização sindical e também de novas identidades de classe com os demais trabalhadores. Em torno dessa questão concorrem diversos outros fatores,⁴ mas o essencial no caso do Brasil foi a combinação da crise econômica, crise do Estado e transição política, que provocou o arrocho salarial e a deterioração das condições de trabalho dos funcionários públicos. Nas distintas fases da transição — a abertura controlada do regime militar (1979-1984), a Nova República (1985-1988) e a democracia constitucional após 1988 — o movimento grevista e sindical dos servidores públicos teve nítido ascenso. As greves dos servidores são econômicas e políticas, assim como todas as greves desse período, sendo que no primeiro caso são "mais" políticas que as outras porque ocorrem diretamente no aparelho de Estado e interferem na mediação entre Estado e sociedade de classes.

As transições — servidor-trabalhador e associação tradicional—associação sindical — encontram explicação em um complexo de questões: a dimensão objetiva da crise econômica e crescimento do Estado, que implicou deterioração dos salários e das condições de trabalho dos trabalhadores públicos, e a dimensão subjetiva, por meio da formação e/ou reorganização das suas entidades de classe, da reorganização do movimento trabalhista e sindical e da luta pelas liberdades democráticas em geral.

Essa dupla dimensão econômica e política da emergência do sindicalismo no setor público é captada pela análise de Antunes (1995) em balanço do novo (e do velho) sindicalismo. Ao discutir as principais tendências do movimento grevista e os desdobramentos do nascimento das Centrais Sindicais, contempla, necessariamente, o tema dos trabalhadores e do sindicalismo no setor público. Segundo o autor, a incorporação crescente dos assalariados médios e dos trabalhadores de serviços no movimento grevista, que, no caso dos funcionários públicos, tem características de longa duração e de elevado índice de jornadas não trabalhadas, vem do fato de os assalariados médios vivenciarem um processo de empobrecimento e de aproximação gradativa à situação salarial dos operários industriais. Esse quadro, segundo o mesmo estudo, trouxe à luz a problemática da organização dos setores médios em associações, sindicatos ou comissões de empresas; colocou também um desafio aos mesmos, no sentido da priorização da dimensão sindical de suas entidades para atender às demandas das bases e da incorporação no movimento sindical mais geral, o que exige o posicionamento sobre a ordem política, econômica e social.

A demonstração da causalidade econômica emerge da própria análise do movimento grevista no setor público brasileiro. A explosão das greves

na década de 80, principalmente na esfera pública, levaram o Brasil, após 1985, a se situar entre os países com maiores taxas de greves. Até início dos anos 80, as greves predominavam na área privada; no decorrer da década, e a partir de 1987, mais de 60% dos grevistas e 80% das jornadas perdidas corresponderam ao setor público. Características tais como a constante deterioração salarial no setor público, o tamanho das categorias sem referência do enquadramento sindical de base municipal, o Estado como padrão único e a abrangência das entidades dos servidores em nível estadual e nacional facilitaram a ocorrência de greves abrangentes e de longa duração. Além disso, o movimento grevista dos servidores encontra, do lado do Estado, grande rigidez nas negociações. De acordo com Noronha (1990), os movimentos na esfera pública são caracterizados pela não-negociação, morosidade no desfecho dos acordos e violência nos conflitos. Antes de 1988, quando greves e sindicatos eram proibidos para o setor público, até se compreende essa situação. Mas o problema não se altera substantivamente mesmo com a conquista da liberdade sindical e do direito relativo de greve na Constituição.

A situação econômico-salarial na administração pública comprova o argumento acima e aponta outro indicador para essa discussão. Segundo Almeida (1993), apesar de toda

A demonstração da causalidade econômica emerge da própria análise do movimento grevista no setor público brasileiro. A explosão das greves na década de 80 principalmente na esfera pública levaram o Brasil, após 1985, a se situar entre os países com maiores taxas de greves.

a mobilização grevista o setor público alcançou resultados negativos e inferiores aos do setor privado, considerando a taxa de conquista de reivindicações (taxa de demandas atendidas exclusivamente graças às greves) entre 1978 e 1987. Em 1988 e 1989 o setor público tende a apresentar resultados positivos na parte salarial, mas, considerada a taxa de inflação, não houve sustentação dos índices conquistados.

A situação de queda salarial devido às perdas inflacionárias e o aumento dos níveis de emprego criam condições favoráveis à emergência e expansão da atividade sindical e grevista no setor público.

A emergência do sindicalismo no setor público tem nas dimensões subjetiva e política outra fonte de explicação. Um indicador desse processo está na participação de entidades associativas e sindicais dos trabalhadores públicos na criação da CUT em 1983. Ou seja, convergiam identidades sindicais e de oposição política ao regime militar. Ao longo dos

anos 80 é crescente a inserção das organizações dos servidores na CUT, que, desde o seu nascimento, não era uma central exclusiva de sindicatos oficiais e permitia a inserção de associações dos servidores públicos, bem como de movimentos de oposição sindical. A CUT é extremamente importante porque caracteriza uma das modalidades dos sindicatos públicos a partir de uma concepção mais combativa, independente e classista, própria das origens do novo sindicalismo. Diríamos que a CUT e o movimento sindical dos funcionários públicos estabeleceram relações recíprocas.

Liberdade sindical no setor público

A prática da liberdade sindical, paradoxalmente, foi experimentada do ponto de vista organizatório pelo movimento associativo e sindical dos funcionários públicos em um contexto onde eram proibidos os direitos de greve e de formação de sindicatos oficiais. A

Constituição de 1988 formalizou e legalizou esse processo, significando uma conquista importante dos servidores públicos em termos do significado subjetivo no processo ainda incompleto de transição de consciência e de práticas de servidores para trabalhadores públicos. De outro lado, foi uma conquista parcial, mostrando os desafios da liberdade sindical no contexto particular das relações entre Estado e Sociedade no Brasil.

Mesmo com esses limites, a emergência do sindicalismo no Estado a partir da transição servidor-trabalhador e das mudanças das associações tradicionais em associações de caráter sindical e de oposição política foi um passo fundamental. Esse processo desenvolve-se por meio das greves econômicas, da luta política pela democratização e da articulação com o conjunto do movimento sindical. Na transição da abertura do regime militar para a Nova República e desta para a democracia constitucional o movimento associativo-sindical dos servidores públicos experimenta uma expansão organizatória e mobilizatória.

Nesse aspecto, não se pode reduzir o movimento dos servidores públicos à luta pelo direito de sindicalização ou pela estrutura sindical oficial. Observando, em particular, a dinâmica do movimento grevista, dada pela longevidade das greves sobretudo salariais, negociações difíceis e morosas,

longas jornadas não trabalhadas, poucas conquistas econômicas envolvendo setores estratégicos como saúde e educação, entre outros, podemos afirmar que o sentido da liberdade sindical no Estado e da garantia da atividade sindical é bem mais complexo e abrangente.

Do ponto de vista organizatório, o sindicalismo no Estado desenvolve-se com mais independência, autonomia e democracia, relativamente ao sindicalismo do setor privado. Após a Constituição de 1988, o direito à livre associação sindical não alterou as características básicas desse movimento. Apenas multiplicou a diversidade e a pluralidade organizatórias entre as associações assistenciais que foram mantidas e os novos sindicatos legalizados. Também não foram instituídas a contribuição sindical obrigatória, a unicidade sindical por lei, a base territorial e nem o poder normativo da Justiça de Trabalho. Por outro lado, esse sindicalismo experimenta a seguinte contradição: é impulsionado a atuar sob uma lógica de luta econômica e salarial dentro do Estado político.

Colocando a discussão nesses termos, os problemas teóricos e práticos apenas começam e envolvem uma discussão mais ampla sobre o caráter do Estado e a permanência ou a mudança dos regimes de trabalho no seu interior, marcadas pelos estatutos do funcionalismo público que, por si,

O Estado político brasileiro contém estruturas internas marcadas pela autocracia, autoritarismo e pelo controle de grupos particulares que obstaculizam a construção da esfera pública democrática não-burguesa. Esta forma de poder presente no Estado, apesar da democracia constitucional, não permite maior participação e influência das camadas populares e trabalhadoras da sociedade nas decisões políticas e administrativas, mostrando o limite do patamar de democracia política conquistado.

desqualificam a idéia de relações de trabalho como partes em disputa no mercado. Trata-se também de discutir os limites do sindicalismo enquanto organismo que visa sobretudo valorizar a força de trabalho no interior da esfera estatal que, por sua própria natureza, não é diretamente mercado. A determinação de critérios políticos sobre os critérios econômicos na definição das condições de trabalho e salários cria dificuldades enormes para a atividade sindical puramente econômica na esfera do Estado. De outro lado, abre a possibilidade de maior politização da atuação sindical em torno dos problemas da democratização e da própria natureza e limite do Estado brasileiro, bem como da gestão

e qualidade dos serviços públicos. Esse é um campo aberto e pouco explorado pelos trabalhadores e pelo sindicalismo no Brasil. A efetividade do sindicalismo no Estado depende, então, a nosso ver, da construção de alianças com as classes que vivem do trabalho, tendo em vista a busca de legitimidade do trabalho interno ao Estado.

A questão da democratização do Estado no Brasil é que está em jogo e exige mediações e articulações entre um problema que aparenta ser específico (o sindicalismo no Estado), mas que possui nexos e relações com dimensões globais. A democracia constitucional no Brasil está mostrando seus limites em torno de uma perspectiva apenas liberal-

corporativa, abrindo possibilidades de avançar no sentido da democracia de massas ou da radicalização democrática. O Estado político brasileiro contém estruturas internas marcadas pela autocracia, autoritarismo e pelo controle de grupos particulares que obstaculizam a construção da esfera pública democrática não-burguesa. Essa forma de poder presente no Estado, apesar da democracia constitucional, não permite maior participação e influência das camadas populares e trabalhadoras da sociedade nas decisões políticas e administrativas, mostrando o limite do patamar de democracia política conquistado.

Isso se reflete também na própria ausência de democracia no relacionamento entre servidores e Estado, caracterizado por confrontos periódicos sobre assuntos elementares das condições de trabalho e salário, principalmente nas áreas sociais da educação e da saúde, entre outras, cuja consequência para aqueles que vivem do trabalho na sociedade capitalista é sua exclusão da própria democracia. As singularidades do trabalho no setor público não devem esconder as contradições sociais e políticas. É preciso desvendar essas relações.

Apoiados nessa perspectiva, analisamos as modalidades de organização sindical em três esferas do governo. Pudemos verificar que do ponto de vista

organizatório tem ocorrido uma diversidade de estruturas em que é visível a superposição e duplicidade nas formas de representação. No entanto, essas formas ocorrem, na prática, em maior grau, em nível nacional ou por meio de entidades que pretendem representar um conjunto de servidores por cima dos sindicatos ou associações de base. Nos outros níveis de organização, a tendência forte é pela organização corporativa e fragmentada por categoria, setor ou instituição. A liberdade sindical não produz, necessariamente, o pluralismo sindical no caso do setor público. O que existe é uma pluralidade entre associações e sindicatos e uma verdadeira pulverização e fragmentação sindical. Para se ter uma idéia aproximada do número, em 1996 havia cerca de 1.335 entidades sindicais de trabalhadores públicos no Brasil, segundo fontes do Ministério do Trabalho.

Observando ainda as três esferas de governo temos, no caso do Estado de São Paulo, a predominância de sindicatos por categoria e setor diversos dos sindicatos gerais da esfera federal, onde também se estruturaram sindicatos de categorias específicas. No caso do município concorrem as duas modalidades: o sindicato geral e os sindicatos por categorias. Tanto na esfera estadual quanto na municipal, diferente da esfera federal, as tentativas de unificação dos funcionários em

entidades de caráter geral não se efetivam, e a diversidade organizatória prevalece. Apesar da existência do Consesp no Estado e do Sindsep no Município de São Paulo, a tendência prevalecente é a organização fragmentada dentro dos ramos da administração pública. Os ramos da educação, da saúde e da previdência mostram essa situação. No caso federal, mesmo com a presença dos sindicatos gerais, outras modalidades de organização por categorias, ramos e instituições são verificadas como "territórios" e "domínios" muito bem estabelecidos, principalmente das categorias típicas e exclusivas de Estado.

A pluralidade possível e a diversidade organizatória real estão informadas pelas orientações e concepções sindicais. Melhor dizendo, há uma clara diversidade política e ideológica por detrás das entidades dos funcionários públicos. Resumidamente, colocam-se três situações principais: o novo sindicalismo, originado das novas associações e geralmente dirigido por lideranças de esquerda que defendem propostas políticas socializantes, tende a um sindicalismo de oposição política aos governos. A pesquisa com os delegados da Condef ilustra esse posicionamento, ainda que tenhamos encontrado em diversas questões muitas divergências.

Geralmente esses sindicatos são filiados à CUT, definindo-se como sindicato classista,

Uma prática democrática de governo eleito legitima e reconhece os sindicatos, o que contribui muito para a atuação dos sindicatos com as suas bases e para a participação nos níveis institucionais, enquanto uma prática autocrática de governo eleito pode obstaculizar a ação sindical, criando todos os tipos de dificuldades e, inclusive, não reconhecendo o direito da livre associação sindical inscrito na Constituição Federal.

democrático e buscando enraizar-se nas bases e nos locais de trabalho; organizam-se em torno das modalidades de sindicatos gerais, por setor e por categorias, e também defendem o sindicalismo por ramo (Ex.: Sindseps federais, Sinsprev, UTE-MG, Apeoesp-Sind, Andes Sindicato Nacional, Sinpeen, Sindsaúde); o sindicalismo em transição de caráter corporativo e não filiado à CUT, que se mobiliza mais exclusivamente em defesa dos interesses econômicos e sociais das categorias, mas na conjuntura atual muitos sindicatos e associações têm assumido posições políticas contrárias ao governo e atuado conjuntamente com outras entidades mais combativas — é um sindicalismo que nasce das associações assistenciais e corporativas, mas encontra-se em processo de transição para posições mais combativas no campo econômico e também esboçando um processo de politização (Ex.: Sindfisp, Udemo-Sind, Sindicato dos Agentes Federais, Unafisco, Sinesp, Sispesp); o sindicalismo associativo e apolítico de base mais conservadora, que atua de forma mais fechada, voltado apenas para o interesse de suas categorias, que tendem a formar suas próprias entidades gerais, abrangendo, inclusive, as associações tradicionais do funcionalismo — tende a

conservar o caráter dessas entidades, devido ao grande patrimônio que algumas entidades acumularam ao longo dos anos; representaria uma tendência como a do velho sindicalismo do setor privado, arraigado nos princípios da estrutura sindical celetista (Ex.: CPP, Afesp, entre outras associações e sindicatos geralmente de pequeno porte).

Outra questão extremamente relevante é que a dinâmica e a efetividade dos sindicatos, dependem do fator político entre a prática autocrática e a democrática no governo. Uma prática democrática de governo eleito legitima e reconhece os sindicatos, o que contribui muito para a atuação dos sindicatos com as suas bases e para a participação nos níveis institucionais, enquanto uma prática autocrática de governo eleito pode obstaculizar a ação sindical, criando todos os tipos de dificuldades e inclusive não reconhecendo o direito da livre associação sindical inscrito na Constituição Federal.

Os casos dos governos de Jânio Quadros e Paulo Maluf, em contraste com os de Mário Covas de 1985 e Luiza Erundina, são exemplares nesse aspecto. No governo do Estado, os últimos governadores têm mostrado a oscilação e a descontinuidade político-administrativa nesse campo.

Essas alterações de práticas políticas dos governos têm condicionado a dinâmica sindical no setor público paulista. No âmbito do Governo Federal, a situação do sindicalismo não é muito diferente, apesar de o grau de conquistas econômicas e salariais ser sensivelmente melhor que nas outras esferas.

As mudanças recentes no Governo Federal — em particular a partir do ingresso do governo Collor, claramente desfavorável aos funcionários e aos sindicatos públicos, para o governo Itamar, mais benevolente nesse aspecto — também são exemplares. O atual governo FHC esboça uma política que, guardadas as devidas proporções, significa certa continuidade da política de Collor no que se refere aos funcionários públicos e ao Estado, principalmente por esboçar uma política nada negociadora, com elementos autocráticos e por criar um jogo de "queda-de-braço" nesse campo. O enfrentamento com os petroleiros e as políticas de contenção salarial e de demissões esboçadas para os demais funcionários do setor público demonstram essa ausência de sensibilidade com os trabalhadores.

A esse quadro soma-se a crise atual no mundo do trabalho do setor privado que, devido aos processos de

reestruturação, aumento do desemprego e aumento da precarização do trabalho, apresenta uma conjuntura difícil para as relações de trabalho em geral, cuja resposta dos sindicatos tem sido pouco eficaz, e cujo desfecho é imprevisível. A permanecerem políticas desfavoráveis aos trabalhadores em geral, somado o sentimento de apreensão e ameaça dos trabalhadores públicos, o resultado pode acabar unindo o que sempre esteve dividido, dentro e fora do Estado. Essa é uma das condições para caminhar no sentido da democracia de massas mais radical no Brasil.

Os desafios do sindicalismo no setor público

Os acontecimentos mais recentes do sindicalismo no setor público, até meados de 1998, indicam fortes indícios de uma crise bastante profunda. As políticas contrárias aos interesses corporativos dos servidores e trabalhadores públicos esboçadas no governo Collor continuaram e se aprofundaram no governo FHC. Alguns fatos, sem entrar no mérito, são auto-explicativos: a greve dos petroleiros e a longa jornada para a recuperação dos sindicatos multados pela Justiça do Trabalho; a degradação salarial nos serviços públicos e

A recente greve dos professores das universidades federais revela em diversos aspectos as dificuldades que temos apontado para o desenvolvimento do sindicalismo no setor público.

sociais e a ausência de reajustes para o serviço público federal desde janeiro de 1995; a reforma administrativa anunciando o fim da estabilidade no emprego — talvez o principal atrativo do serviço público — e extinguindo a sustentação financeira dos líderes associativos e sindicais; a imagem negativa do funcionário público na sociedade; a precarização e terceirização do trabalho no setor público em geral e a recente reforma previdenciária, que amplia a tributação para grande parte dos servidores públicos ativos e inativos.

A greve desencadeada pelos professores da rede pública estadual de São Paulo no primeiro semestre de 1998, conduzida pelo Sindicato da Apeoesp com todo o mérito e espírito de luta considerados em um momento de fragilidade sindical em geral, nasceu morta, não obteve nenhuma conquista e terminou em "pancadaria". O conflito não ocorreu entre a polícia e os professores, mas entre os próprios professores, entre as lideranças e os agrupamentos que disputam o poder de representação sindical no interior da categoria. É um sinal evidente do distanciamento entre as bases e as lideranças e da incapacidade de mobilizar o conjunto dos professores para a greve como se fazia anteriormente.

A recente greve dos professores das universidades federais revela em diversos aspectos as dificuldades que

temos apontado para o desenvolvimento do sindicalismo no setor público. Foram aproximadamente 90 dias de greve abrangendo o âmbito nacional, e as relações com o governo foram marcadas pela morosidade dos processos de negociação, desgaste do movimento grevista e ausência de democracia em área estratégica para o país. Não houve repressão policial, mas, também não houve efetividade nas negociações trabalhistas, não surgiram mecanismos sociais de solução — mediação ou arbitragem — do conflito e não houve de fato democracia nas relações de trabalho dentro do Estado democrático constitucional.

A quem interessa essa situação? A resposta é bastante complexa porque, diferentemente do setor privado, a especificidade desse movimento é o seu significado diretamente público e político.

O sindicalismo no setor público está em uma encruzilhada com alguma complexidade. Não dá mais para fazer o que se fazia antes. É preciso dar o salto de qualidade, cuja chave está na articulação do movimento sindical dos funcionários com a sociedade civil que, apesar de sua complexidade, tem a real capacidade de transformar e desenhando o Estado no sentido de uma democracia substantiva.

O desafio está lançado: como democratizar as relações de trabalho no setor público brasileiro?

Notas do texto

1. As associações tradicionais dos servidores combinavam a representação dos interesses corporativos das categorias, a promoção de lazer e a prestação de serviços assistenciais aos associados. Não tinham qualquer perspectiva de mobilização coletiva e estabeleciam com o Estado uma relação de subserviência e colaboração. Alguns exemplos são ilustrativos: o CPP — Centro do Professorado Paulista — fundado em 1930; a Afesp — Associação dos Funcionários do Estado de São Paulo — fundada em 1931; a Apeoesp — fundada em 1945; a UNSP e a CSPB, entidades de caráter nacional, fundadas nos anos 50 no contexto do movimento sindical de cúpula dominado pela esquerda tradicional e pelo trabalhismo. Consultamos os estatutos dessas entidades, além de contatos pessoais em entrevistas e outros eventos.
2. Dados extraídos de Boschi (1987) e Sonia Kruppa (1992), "Movimento sindical e políticas públicas: os professores da rede oficial de ensino" (Mimeo, s.d.).
3. Cf. Boschi (1992, p. 105-140), cujo estudo é referência obrigatória para a historiografia das associações profissionais e do sindicalismo de classe média entre 1978 e 1983.
4. Cf. Rodrigues (1992). Segundo o autor, "Na análise dos fenômenos que estão na raiz da expansão do sindicalismo no setor público, existe alguma variação na ênfase dada a esse ou aquele fator. Kassalov (1969) é um dos que apontam a expansão dos serviços governamentais e o aumento do número de empregados como um dos principais fatores que favorecem a sindicalização. De outro ângulo, o sociólogo britânico Lockwood (1962) chama a atenção para a importância do fenômeno da burocratização, com a padronização das tarefas e racionalização da carreira. Nisbet (1978) entende que a racionalização e a burocratização enfraquecem o clientelismo e o protecionismo que, em todos os países, haviam caracterizado o serviço público e abrem espaço para a atuação sindical. Esta procuraria dar aos funcionários a segurança e a proteção que o antigo sistema de patronato não mais podia conceder nos quadros de uma administração pública massificada e racionalizada. Os sindicatos seriam, desse modo, os sucessos das velhas máquinas políticas e dos esquemas clientelísticos. Dilts e Deitsch (1983), por sua vez, relacionam a expansão do sindicalismo no setor público: aos problemas sociais que aumentam a intervenção e a amplitude da ação governamental; à maior demanda da população por serviços gratuitos; e à propensão da sociedade, nos pós-guerra, de conceder ao Estado maior papel na economia.

Os sindicatos no limiar do século XXI

GRAÇA DRUCK

Professora do Dep. de Sociologia,
Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da FFCH/UFBA

O debate sobre os sindicatos neste final de século nos remete à discussão sobre o futuro do trabalho e do emprego no contexto de globalização, de um processo de reestruturação produtiva e de políticas neoliberais.

A globalização caracteriza o atual momento histórico do capitalismo, no qual a hegemonia da "lógica financeira" ultrapassa o terreno estritamente econômico do mercado e impregna todos os âmbitos da vida social, dando conteúdo a um novo modo de vida. Trata-se de uma rapidez inédita do tempo social, que parece não ultrapassar o presente contínuo, um tempo sustentado na volatilidade, efemeridade, descartabilidade sem limites de tudo o que se produz e, principalmente, dos que produzem — os homens que vivem do trabalho. É a época dos grandes oligopólios globais, das transnacionais, de um poder crescente das instituições multilaterais, do ataque às soberanias dos Estados nacionais,

em especial os dos países periféricos, da exclusão e/ou marginalização de regiões e países, do aumento de concentração de renda e riqueza, do aumento da pobreza, da exclusão e do desemprego globais.

Globalização como momento histórico, como época, como uma nova configuração do sistema capitalista, como resultado de escolhas políticas e de ações de determinados sujeitos sociais — de governos, de países e de classes sociais. De acordo com Fiori (1994):

(...) Denunciar 'visões conspiratórias', contudo, não seria mais do que um novo cacoete sem importância, se não ocultasse uma dimensão central para a correta compreensão da nova ordem internacional emergente: o papel do 'poder político' nas transformações contemporâneas da economia mundial.

Um erro analítico que, nesse caso, cumpre a função ideológica de reduzir o processo da globalização a um fenômeno material, tecnológico/produtivo, que induziria a respostas nacionais tão necessárias quanto lineares e universais. Com isso, confunde-se intencionalmente a irreversibilidade da globalização econômica com a inevitabilidade de determinadas

soluções, como se elas fossem independentes das vontades internas dos países e de suas coalizões governantes (FSP, 14/8/94).

É neste contexto de globalização que se desenvolve um outro processo, a reestruturação produtiva, constituída por transformações organizacionais e tecnológicas no âmbito do trabalho e da produção, que se inicia na indústria e atinge, atualmente, todos os setores da atividade econômica. Constitui-se da reorganização e reconversão de setores industriais, da privatização de setores estratégicos; de novos padrões de gestão/organização do trabalho; de novas tecnologias de base microeletrônica; e de uma nova política de relações entre os sindicatos de trabalhadores e o patronato em que se prioriza a negociação individual ou direta por ramo ou por empresa, desqualificando os sindicatos como representação coletiva. A linguagem da reestruturação produtiva impregna todas as atividades — privadas e públicas — de um conteúdo essencialmente mercadológico. Os objetivos declarados são: reduzir custos, aumentar a produtividade (o produtivismo), garantir a competitividade, flexibilizar o trabalho, neutralizar os conflitos entre capital e trabalho e buscar a negociação e a parceria constantes.

No plano da organização do trabalho, duas práticas têm sido as mais utilizadas: os Programas de Qualidade Total e a Terceirização, cujos resultados principais têm sido o enxugamento das empresas e a redução de pessoal.

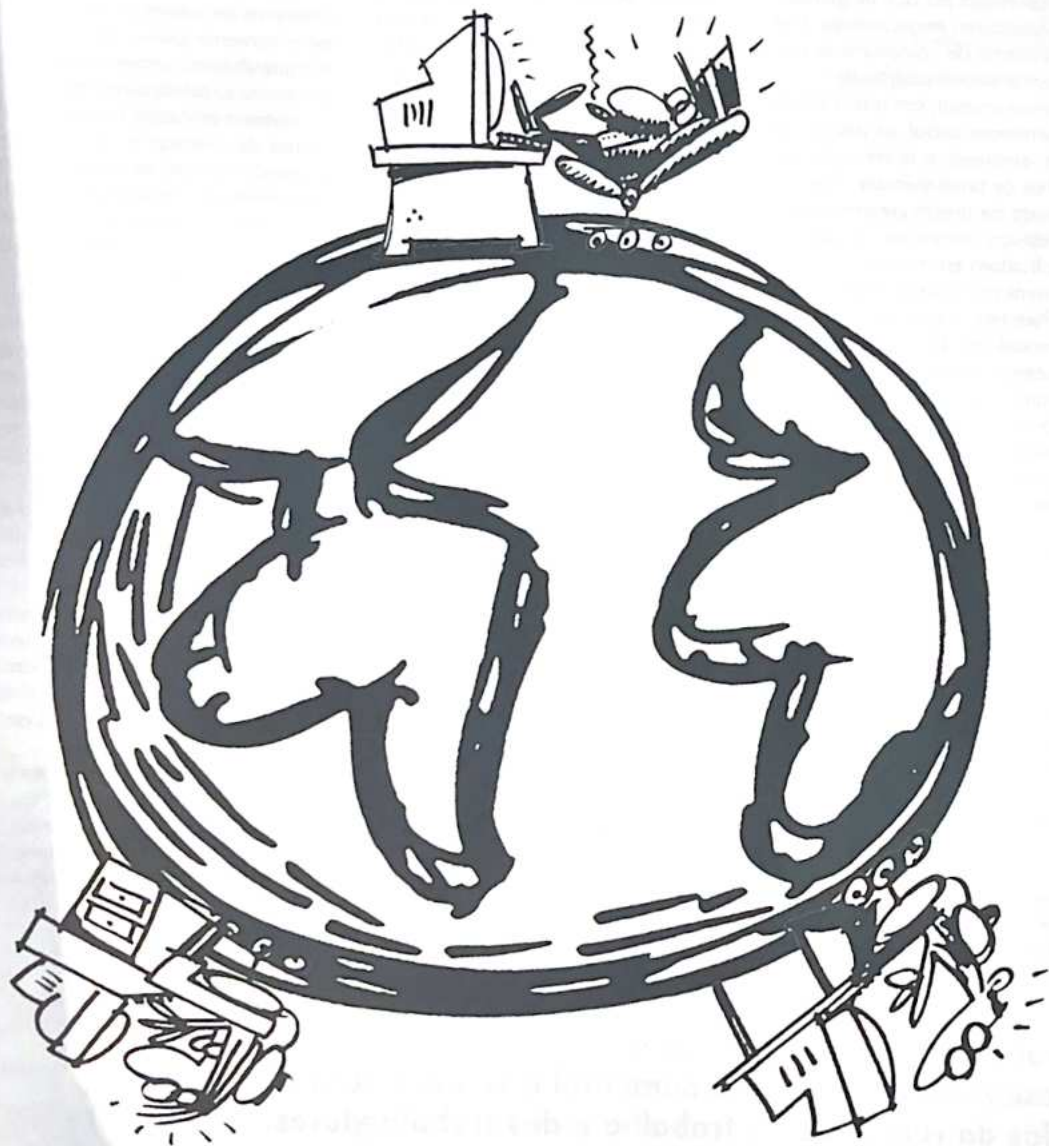
No que se refere à terceirização ou subcontratação, é a forma mais

eficiente encontrada pelos governos estaduais e pelo Governo Federal para implementar a privatização dos serviços públicos e das empresas estatais. É o que se constata, por exemplo, nos bancos estatais (com a terceirização crescente de atividades, bem como a contratação de estagiários) e nas administrações públicas (serviços de coleta de lixo, processamento de dados, limpeza, etc.).

Para alguns autores — Harvey (1989) —, trata-se de um novo regime de acumulação — a acumulação flexível — que vem em resposta à crise do regime de acumulação fordista. Essa reestruturação ou esse novo padrão de desenvolvimento do capitalismo está ancorado centralmente na flexibilização do trabalho, do emprego, do mercado de trabalho e do próprio trabalhador. Seus resultados observados no mundo inteiro são: desemprego estrutural; precarização do trabalho e do emprego; fragmentação dos coletivos de trabalhadores com um processo crescente de individualização/informalização do trabalho; e precarização da ação coletiva e sindical.

Esses dois movimentos estruturais — a globalização e a reestruturação produtiva — estabelecem as condições materiais e objetivas do capitalismo neste final de século, enquanto o neoliberalismo — como um terceiro movimento — oferece as condições subjetivas necessárias para realizar de forma plena o entrelaçamento e a articulação entre os três movimentos. O conteúdo ideológico do ideário neoliberal leva ao desmantelamento do movimento social, da solidariedade, da ação

O conteúdo ideológico do ideário neoliberal leva ao dismantelamento do movimento social, da solidariedade, da ação coletiva. Enfraquece a identidade de classe dos trabalhadores, reforçando o individualismo e a divisão/concorrência entre eles.



coletiva. Enfraquece a identidade de classe dos trabalhadores, reforçando o individualismo e a divisão/concorrência entre eles. E isso é possível porque existe uma base real — construída pelas transformações na organização/gestão do trabalho puestas pela reestruturação produtiva — que desemprega, precariza, exclui e deixa os trabalhadores expostos à selvageria do mercado de trabalho, cada vez mais desregulamentado e "livre".

É nessa conjuntura que se pode compreender a crise dos sindicatos hoje e as perspectivas para o movimento social e coletivo. Assim, a fragmentação e o dismantelamento dos coletivos de trabalhadores desencadeiam um processo de individualização, levando a uma crescente perda de identidade coletiva e de classe. Isso se torna mais visível com a difusão da terceirização ou subcontratação para todos os tipos de trabalho, juntamente com a desregulamentação do mercado de trabalho. A classe trabalhadora muda a sua "forma de ser" (Antunes, 1995), constituída por segmentos e fragmentos de trabalhadores que possuem estatutos diferentes. No caso particular das universidades federais, isso se evidencia com a contratação de "professores substitutos" sem direitos e com todos os deveres, o que leva a serem considerados "professores de segunda categoria", numa condição precária de trabalho, de emprego e de participação política e sindical.

No plano mais geral, a crise global dos sindicatos é parte da crise ideológico-política da perspectiva de uma sociedade alternativa ao

capitalismo, com o enfraquecimento da possibilidade do socialismo. Insere-se, portanto, num quadro de crise de todas as formas de organização social e política neste final de século.

No entanto, cabe explicitar os conteúdos dessa crise. Se se vive hoje um momento histórico em que o capitalismo radicaliza e realiza todas as suas tendências, assumindo uma nova configuração — globalização e acumulação flexível —, os sindicatos, que nascem como expressão das lutas operárias no interior do sistema capitalista, como representação dos trabalhadores na democracia burguesa, são pressionados a cumprir seu papel enquanto instituições da ordem do capital, reforçando a sua atuação nos limites dessa ordem.

Além desse conteúdo de caráter mais geral dos sindicatos, há que se reportar aos modelos sindicais que foram construídos nos diferentes momentos históricos de desenvolvimento do capitalismo. Assim, ao padrão de desenvolvimento fordista correspondeu um sindicalismo de tipo social-democrata que se tornou hegemônico nos países desenvolvidos no pós-guerra e que entrou em crise nos anos 70. Em linhas gerais, um modelo que separou a *consciência sindical* (interesses econômicos imediatos) da *consciência política* (interesses históricos/socialismo), cujas práticas eram sustentadas na negociação

como solução dos conflitos e como finalidade exclusiva dos sindicatos, inclusive com uma profissionalização dos dirigentes sindicais como negociadores. Um sindicalismo de compromisso em sustentar aquele padrão de desenvolvimento, em que o Estado de bem-estar social, as políticas de pleno emprego, a distribuição dos ganhos de produtividade, num contexto de amplo crescimento econômico, favoreciam a classe trabalhadora em termos econômicos/materiais (Bühr, 1998).

Portanto, a crise do fordismo e do modelo social-democrata — enquanto um padrão sustentado no compromisso e na negociação — impõem uma nova dinâmica ao movimento sindical, novas práticas e novas formas de organização; enfim, uma nova política sindical precisa ser construída.

No entanto, o que se observa é que enquanto o capital se globaliza, enquanto as empresas se transnacionalizam, o patronato se articula com práticas internacionais e se constitui um *poder global* formado pelos países mais ricos do mundo, os trabalhadores se fragmentam, se setorializam, se particularizam, se tornam cada vez menos nacionais e muito menos internacionais. Trata-se de repensar as práticas coletivas, as lutas sociais e sindicais para além das questões imediatas, do *presente contínuo*. É fundamental a ruptura com as visões corporativas e fragmentadas

da realidade do trabalho e dos trabalhadores.

No Brasil, a crise do padrão fordista em desenvolvimento no país reforça um dos aspectos centrais do “fordismo periférico” — a exclusão de amplos setores do mercado de trabalho e de consumo — e impõe uma tendência que, além de reverter e estreitar ainda mais a estrutura do mercado de trabalho brasileiro, diminui drasticamente o acesso de homens e mulheres ao meio mais elementar de sobrevivência: o emprego.

A reestruturação produtiva em curso no país apresenta especificidades importantes. Em primeiro lugar, o seu aprofundamento, que ocorre a partir do início da década de 90, está sustentado nas políticas de conteúdo neoliberal que se consubstanciaram no plano de estabilização econômica ainda vigente no país. O Estado/governo brasileiro incentivou o desenvolvimento de uma reestruturação produtiva conforme as dinâmicas dos diferentes setores de atividade subordinados ao processo de globalização e, portanto, uma livre reestruturação ao “sabor” do mercado, liderada pelas estratégias empresariais que não encontraram nenhuma regulação por parte do Estado. Movimento que evidenciou a ausência de uma política industrial e de desenvolvimento científico e tecnológico dirigida pelo Estado na perspectiva de um desenvolvimento nacional.

As implicações desse tipo de reestruturação que ocorre sob o signo de uma competitividade sem limites, colocando a nu as forças selvagens do mercado, são extremamente graves, na medida em que desestruturam setores e empresas e, principalmente, destroem a atividade produtiva, as formas de emprego e de trabalho, causando um prejuízo social sem precedentes em nosso país.

Em segundo lugar, a singularidade de uma reestruturação produtiva, que no plano geral da atividade industrial foi constituída muito mais pelas inovações organizacionais — novos padrões de gestão/organização do trabalho inspirados no modelo japonês — e muito menos por transformações/inovações tecnológicas, refletindo, em certa medida, a ausência de investimentos por parte do Estado e, ao mesmo tempo, indicando a dependência tecnológica das empresas estrangeiras aqui instaladas. Assim, a estratégia do empresariado brasileiro de buscar ganhos de produtividade e melhor competitividade sustentada essencialmente na flexibilização do trabalho e no recurso à sua dimensão subjetiva — representada pelas políticas de gestão/organização — tornou-se a “única via”, cujas práticas levaram a uma crescente desintegração das culturas organizacionais das empresas e à fragmentação dos coletivos de trabalho, acelerando e

Trata-se de repensar as práticas coletivas, as lutas sociais e sindicais para além das questões imediatas, do presente contínuo. É fundamental a ruptura com as visões corporativas e fragmentadas da realidade do trabalho e dos trabalhadores.

aprofundando o processo de precarização em todos os níveis.

Em terceiro lugar, e de modo complementar às duas primeiras especificidades, constata-se a rapidez com que se instituiu a desregulamentação do mercado de trabalho nos últimos três anos, através da modificação do aparato legislativo e de fiscalização do Estado. Há um verdadeiro movimento de reestruturação na intervenção e regulação do Estado, que vem mudando o "pacto" que havia se constituído ainda na fase de implementação do "fordismo periférico". Atualmente, leis são aprovadas no Congresso retirando direitos trabalhistas e sociais dos trabalhadores, a exemplo do contrato por tempo determinado (Lei 9.601, de 21/01/98) (Druck, 1998).

Por último, assiste-se à reforma do Estado, já posta em execução pelo Governo Federal. No caso particular das universidades federais, o debate sobre a autonomia universitária indica o significado da proposta do MEC, inserida na lógica mercadológica da privatização, da flexibilização e da transformação das

universidades em organizações sociais. Assim, conforme Chaui (1999):

"A Reforma tem um pressuposto ideológico básico: o mercado é portador de racionalidade sociopolítica e agente principal do bem-estar da República. Esse pressuposto leva a colocar direitos sociais (como a saúde, a educação e a cultura) no setor de serviços definidos pelo mercado. Dessa maneira, a Reforma encolhe o espaço público democrático dos direitos e amplia o espaço privado não só ali onde isso seria previsível — nas atividades ligadas à produção econômica —, mas também onde não é admissível — no campo dos direitos sociais conquistados."

A posição da universidade no setor de prestação de serviços confere um sentido bastante determinado à idéia de autonomia universitária e introduz termos como "qualidade universitária", "avaliação universitária" e "flexibilização da universidade".

De fato, a autonomia universitária se reduz à gestão de receitas e despesas, de acordo com o contrato de gestão pelo qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho que determinam a renovação ou não renovação do contrato. A autonomia significa, portanto, gerenciamento empresarial da instituição e prevê que, para cumprir as metas e alcançar os indicadores impostos pelo contrato de gestão, a universidade tem "autonomia" para "captar recursos" de outras fontes, fazendo parcerias com as empresas privadas.

"A 'flexibilização' é o corolário da 'autonomia'. Na linguagem do Ministério da Educação, 'flexibilizar'



significa: 1) eliminar o regime único de trabalho, o concurso público e a dedicação exclusiva, substituindo-os por 'contratos flexíveis', isto é, temporários e precários; 2) simplificar os processos de compras (as licitações), a gestão financeira e a prestação de contas (sobretudo para proteção das chamadas 'outras fontes de financiamento', que não pretendem se ver publicamente expostas e controladas); 3) adaptar os currículos de graduação e pós-graduação às necessidades profissionais das diferentes regiões do país, isto é, às demandas das empresas locais (aliás, é sistemática nos textos da Reforma referentes aos serviços a identificação entre 'social' e 'empresarial'); 4) separar docência e pesquisa, deixando a primeira na universidade e deslocando a segunda para centros autônomos." (A Universidade Operacional, Folha de S. Paulo, Caderno Mais, 9/05/1999).

A luta pela defesa da real autonomia universitária — pela manutenção da universidade enquanto instituição social, como centro de produção do saber/conhecimento — não pode se submeter à lógica do mercado, a

interesses particularistas, às "flutuações" das demandas por um determinado tipo de formação profissional. Apontar essa direção para a universidade pública brasileira significa incorporar a reestruturação produtiva em seu seio, transformando-a de fato numa organização social sob a lógica da globalização. Como esclarece Chaui (1999):

"A instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. Em outras palavras, a instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (ou imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua



inserção num dos pólos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições, e sim vencer a competição com seus supostos iguais.

Como foi possível passar da idéia da universidade como instituição social à sua definição como organização prestadora de serviços?

A forma atual do capitalismo se caracteriza pela fragmentação de todas as esferas da vida social, partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas da luta de classes. A sociedade aparece como uma rede móvel, instável, efêmera de organizações particulares definidas por estratégias particulares e programas particulares, competindo entre si." (A Universidade Operacional, Folha de S. Paulo, Caderno Mais, 9/05/1999) (grifos meus).

No Brasil, a década de 90 que está se encerrando explicitou a crise de um sindicalismo que não chegou a se constituir num modelo social-democrata, a exemplo dos países europeus. Aqui se desenvolveu a experiência do

fordismo periférico, incompleto, precário, realizado "por cima", sem o compromisso com os sindicatos. Historicamente um sindicalismo fortemente corporativo com uma estrutura atrelada ao Estado.

Assim, a crise dos sindicatos no Brasil, por um lado, apresenta características que são globais: a perda da capacidade de mobilização e organização; o enfraquecimento do potencial para unificar e representar massivamente os trabalhadores; a mudança de suas perspectivas políticas, diante das dificuldades impostas pelo patronato e diante das pressões sofridas para aderirem cada vez mais à ordem; um processo de despolitização crescente dos sindicatos, expresso, essencialmente, na incapacidade de avançar com propostas políticas que tenham um conteúdo ofensivo e que, principalmente, apontem um caminho independente para a classe trabalhadora; a transformação dos sindicatos num fim em si mesmos dentro da legalidade do capital e não num meio para constituir uma legalidade da classe trabalhadora na busca por sua emancipação.

Por outro lado, essa crise assume especificidades em função da história das lutas operárias no país, do tipo de sindicatos que se construiu e do quadro político nacional, assim como pelas transformações ocorridas no âmbito do trabalho e do emprego, com a reestruturação em curso e a forma subordinada como o Brasil se inseriu na nova (des)ordem econômica internacional.

A pergunta a se fazer é: até que ponto é possível construir um sindicalismo de compromisso no estilo social-democrata, quando se vive numa era neoliberal, cuja hegemonia se construiu contra o pacto social fordista?

Uma das particularidades do movimento sindical brasileiro nos anos 90 é a atuação da maioria das direções dos sindicatos que busca (re)produzir um modelo social-democrata de sindicalismo. Assim, as estratégias sindicais estão pautadas centralmente na negociação em contraposição ao confronto. No entanto, observa-se que as possíveis negociações, quando realizadas, estão sendo feitas de forma fragmentada, por segmento, por ramo de atividade ou até mesmo por empresa. A pergunta a se fazer é: até que ponto é possível construir um sindicalismo de compromisso no estilo social-democrata, quando se vive numa era neoliberal, cuja hegemonia se construiu contra o pacto social fordista? Ou qual o compromisso que se pode estabelecer com o patronato, quando o desemprego se torna uma das maiores ameaças, levando a uma luta desesperada pela sobrevivência e por um emprego? Nas condições históricas brasileiras em que não se constituiu um Estado de bem-estar-social e em que o Estado brasileiro toma a forma neoliberal, qual compromisso é possível de ser realizado?

As respostas a essas questões podem indicar algumas tendências e perspectivas. Inicialmente, é preciso destacar que as dificuldades políticas que a sociedade brasileira atravessa são decorrentes essencialmente de uma epidemia da inevitabilidade e da inexorabilidade, que tem levado a uma constante adaptação e adequação. Trata-se de uma análise que se tornou hegemônica e que acaba por naturalizar e,

portanto, eternizar os fenômenos sociais presentes. As principais tendências e realizações da globalização são um dado, são uma realidade, mas não são definitivas. A globalização não é um sujeito, é resultado de ações e práticas econômicas e políticas em nome de interesses de grupos e classes sociais muito bem definidos.

No entanto, é também uma realidade a fragmentação, a individualização e a fragilidade das ações coletivas, configurando-se uma crise de representatividade e de mobilização dos sindicatos reforçando o seu conteúdo corporativo, agora renovado sob um "neocorporativismo" sustentado na separação entre os de "primeira categoria" (os contratados) e os de "segunda categoria" (os subcontratados), entre os com emprego e os sem emprego, e entre os "formais" e os "informais".

Dessa forma, trata-se de buscar uma politização das lutas, com a quebra das dicotomias e separação entre o trabalho e o não-trabalho, entre empregados e desempregados, entre sindicalizados e não sindicalizados, entre contratados e subcontratados, entre inseridos e excluídos. Romper com a separação entre o econômico e o político, entre a consciência sindical e a consciência política, entre o plano objetivo — das condições materiais — e o plano subjetivo, da vontade dos sujeitos.

Nesse quadro, a luta pela defesa da universidade pública e gratuita e da autonomia universitária não pode ser levada de forma fragmentada e isolada pelos segmentos que hoje estão diretamente vinculados a ela —



professores, funcionários e estudantes. A universidade é um patrimônio da sociedade e precisa ser defendida por esta. Assim, uma ampla mobilização social é necessária, começando nos muros da universidade e rompendo com o isolamento, transformando-a numa luta política e de unidade com todos os segmentos que vêm se opondo aos ditames do mercado e do Estado neoliberal.

Nesse mesmo sentido, a luta para trabalhar menos, para todos trabalharem, e trabalhar de outra maneira assume uma centralidade e uma essencialidade com o objetivo de reunificar a classe trabalhadora (Bihr, 1998). Dessa forma, a retomada da solidariedade ativa, da vontade autônoma de ação, de fazer política de outra maneira, pode levar os sindicatos a uma reflexão, questionando os limites de sua intervenção e procurando superá-los. Uma simples pergunta precisa ser feita: por que os sindicatos não organizam os desempregados? Os desempregados deixam de ser classe trabalhadora quando perdem seus empregos? Afinal a classe trabalhadora ou a classe operária é definida pelo seu conteúdo estritamente econômico — como força de trabalho que é comprada e vendida no mercado? Assim sendo, onde estão os sujeitos e as identidades construídas por toda uma história e trajetória — inclusive de lutas — em comum?

Na realidade, diante de um cenário em que o projeto neoliberal demonstra o seu fracasso no plano econômico e social, levando à desintegração das sociedades e (re)criando um conjunto de

problemas sociais que se globalizam, num quadro em que o esgotamento do pacto social democrata define uma crise dos sindicatos sustentados nesse pacto — no caso dos países centrais e em especial na Europa — e no contexto de uma crise global de formas de organização social e política tradicionais, há que se pensar na construção de uma nova cultura política a partir de novas e velhas experiências.

Assim, não se pode decretar o fim do trabalho, o fim do emprego, o fim das classes e o fim dos sindicatos — a não ser que se concorde com o fim da história —, mas buscar compreender as metamorfoses do trabalho, da questão social e da questão política a fim de identificar as possíveis alternativas e saídas para a atual crise.

Para Alain Bihr (1998), é a luta anticapitalista que está na ordem do dia. É preciso uma reapropriação das condições sociais de existência, superar o economicismo da luta por melhor nível de vida e colocar como centro da luta a questão de um novo modo de vida, numa perspectiva de reconstrução da comunidade humana como dona de seu destino.

Nessa perspectiva, os sindicatos não tenderão a desaparecer, mas poderão assumir uma nova forma histórica, rompendo com a sua função essencialmente mediadora entre capital e trabalho ou com a representação da “consciência econômica”. Isso significa, em outras palavras, que os sindicatos passarão por um processo de politização, cuja atuação não poderá estar sustentada nas respectivas categorias

profissionais, mas privilegiar as estruturas interprofissionais, dotando-se de uma vontade política de ação dentro e fora do trabalho e desencadeando a construção de uma verdadeira solidariedade de classe.

É nessa direção que aponta também o dirigente da Federação Internacional de Sindicatos de Educadores (FISE), Daniel Monteaux¹, quando afirma: “Os tempos não estão mais para o sindicalismo que esperava arrancar sucessos reivindicatórios, deixando aos ‘políticos’ a responsabilidade de agir sobre a sociedade e sobre o Estado. (...) Não há mais a divisão entre o campo ‘político’ e o campo ‘sindical’, e sim desafios a um só

tempo sociais, culturais, econômicos e políticos sobre os quais o movimento social em seu conjunto deve agir.”

Portanto, a luta pelo emprego e a luta pela universidade pública e gratuita, para citar dois grandes exemplos, não diz respeito exclusivamente aos desempregados ou aos professores, funcionários e estudantes. São lutas políticas. E os sindicatos — respondendo à nova “forma de ser da classe trabalhadora” — poderão ser (re)construídos como organizações que representarão a reunificação da classe e do movimento social no seu conjunto numa perspectiva para além do capital.

Notas do texto / Referências bibliográficas

¹ Entrevista ao InformAndes, Ano X, nº 90, mar/abr/1999, p. 10-11. Entrevista Daniel Monteaux.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? – ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

DRUCK, G. Globalização, reestruturação produtiva e movimento sindical. *Caderno CRH*, n. 23/24, 1997.

DRUCK, G. A reestruturação produtiva e os sindicatos – um estudo da imprensa sindical. Trabalho apresentado no XXII Nacional da ANPOCS, Caxambu, 1998.

FIORI, J. L. As palavras e as coisas. Folha de S. Paulo, São Paulo, 14 ago. Cad. 6, p. 3, 1994.

HOBBSBAWN, E. *Era dos extremos – o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CHAUI, M. A universidade operacional, Folha de S. Paulo, Caderno Mais, 9/05/99.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa*. São Paulo. Boitempo, 1998.

Globalização e crise sindical: o caso francês

ARIOVALDO DE OLIVEIRA SANTOS

Doutor em Ciências Sociais
Professor na Universidade
Estadual de Londrina (PR)

A passagem dos anos 60 à década seguinte representou para a globalidade dos países do capitalismo avançado um momento de profunda importância. Primeiramente, em razão de que progressivamente se esgota, em ritmos e intensidades diversos, o período de crescimento contínuo das várias economias. Esgotamento acelerado pelas grandes manifestações operárias e estudantis ocorridas no final da década de 60 que colocam para o capital a impossibilidade de dar continuidade ao "modelo fordista", tal como este havia se estruturado em diversos países da Europa Ocidental, de acordo com cada realidade nacional, no período subsequente ao fim da Segunda Grande Guerra (1939-1945).

Aparentemente simples, o modelo se respaldava no tripé Mundo do Trabalho-Patronato-Estado. Do ponto de vista organizacional, o mundo do trabalho, através das organizações



sindicais, se comprometia diante do patronato a submeter-se a uma maior taxa de exploração da força de trabalho em troca de ganhos salariais obtidos pelo aumento da produtividade. Quanto ao Estado, este se comprometia no sentido de garantir que as regras ou compromissos estabelecidos entre o capital e o trabalho fossem respeitados, agindo ainda no sentido de construção do que se convencionou chamar de Estado Providência, para nos retermos aqui ao caso francês.

O resultado a curto prazo deste "compromisso" ou "pacto social-democrata" foi uma profunda institucionalização do fenômeno sindical e das lutas sindicais, cuja radicalidade era o mais das vezes atenuada pelo plano da legalidade burguesa. Ação institucional que se fazia tanto mais possível à medida que o esforço de reconstrução das economias devastadas pelo período da Segunda Guerra permitia ao conjunto do capital estabelecer concessões ao mundo do trabalho, ainda que, por vezes, estas concessões resultassem de movimentos reivindicativos grevistas.

Outro será o quadro com o esgotamento dos pilares que alimentaram o "modelo fordista" ou o "pacto social-democrata". Confrontado à crise cada vez mais

aguda e à necessidade de fazer face a um mercado cada vez mais competitivo interna e externamente, o capital é impulsionado a abandonar os discursos mais otimistas e adotar uma prática mais realista segundo seus interesses. A profundidade da crise que ele tem diante de si é evidente, inicialmente, pelos discursos que seus principais representantes vão construindo. Assim, por ocasião da instauração da crise no início da década de 70, dominam as afirmações dando conta de que se tratava de uma recessão passageira. É somente em momento posterior que é reconhecido pelo capital que se trata, na realidade, de uma crise. Argumento que, nos anos 90, cede cada vez mais lugar à formulação segundo a qual não se trata apenas de uma crise, mas sim de uma época de profundas transformações e mesmo de mutação. Posição cuja única finalidade é preparar o argumento seguinte, isto é, o de que, independentemente do que venha a ocorrer no futuro, cada vez mais incerto, nada será como antes. O que de resto se traduz no reconhecimento de que os anos do pós-guerra representaram um "período excepcional" na história do capitalismo, com seu crescimento médio superior a 4% ao ano. Reconhecimento que dá plena

TAXA DE SINDICALIZAÇÃO

PAÍSES	1970	1975	1980	1985	1988	1995
EUA	29,6	28,9	23,2	18,3	16,1	14,2
Japão	35,1	34,4	31,1	28,9	26,8	24,0
Alemanha	37,9	41,7	42,9	44,0	40,1	28,9
França	22,3	22,8	19,0	16,3	12,0	9,1
Itália	40,8	54,2	60,5	59,5	62,7	44,1
Inglaterra	49,7	53,6	56,3	50,5	46,1	32,9
Canadá	31,1	34,4	35,1	35,9	34,6	37,4

legitimidade à expressão "os Trinta Gloriosos". Três décadas que, seguramente, foram mais gloriosas para o capitalismo em seu conjunto do que para o mundo do trabalho, cujas conquistas sociais obtidas foram incapazes de frear as grandes manifestações do final dos anos 60, expressas na recusa de "perder a vida para ganhá-la" cotidianamente.

Nenhum mecanismo autoriza a reconhecer que uma crise do capital conduz necessariamente a uma crise no mundo do trabalho e a um de seus órgãos de representação, isto é, os sindicatos. Pelo contrário, a íntima ligação existente entre o capital e o trabalho poderia ter fomentado um acirramento da luta de classes. No entanto, outro foi o caminho, uma vez que as lutas sindicais, mesmo antes do período de crise do capital, se pautaram cada vez mais pela institucionalidade ou pelo legalismo. De tal modo que, para responder à crise, o campo de luta que imediatamente estava à disposição era o da legalidade. No caso francês essa submissão dos sindicatos e de suas bases ao

institucional é nítida na afirmação de que capital, trabalho e Estado devem operar como *partenaires sociaux*, isto é, parceiros sociais.

Combativo e reivindicativo em períodos de crescimento econômico, o sindicalismo francês sofre com a institucionalização que ajudou a construir logo que se vê confrontado a um capital mais "sovina" ou, para retomarmos aqui uma frase de André Bergeron, antigo presidente da Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT), porque "não há mais grão para morder".

Essa postura mais dura por parte do capital, cada vez menos disposto a fazer concessões ao mundo do trabalho, assim como cada vez mais reticente em reconhecer os sindicatos ou Centrais Sindicais como legítimos representantes dos trabalhadores — fomentando em contrapartida o sindicalismo de empresa — alimenta seguramente o processo de crise das organizações. Crise que se traduz e ao mesmo tempo é alimentada pela queda nas taxas de sindicalização e, ainda, na crise da militância.

Nenhum mecanismo autoriza a reconhecer que uma crise do capital conduz necessariamente a uma crise no mundo do trabalho e a um de seus órgãos de representação, isto é, os sindicatos.

TAXA DE DESEMPREGO (1974-1996)

PAÍS	74-79	80-90	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996*
EUA	6,7	7,0	5,5	6,7	7,4	6,8	6,1	5,6	5,4
Inglaterra	4,2	9,2	11,1	11,0	10,7	10,3	9,2	8,2	7,6
Japão	1,9	2,5	2,1	2,1	2,2	2,5	2,9	3,2	3,3
Áustria	1,7	3,3	3,2	3,3	3,7	4,2	4,4	5,9	6,2
Noruega	1,8	3,0	5,2	5,5	5,9	6,0	5,5	4,9	4,2
Suécia	1,9	2,4	2,0	3,1	5,3	8,2	8,0	7,7	7,9
Holanda	4,9	...	7,5	7,0	6,8	8,1	7,5	7,1	6,6
Canadá	7,2	9,2	8,1	10,3	11,3	11,2	10,4	9,5	9,6
Dinamarca	...	8,1	9,5	10,4	11,1	12,2	12,1	10,3	8,9
Portugal	6,0	7,1	4,7	4,1	4,0	5,5	6,8	7,2	7,2
Alemanha	3,4	6,7	6,2	6,7	7,7	8,9	9,6	9,4	10,3
França	4,5	9,0	8,9	9,5	10,2	11,7	12,4	11,7	12,4
Itália	6,6	10,0	5,9	8,3	10,1	10,4	11,3	12,0	12,2
Finlândia	4,4	4,7	3,5	7,6	13,1	17,9	18,4	17,2	16,4
Irlanda	7,6	14,2	13,7	15,8	17,2	16,6	14,8	12,2	12,0
Espanha	5,3	17,4	16,3	16,3	18,4	22,7	24,1	23,3	22,7

Para os diversos sindicalismos os índices são preocupantes. Mas nenhum registra uma perda profunda de *adhérents*¹ como no caso francês. No conjunto, todas as centrais sindicais francesas, isto é, Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Força Operária (FO), Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos (CFTC), Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) e Confederação Geral dos Quadros (CGQ), para nos limitarmos às organizações mais significativas, perderam *adhérents*.

Significativo deste refluxo vivido pelo sindicalismo francês, mas também pelo sindicalismo de

outros países do continente e fora dele, é a mudança qualitativa das reivindicações elaboradas pelas diversas organizações. Cada uma à sua maneira transita das lutas reivindicativas pela obtenção de novas conquistas sociais à luta defensiva pelo emprego ou, por exemplo, ao combate à flexibilização do trabalho nas várias formas em que esta pode se manifestar. Citemos a título de exemplo a substituição progressiva, não apenas na França, dos contratos de duração indeterminada — CDI — pelos contratos de duração determinada — CDD — ou contratos por tempo parcial — CTP. Estes últimos, que

em 1972 abrangiam um total de 1.202.000 pessoas, saltaram para 3.554.000 em 1996 e seu número não cessa de aumentar.³

Adotada no setor privado e também, em níveis crescentes, no setor público, a dissolução do contrato tradicional de emprego, e mesmo a escassez destes, tem colocado as organizações sindicais e suas respectivas bases de trabalhadores cada vez mais na defensiva. Acentuando esta defensiva, coloca-se a questão do desemprego de massa e de longa duração (ver tabela acima).

Para além do desemprego crescente e da progressiva fragmentação contratual do mundo

do trabalho, que se expressa, em forma limite, na expansão dos teletrabalhadores, os quais realizam sua atividade no domicílio ou em outro lugar fora da empresa e também do campo de alcance das organizações sindicais, as diversas organizações foram surpreendidas ainda pelas dimensões assumidas pelas novas formas de gestão da força de trabalho adotadas pelo patronato. Iniciativas que vão no sentido seja de individualizar a questão salarial em detrimento da lógica coletivista proposta pelo sindicato, seja reduzindo os níveis hierárquicos e mesmo o papel dos postos de mando no interior da empresa, colocando "os chefes" mais próximos dos trabalhadores de modo a fragilizar a presença, nas empresas, dos delegados sindicais.

A estas transformações somam-se as resultantes do processo de destruição das categorias profissionais que durante muito tempo, ao longo da história do sindicalismo francês, serviram de base para sua ação reivindicativa, isto é, o operariado fabril clássico. Certamente, este não desapareceu. No entanto, não é mais hegemônico no mundo do trabalho e, como as outras camadas da força de trabalho, encontra-se na mesma medida sujeito às determinações do capital, o que o lança também na defensiva menos por seu volume numérico e essencialmente pela fragilização de sua condição salarial. Instabilidade que se agrava à medida que as novas tecnologias de informação (NTI) sob o controle do capital permitem não apenas uma maior financeirização do capital mas ainda a deslocalização das



empresas para regiões de nula ou frágil organização sindical. Por outro lado, em sua atual fase de expansão o capital faz valer o velho preceito anunciado por Marx no Manifesto do Partido Comunista, isto é: "o capital não tem pátria". Do que resulta a decisão sem pudores de se valer da terceirização mas também do uso de mão-de-obra barata nos países periféricos ou então importando-os sob a forma de trabalhadores *au noir* vindos dos antigos países do Leste Europeu.

Delinea-se assim um complexo de elementos que não se extinguem nos que foram citados anteriormente, mas que colocam problemas reais ao movimento sindical dos vários países. No que concerne ao caso francês, os analistas são unânimes em afirmar que esta impotência se agrava diante da tradicional divisão das centrais sindicais, hoje pulverizadas, seja no que concerne às lutas imediatas, seja em lutas mais estratégicas. Ou ainda em razão da burocratização das diversas organizações, conduzindo a um recuo do militante clássico assim como à apatia do *adhérent*, muitas vezes ligado a esta ou àquela organização em razão de certos serviços que elas podem oferecer.

Incapaz até o momento de transcender o universo do assalariamento (e mesmo pressionado a garantir certas conquistas obtidas anteriormente), o sindicalismo francês, a exemplo de seus parceiros em outros países, acaba por deixar de fora (senão no discurso, ao menos na prática) certas parcelas hoje significativas da força de trabalho: as mulheres e

os jovens. Ambos constituindo-se nos mais afetados pela proliferação dos contratos temporários e outras formas atípicas de emprego que se encontram nas antípodas do que prevaleceu durante os "Trinta Gloriosos". Dificuldades que se avolumam quando se tem em consideração as debilidades do sindicalismo, na França ou em outros países do continente, em adotar uma iniciativa que seja capaz de representar também os desempregados, cujo número oficial, segundo diversas análises, dobraria ou aumentaria significativamente se fossem computados também os "desempregados desencorajados", isto é, aqueles que desistiram de procurar um emprego ao longo de vários meses de insucesso.

Enquanto o patronato faz sua ofensiva contra o sindicalismo e contra o mundo do trabalho francês, reduzindo as concessões ou subordinando-as a uma maior flexibilização da força de trabalho, as organizações sindicais do país vêm, nos últimos anos, se confrontando com um problema antes limitado à esfera da política partidária ou ao processo eleitoral: o avanço do sindicalismo de extrema-direita, representado pela *Front National* de Jean-Marie Le Pen, em antigos redutos das centrais tradicionais.

No campo sindical, o *Front National* age de duas maneiras. Primeiramente, criando estruturas próprias para disputar as eleições sindicais. Ação desenvolvida paralelamente com a distribuição de panfletos onde "lançam o descrédito sobre os sindicatos representativos, acusados de serem

ultrapassados, preocupados em defender seus pequenos privilégios e preocupados em atacar os sindicatos FN por medo de perder sua representatividade e sua prebenda [...] estigmatiza os privilégios dos quais se beneficiam os sindicatos oficiais e pede com fineza pela liberdade de candidaturas".

Em segundo lugar, a "estratégia do FN visa implantar seus homens nos sindicatos que rejeita". Tentativas neste sentido vêm sendo efetuadas junto ao sindicalismo Força Operária, Confederação Geral de Quadros e Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos, ainda que o fenômeno permaneça restrito; no entanto, aparece como preocupação para as organizações tradicionais, uma vez que o pilar da ação do FN é a promoção do racismo e o combate aos estrangeiros.⁵ Neste sentido, não é ocasional a penetração do sindicalismo FN no Sindicato da Polícia e também no Sindicato dos Agentes Penitenciários.

Afirmar que o sindicalismo francês, assim como o de diversos outros países, encontra-se em crise não implica dizer que ele se encontra no imobilismo total. No plano europeu, alguns movimentos significativos foram realizados nos últimos anos, mas nos anos 90 nenhum obteve a expressividade da greve de novembro/dezembro de

1995 contra a iniciativa do governo Alain Jupé de desmontar a saúde pública, além de introduzir a lógica do privado no setor do transporte público. Para certos analistas, o que se expressou no movimento de novembro/dezembro de 1995, que ironicamente poderíamos chamar de "inverno quente", foi a defesa de interesses corporativos de setores que resistem em se adequar aos imperativos da situação.⁶ No entanto, mais correto seria colocar o referido movimento como a resposta mais contundente dada pelo sindicalismo do continente aos ataques da política neoliberal alimentada pelo governo Alain Jupé e à tentativa de introduzir a lógica da economia privada no setor público. Razão pela qual a greve, que foi conduzida pelos trabalhadores do setor público, contou com a aprovação de mais de cinquenta por cento da população francesa.⁷

Observe-se ainda que a greve de 1995 na França alimentou o espírito reivindicativo dos trabalhadores do ensino belga, em 1996, a marcha dos trabalhadores sobre Bonn, na Alemanha, em 1996, tendo mesmo sido lembrada por ocasião da greve dos petroleiros no Brasil, também em 1996.

Do ponto de vista das organizações sindicais o movimento de novembro/dezembro de 1995 foi

Para os diversos sindicalismos os índices são preocupantes. Mas nenhum registra uma perda profunda de *adhérents* como no caso francês.

assumido desde o primeiro momento pela CGT e pela Força Operária, sendo criticado pela segunda maior central francesa, a CFDT, e duas outras de menor porte, a CFTC e a CGC. No entanto, a posição assumida pela CFDT, que se manifestou "criticamente" favorável ao plano Jupé, resultou para a Central em uma perda de *adhérents*, além de um questionamento da legitimidade de Nicole Notat como presidente da Central, criticada pelo seu centralismo e exclusão das bases da organização em questões decisivas para os trabalhadores filiados à organização.

Além da greve do "inverno quente" francês, e também alimentada por ela, o movimento sindical se fez presente ainda, de maneira igualmente contundente, na greve dos motoristas de caminhões (os *routiers*) de 1996 e retomada com menor ímpeto em 1997, a fim de exigir do patronato do setor o cumprimento do acordo assinado por ocasião da greve vitoriosa do ano anterior. Na raiz da greve de 1996 esteve a luta contra a precarização do trabalho na referida categoria e a conseqüente deterioração nos níveis de vida dos *routiers*. É importante observar que o movimento de novembro de 1996 foi preparado em conjunto pelas diversas organizações sindicais representativas dos trabalhadores do transporte *routier*. Recolocou, ao mesmo tempo, a necessidade de construção de caminhos que, para além das divisões existentes entre

as diversas centrais sindicais francesas, conduzam efetivamente a ações comuns, ainda que pontuais. Como observa um dirigente cegetista: "Nacionalmente foi feito um sério progresso. Partimos de um postulado: trabalhar sobre o que nos unia sem abandonar o que nos dividia pois isto constituía sempre um objeto de discussões entre nós. O determinante é que tivemos a vontade de cavar o que poderia nos unir [...] Há uma tal cultura de concorrência entre as organizações sindicais que não é simples hoje retomar um certo número de contatos [...] Mas não se pode permanecer dentro de uma situação de divisão, de concorrência sindical se desejamos efetivamente poder assumir o nosso papel: fazer avançar as reivindicações, satisfazer as necessidades dos assalariados. É uma questão central".⁸

Das *coordinations* de trabalhadores vêm ainda os ventos de uma tentativa de renovação sindical a fim de fazer frente ao esclerosamento das práticas adotadas pelas diversas centrais e sindicatos categoriais por ocasião das lutas reivindicativas. Uma das expressões da crise vivida pelo sindicalismo francês e, ao mesmo tempo, de tentativa de sua renovação, a estrutura das *coordinations* é bastante elementar. "À base, os assalariados em luta buscam eles mesmos alternativas à ausência de demandas reivindicativas mesmo se estas

contradigam por vezes a ação instituída dos sindicatos. Na realidade, o refluxo sindical, o questionamento de uma parte da legitimidade e do poder de negociação das organizações operárias na empresa e a crise dos modos tradicionais de funcionamento do sindicalismo puderam induzir no fim dos anos 80 à formação — por ocasião de diversos conflitos — destas "estruturas informais de luta". Enquanto tais, "a ação e a existência das *coordinations*" resultam da "perda de confiança nos sindicatos". No entanto, se as *coordinations* buscam novos caminhos, é um fato também que elas permanecem presas à conjuntura que lhes deu origem.⁹

A isso se acrescenta que a "ação das *coordinations* se situa no essencial ao nível local ou específico à profissão ou às profissões em luta, cada uma dentre elas reivindicando modos de organização próprios [...] Ela se articula assim aos problemas mais concretos da gestão social na empresa formando desde então um contrapeso às novas formas de estratégias patronais, que se definem na empresa (tanto pública quanto privada). Ela se exprime através de formas de exigências singulares que implicam explicitamente ou não uma forma de reação — mesmo de protesto — que se chocam com as práticas frequentemente globalizantes da ação sindical tradicional [...] Através de sua existência elas

encarnam certas exigências profundas, que marcam hoje o universo salarial [...] Sua estruturação unitária — pois reúnem sindicalizados de organizações diversas e não-sindicalizados — constitui, antes de tudo, uma recusa da desunião sindical. Mas, sobretudo, elas significam uma aspiração amplamente partilhada pelos trabalhadores, que visam a um controle mais direto de suas lutas, da formulação de suas reivindicações e do domínio das negociações".

Se as *coordinations* aparecem como elemento novo dentro do contexto de crise sindical, elas não o são, porém, do ponto de vista dos esforços de constituição de uma ação sindical onde em primeiro plano se encontre a base de uma determinada categoria profissional. Neste sentido, é importante observar a formação, no início dos anos 70, por ocasião da eclosão de alguns conflitos entre o capital e o trabalho, de "estruturas espontâneas" que se expressavam através dos "comitês de lutas", os quais agiam paralelamente aos sindicatos. Entretanto, a posição adotada frente à prática da negociação estabelece uma grande diferença entre os antigos comitês de luta e as *coordinations*. Os primeiros, nascidos do movimento de maio de 68, "subestimavam freqüentemente, chegando mesmo a condenar, o princípio da negociação", posto que a

É importante observar que o movimento de novembro de 1996 foi preparado em conjunto pelas diversas organizações sindicais representativas dos trabalhadores do transporte *routier*.

"maximalização de suas reivindicações repousava sobre o primado das lutas e resultava freqüentemente sobre um campo político, radical e anticapitalista, que somente dificilmente poderia se inscrever na via contratual, nas representações e "normas admitidas" do contrato social. Outra é a posição das *coordinations* que buscam intervir diretamente nas negociações com a finalidade de defender as reivindicações por elas formuladas na origem de cada conflito.¹⁰

Enfim, neste processo de buscar caminhos alternativos à crise que se abate sobre o sindicalismo francês, encontra-se também o sindicalismo Solidários, Unidos e Democráticos (SUD), que se propõe realizar uma ação sindical em íntima ligação com a base e com plena transparência.

No entanto, se o sindicalismo francês não está morto, as respostas que tem ensaiado revelam estar presas a profundos limites. Observemos, inicialmente, que tanto o movimento de novembro/dezembro de 1995 quanto a luta dos *routiers* constituem lutas defensivas. Expressam essencialmente a defesa de conquistas anteriores, cuja perda representaria uma deterioração das condições de vida, ficando as novas demandas praticamente dissolvidas. Observe-se ainda que as duas greves dos *routiers* obedecem a lógicas distintas. Enquanto a de 1995 buscava extrair um acordo contra a precarização das condições de trabalho, a de 1997 foi realizada para pressionar o patronato do

setor no sentido de que se cumprisse o acordo assinado.

Enfim, convém lembrar que, na tentativa de renovar-se, o movimento sindical francês em seu conjunto não coloca em pauta outra perspectiva senão a de trabalhar no campo da institucionalidade, combatendo mesmo, se for o caso, as "greves selvagens", tal como estas afloraram em finais dos anos 70. Isto coloca, de antemão, sérios limites ao movimento sindical que se vê conduzido à elaboração de acordos face a um patronato pouco disposto a cumpri-los, principalmente por reconhecer as dificuldades vividas pelas organizações no sentido de mobilizar suas bases e ampliar seu raio de ação nas fileiras do mundo do trabalho. Certamente, isto está longe de significar a derrota definitiva do movimento sindical, tantas vezes anunciada mas nunca cumprida. Sobretudo, pelo fato de que a sociedade na qual este sindicalismo se move continuará a ser conflitiva e a exigir o embate constante do capital contra o trabalho e vice-versa. No entanto, se futuro há para o sindicalismo, inclusive no sentido de superar sua crise, este passa necessariamente pelo auto-reconhecimento do papel que ele pretende assumir: veículo da agudização da luta de classes e de defesa dos interesses reais dos trabalhadores ou, para retomarmos aqui a expressão de Alain Bihr, continuar a servir de cão-de-guarda dos interesses do capital, pautando sua ação única e exclusivamente pelo campo aberto pela legalidade burguesa.



Notas do texto / Referências bibliográficas

1. O termo *adhérent* (aderente) tem por finalidade básica estabelecer a diferenciação entre os que apenas se filiam a uma organização e aqueles que, além de filiados, militam em suas fileiras. Trata-se de uma diferenciação importante na medida em que busca acompanhar o grau de comprometimento do membro filiado com sua respectiva organização.
2. Dados do período 1970-1988 fornecidos pelo Instituto Sindical Europeu e publicados em DE FATO, ano 1, n° 2, dezembro 1993/fevereiro 1994, p. 20. Dados de 1995 fornecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e publicado no jornal *Le Monde*, 6 de novembro de 1997.
3. Dados extraídos de *Alternatives Economiques*, março 1997, n° 146, p. 36.
4. Dados extraídos de *L'observateur de l'OCDE*, n° 190, outubro/novembro 1994, p. 43-44; *L'observateur de l'OCDE*, n° 195, agosto/setembro 1995, p. 49; *L'observateur de l'OCDE*, n° 204, fevereiro/março 1997, p. 47.
5. MOURIAUX, René, *Crises du syndicalisme français*. Paris: Montchrestien, 1998, p. 134-135.
6. TOURAINE, Alain e outros, *Le Grand Refus (Réflexions sur la grève de décembre 1995)*. Paris: Fayard, 1996.
7. LE GOFF, Jean-Pierre e CAILLÉ, Alain, *Le Tournant de Décembre*. Paris: La Découverte, 1996.
8. DEBONS, Claude e LE COQ, Joël, *Routiers, Les Raisons de la Colère*. Paris: Les Editions de l'Atelier, 1997, p. 214.
9. ROUX, Guy e MOURIAUX, René, "Le cas français", in BIBES, Geneviève et MOURIAUX, René, *Les Syndicats Européens à l'épreuve*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1990, p. 64.
10. Id. *Ibidem*, p. 65.

O sindicalismo entre o Estado e o mercado

CELSO FREDERICO

Professor de Sociologia Geral e da Comunicação na Escola de Comunicação e Artes da USP

A expressão "novo sindicalismo" foi empregada em fins dos anos 70 para caracterizar a ação dos metalúrgicos de São Bernardo e dos militantes operários que, logo mais, construiriam a CUT. Essa corrente procurava diferenciar-se daquelas que tradicionalmente atuavam no interior da estrutura sindical oficial (comunistas, trabalhistas, etc.), que, de uma forma ou de outra, procuravam defendê-la.

O "novo" afirmava-se negando o "velho": a estrutura sindical atrelada ao Estado precisava ser abolida; o monopólio legal de representação outorgado pelo Estado, impondo a unicidade sindical (sindicato único em cada base territorial), era visto como um entrave à liberdade de organização, ao pluralismo sindical; o poder normativo da Justiça do Trabalho deveria sair de cena e dar lugar à livre negociação, ao contrato coletivo de trabalho; o imposto sindical, que garantia a sobrevivência dos pelegos, era um mal a ser extinto (a sustentação financeira ficando por conta da colaboração voluntária dos associados); o sindicalismo de cúpula deveria ceder lugar ao sindicalismo organizado a partir

das bases, tendo como referência as comissões de fábrica; a linha de atuação moderada, que privilegiava a negociação, deveria ser substituída pela estratégia combativa que elegia a greve geral como o instrumento preferencial de luta; no plano ideológico, a política de alianças, entendida como "populista", era criticada em nome de uma atuação classista que acenava para a construção de uma sociedade socialista (embora tal socialismo, para não ser identificado com o "socialismo real", nunca tenha sido definido muito claramente), etc.¹

Hoje, quem compara aquele período com o atual certamente fica decepcionado: a burocratização das entidades sindicais, sua acomodação à antiga estrutura, que ainda continua vigente, o abandono das idéias socialistas, as lutas internas paralisantes que quebraram a unidade do movimento dos trabalhadores, etc. são uma realidade visível, levando muitos militantes a sentir saudades (e idealizar) daquele "período heróico" de formação do "novo sindicalismo".

A crítica do "novo sindicalismo" ao velho, entretanto, está sendo retomada hoje, num outro registro, pelo atual governo.

Quando, em seu discurso de despedida do senado, FHC disse que seu governo iria marcar o fim da era Vargas, o significado histórico daquele período ganha uma súbita atualidade e nos convida à reflexão. A intromissão desse indesejado "aliado" nas querelas sindicais exige uma reavaliação de nossa experiência

histórica, feita longe das paixões e do imediatismo que nortearam os inícios do "novo sindicalismo". Principalmente agora, quando a velha estrutura sindical e todo o arcabouço jurídico da era Vargas estão para ser modificados pelo Governo Federal.

Há uma incômoda semelhança entre a crítica ao varguismo feita durante décadas pela elites políticas brasileiras (encampada parcialmente pelo atual governo) e aquela que orientou a ação do "novo sindicalismo" em seus primeiros passos. Posições ideológicas tão diferentes acabaram confluindo numa crítica à presença do Estado nas relações trabalhistas. Mas o que significou exatamente essa presença?

Para respondermos à pergunta é preciso recuar no tempo.

A era Vargas iniciou-se em 1930 como resposta à crise da economia mundial provocada pelo liberalismo. O mercado desregulado e o não-intervencionismo estatal conduziram à grande crise de 1929. É sempre bom lembrar que foi o liberalismo que levou ao caos econômico. Uma das formas de se superar o caos foi a instalação de regimes nazifascistas na Europa que, na sequência, conduziram a humanidade a duas guerras mundiais. No balanço deste século XX, devemos ter em mente o resultado trágico da não-regulação estatal da vida econômica.

A revolução de 30 foi a saída brasileira à crise provocada pelo liberalismo. Muitos autores, a meu ver equivocadamente, interpretam a ação varguista como a versão brasileira do fascismo. Indo contra



a corrente, Alfredo Bosi procurou esclarecer o ideário político que norteou a ação dos revolucionários de 30.² A ideologia que os inspirava (aliás, extremamente difundida no Cone Sul, de onde alcançou Porto Alegre) era o positivismo. Em torno desse pensamento filosófico, e não do fascismo, como durante muito tempo se pensou, estruturou-se o Estado moderno.

Quem estudou um pouco de sociologia deve lembrar-se das idéias de Durkheim e Comte: a sociedade, para o positivismo, é um organismo de partes solidárias e comunicantes que tem como "cabeça" o Estado. Contra as pretensões restauradoras do Antigo Regime e contra o "laissez-faire" dos liberais, o positivismo defendia o ideal republicano, respaldado na firme ação econômica do Estado, voltado à promoção do desenvolvimento econômico; a escola pública, laica e gratuita, como garantia da democratização das oportunidades; o

fortalecimento das corporações (em especial, os sindicatos), entendidos como "órgãos de colaboração" com o poder central, etc.

Inspirando-se nessa concepção organicista, Vargas implementou a construção do moderno Estado brasileiro. O país então ganhou uma estrutura sindical poderosa que, finalmente, organizava o conjunto dos trabalhadores urbanos (o antigo sindicalismo, o dos ativistas anarquistas, restringia-se aos setores mais combativos da classe). O sindicalismo de minorias militantes foi, assim, substituído por uma rede sindical envolvendo milhões de trabalhadores. O sindicalismo de massas, burocratizado e submetido à tutela

estatal, tornou-se uma realidade que se fez presente, a partir de então, na história política brasileira.

Não por acaso o liberalismo, atualmente adornado com o prefixo "neo", dirige a sua ira contra a herança varguista: procura diminuir o aparato econômico do Estado (= privatizações), desmontar a escola pública e gratuita e afastar o Estado das relações trabalhistas (contrato coletivo de trabalho, fim do poder normativo da Justiça do Trabalho, etc.).

Este último aspecto é o que aqui nos interessa. Antes de 1930, os litígios resolviam-se no âmbito

privado: o dono da fábrica chamava a polícia para proteger a propriedade "ameaçada" pelos grevistas e "baderneiros". Greve, então, era violação das normas



penais e para elas havia o Código Civil. Após 1930, a presença do Estado, visando a proteger os "humildes" e a conter a voracidade burguesa ("egoísmo"), tirou os conflitos trabalhistas da esfera privada, deslocando-os para a esfera pública. De "questão de polícia", a questão social passou a ser "questão política". O direito publicizado vai situar-se numa esfera eminentemente conflitiva: a esfera pública, sujeita ao embate das forças sociais e políticas presentes na sociedade brasileira.

Cabe ressaltar que a intermediação estatal regulando os conflitos trabalhistas negava a lógica do capitalismo liberal. Segundo o formalismo jurídico, a sociedade burguesa é o reino da justiça em que tudo é trocado pelo seu justo valor, inclusive a mercadoria força de trabalho. A intermediação estatal, através da criação de um direito do trabalho, negava essa pretendida equivalência. Ela reconhecia que as partes envolvidas — os vendedores e os compradores da mercadoria força de trabalho — não eram sujeitos jurídicos iguais. A intervenção do Estado, impondo regras de convivência, salário mínimo, incorporando as demandas operárias, fazendo concessões, legalizando as greves, permitindo a representação operária na Justiça do Trabalho, etc., subvertia o formalismo jurídico burguês que previa um direito igual para sujeitos desiguais, devendo relacionar-se diretamente, sem a mediação estatal.

No novo contexto, o mercado de trabalho publicizou-se e politizou-se, graças à presença do

Estado. Os litígios trabalhistas deixaram a esfera privada (Código Penal) para ingressarem no direito público, no campo de batalha das classes sociais em luta.

A nova realidade foi um problema difícil para o movimento operário.

Os anarquistas recusaram-se a pedir o registro legal ao Ministério do Trabalho, preferindo manter a autonomia dos sindicatos sob seu controle. Mas, como o acesso aos direitos trabalhistas era garantido somente aos trabalhadores sindicalizados, a massa operária, desejosa de proteção social, abandonou os sindicatos anarquistas. Além disso, a repressão que se seguiu ao movimento revolucionário de 1935 acabou por tirar da cena política brasileira o anarquismo.

O PCB e os trotskistas também se opuseram ao registro legal e realizaram campanhas contra a oficialização dos sindicatos, mas, pressionados pelas bases, acabaram aderindo à estrutura oficial, com a ideia de combatê-la "por dentro".

Com a cassação do registro eleitoral em 1947, o PCB deu uma surpreendente guinada à esquerda: anunciou que a revolução estava na ordem do dia e dedicou-se à construção de sindicatos paralelos à estrutura oficial, sindicatos apoiados em comissões de fábricas clandestinas. Essa experiência, pouco estudada em nossa história, teve êxito nos setores mais combativos da classe operária, mas acabou sendo abandonada, já que isolou o partido do conjunto da massa operária, que via com

A intervenção do Estado, impondo regras de convivência, salário mínimo, incorporando as demandas operárias, fazendo concessões, legalizando as greves, permitindo a representação operária na Justiça do Trabalho, etc., subvertia o formalismo jurídico burguês que previa um direito igual para sujeitos desiguais, devendo relacionar-se diretamente, sem a mediação estatal.

reserva e medo a possibilidade de associar-se a um organismo ilegal dirigido por um partido proscrito.

O significado da estrutura sindical foi sempre um tema polêmico. Desde o início, as elites brasileiras, em nome das ideias liberais, criticaram a presença estatal nas relações de trabalho, já que ela impunha limites legais à exploração. A obrigatoriedade de um salário mínimo, o recurso aos tribunais do trabalho, a fiscalização nos estabelecimentos fabris, etc., eram tidos como intromissão indevida na esfera produtiva.

Por outro lado, os limites que a estrutura sindical impõe à ação dos trabalhadores é tema recorrente que foi debatido com paixão pelo movimento sindical, servindo muitas vezes como divisor de águas a separar as correntes de esquerda em diversos períodos de nossa história.

Uma das características básicas da tutela sindical, como já assinalei num trabalho anterior,³ é a sua ambivalência. Nas conjunturas repressivas, serviu como um mecanismo de controle

do movimento operário por parte dos governos reacionários (basta lembrar, aqui, da ditadura militar que manteve os trabalhadores manietados por longos anos). Entretanto, nos momentos democráticos, ao contrário, o vínculo com o Estado permitiu que o movimento operário influenciasse o poder estatal. Dai que o PCB nunca se empenhou, seriamente, em lutar pelo desmonte da estrutura sindical, limitando-se apenas a sugerir medidas que relaxassem a tutela.

Essa possibilidade de influenciar o aparelho estatal tornou-se cristalina durante o governo Goulart, período em que se formou um verdadeiro "poder sindical" com trânsito em todas as decisões políticas governamentais. O sindicalismo, assim, tornou-se um interlocutor privilegiado, opinando sobre tudo e sendo ouvido e consultado pelo governo.

A direita, temendo a implantação de uma "República Sindicalista", a repetição da experiência peronista em nosso

país, passou a conspirar contra a democracia. E a classe operária, por sua vez, promoveu greves gerais e participou ativamente da grande campanha nacional pelas reformas de base. Unindo a luta operária à pressão política sobre o Estado, os trabalhadores obtiveram, entre outras conquistas econômicas, o décimo-terceiro salário, façanha inimaginável sem a mediação estatal nas relações de trabalho.

Durante os longos anos subseqüentes de ditadura militar, entretanto, a rígida tutela levou segmentos importantes da classe operária a desprezar a participação institucional nos "sindicatos de Estado". Difundiu-se, então, uma ideologia antiestatista, que associava a herança de Vargas com o fascismo e insistia na criação de "sindicatos livres" formados pela união das comissões de fábricas clandestínas. Essa postura, negando a estrutura sindical, praticava uma ação que enfatizava a espontaneidade operária, as organizações horizontais de base (o trabalho "de baixo para cima", como se dizia na época).

Palavras de ordem como "de costas para o Estado e de frente para a sociedade civil" reproduziam essa perspectiva que contrapunha o caráter centralizado e hierárquico do Estado (e da estrutura sindical), entendidos como reminiscência fascista, a uma concepção basista de democracia. A herança varguista foi, assim, considerada a grande responsável por todos os males que se abateram sobre a classe operária. O próprio Lula, num momento de rara infelicidade, chegou a declarar que "a CLT é o

Ato 5 dos trabalhadores".

Esse era o clima ideológico que acompanhou o movimento grevista do ABC e a formação da CUT. Mas havia — ironias da história — um descompasso entre o discurso ideológico e a prática. A mola propulsora de todo o movimento operário no final dos anos 70 foi o sindicato oficial. O "novo sindicalismo", portanto, nasceu e se firmou no interior da "odiosa" estrutura sindical. As próprias "oposições sindicais", que tanto criticavam a tutela sindical, rapidamente foram ganhando eleições e assumindo a direção das entidades.

Na nova realidade que se abriu, antigas palavras de ordem foram aos poucos sendo arquivadas: o tão criticado "imposto sindical" não só não desapareceu como foi acrescido de outras contribuições; as comissões de fábrica foram integradas ao sindicato, perdendo assim sua autonomia, etc.

Por outro lado, a reivindicação do contrato coletivo de trabalho foi encampada e reinterpretada pelo atual governo; e as críticas à Justiça do Trabalho foram de tal modo acatadas que sua extinção entrou na ordem do dia.

Hoje, o movimento operário passa por um dos momentos mais difíceis de sua história e, justamente agora, a ofensiva governamental ameaça destruir o que restou do legado varguista. Em outubro de 1998, o governo enviou ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), 623/98. O projeto visa, entre outras coisas, a desconstitucionalizar a estrutura sindical, isto é, tirá-la do

manto protetor da Constituição e jogá-la na legislação ordinária (o que torna bem mais fácil fazer todo tipo de modificação).

A proposta investe contra a unicidade sindical (estabelecendo, bem dentro do espírito liberal, a "livre concorrência" entre vários sindicatos numa mesma base territorial, o que abre caminho para a formação de "sindicatos por empresa"), tira dos sindicatos o poder de cobrar a taxa confederativa, esvazia o poder normativo da Justiça do Trabalho, etc.⁴

Sem a presença mediadora do Estado (susceptível a todo tipo de pressão política), as relações de trabalho ficarão entregues às leis impessoais do mercado, isto é, à lei das selvas. É por isso que os sindicalistas, que até há pouco tempo praguejavam contra a estrutura sindical "fascista" e entoavam loas ao "sindicalismo livre", estão numa incômoda posição: suas antigas bandeiras de luta foram encampadas pelo governo e lançadas contra o movimento sindical.

Notas do texto /Referências bibliográficas

1. Na antologia *A Esquerda e o movimento operário*, vol. III (Belo Horizonte: Oficina de Livro, 1991), procurei reunir os textos mais significativos desse período, produzidos pelos diversos grupos de esquerda.
2. Cf. Alfredo Bosi, "A arqueologia do Estado-providência", in *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
3. Cf. Celso Frederico, "Movimento operário e corporativismo", in *Crise do socialismo e movimento operário*. São Paulo: Cortez, 1994.
4. Sobre a proposta do governo consulte-se Augusto Petta, "Proposta do governo goleia os sindicatos" (*Debate Sindical*, n° 29) e Armando Boito Jr., "Quem tem medo da liberdade sindical?", ms., 1999.

Trabalhadores e sindicatos no Brasil de hoje: os dilemas da CUT

MARCELO BADARÓ MATTOS
Professor da UFF

A retomada das mobilizações sindicais brasileiras, a partir das greves dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em 1978, levou os sindicalistas e os analistas do movimento operário a cunharem uma expressão — “Novo Sindicalismo” — que se generalizaria como adequada para definir a fase posterior do movimento sindical no país.¹

As bases do novo sindicalismo não surgiram da noite para o dia. Nos anos 70, na fase mais repressiva da ditadura militar, lutas pontuais e pouco divulgadas foram travadas no interior dos locais de trabalho e dos sindicatos. Nessas lutas formaram-se oposições sindicais dispostas a organizar os trabalhadores pelas bases — em comissões de empresa —, de forma a contornar os limites impostos pela ditadura e pelos pelegos à mobilização dos trabalhadores. A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo seria o exemplo mais famoso desse tipo de atuação. Mas formaram-se também, no interior das próprias direções

sindicais, gerações jovens de dirigentes mais próximos aos interesses de suas bases e menos dispostos a tolerar a política de arrocho salarial imposta pela ditadura. De São Bernardo do Campo, com as gestões da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos presididas por Luís Inácio Lula da Silva, viria o exemplo mais conhecido dessa outra face da resistência sindical à ditadura.

Mas, por que Novo Sindicalismo? Novo, porque diferente do praticado pelos pelegos, alçados à direção dos sindicatos pela ditadura como interventores (ou eleitos com seu apoio). Diferente também da imagem consagrada do movimento sindical anterior ao golpe militar de 1964, identificado genericamente como “sindicalismo populista”.² A “novidade” daquele sindicalismo se assentava na proposta de uma relação mais direta entre bases e lideranças, marcada pela presença de organizações por local de trabalho e pela mobilização das categorias para decidirem e encaminharem as lutas do sindicato (como nas Assembléias dos Metalúrgicos de São Bernardo, que lotavam o estádio de futebol da cidade). Novas seriam também as formas de luta dos sindicatos.

Resgatava-se, em especial, a importância das greves. Foram mais de 130 greves em 1978, 430 no ano seguinte e, após certo refluxo na conjuntura recessiva da virada da década, um crescimento vertiginoso no número de paralisações, iniciado com cerca de 400 greves em 1983 para atingir quase 4.000 paralisações em 1989.³

Enquanto na maior parte do mundo os indicadores de greves apontavam para um nítido refluxo do movimento sindical, no Brasil o grande número de paralisações e de trabalhadores que nelas se envolveram era o indicador mais evidente da retomada das lutas sindicais. As greves dos anos 80 representaram uma novidade não apenas pela sua quantidade. Afinal, nos primeiros anos da década de 60, guardadas as devidas proporções, o país já havia vivido uma fase de grande expansão da atividade grevista. Após 1983, entretanto, a diversidade dos movimentos grevistas foi muito maior. As greves por categoria, dominantes no primeiro impulso grevista pós-78, continuaram a existir, mas passaram a ser mais numerosas as greves por empresa. Os métodos das greves também foram diversificados. Greves com ocupação, greves “pipoca”,

“operações-padrão”, “vaca brava” e “tartaruga” foram algumas das novas formas de fazer greve que surgiram no período. Greves nacionais (como as dos Bancários em 1985 e diversas greves dos professores e servidores universitários ao longo da década) e greves de categorias “novas” na atividade sindical, como a dos funcionários públicos, também marcaram esta fase. Entre 1983 e 1989 foram convocadas, ainda, quatro grandes greves gerais nacionais. Apresentando variações quanto ao nível de adesão às paralisações, essas greves gerais representaram, em seu conjunto, uma possibilidade de unificação das lutas e de elevação do patamar político das demandas dos trabalhadores, que se dirigiam ao núcleo da política econômica dos governos, especialmente às políticas salariais, incluindo bandeiras mais gerais, como a reforma agrária e a suspensão dos pagamentos da dívida externa.

Além de fazer greves, o novo sindicalismo distinguia-se também por suas demandas. Reivindicações de natureza econômica sempre predominaram, mas na fase final da ditadura significavam uma crítica direta à política do arrocho salarial, base importante das políticas

As críticas do novo sindicalismo ao modelo sindical da legislação brasileira foram radicais e pautavam-se por uma concepção que defendia a construção da unidade — não a unicidade — a partir das bases, em um regime de plena liberdade e autonomia de organização sindical.



econômicas dos militares. Daí que o potencial político dessas reivindicações fosse muito maior que o de outras situações de greves por salários. Demandas econômicas, mas que ganhavam uma enorme dimensão política, abalando um dos pilares da ditadura.

O que se manifestava também na crítica que os novos sindicalistas dirigiam ao que consideraram ser o principal obstáculo às mobilizações da classe trabalhadora brasileira: a estrutura sindical. Criada nos anos 30 como estratégia de um Estado que procurou, ao mesmo tempo, reconhecer e controlar as associações representativas dos trabalhadores, a estrutura sindical oficial baseava-se nos seguintes princípios: unicidade sindical (sindicato único por categoria e região); monopólio da representação (o sindicato representa todos os trabalhadores da categoria independentemente de serem a ele filiados ou não); estrutura vertical (federações regionais de categoria e confederações nacionais de ramos reuniam os sindicatos, mas intersindicais de base local ou nacional não eram permitidas) e poder de intervenção do Ministério do Trabalho (que aprovava a criação dos sindicatos, definia o modelo de estruturação através do Estatuto Padrão e fiscalizava as formas de arrecadação e a natureza das despesas, contando ainda com o poder de intervir nas organizações sindicais, destituindo dirigentes eleitos e nomeando interventores). Numa concepção corporativista, os sindicatos passaram a ser vistos como órgãos auxiliares do poder público, quase repartições do Ministério do Trabalho, fato comprovado por arrecadarem um imposto — o

imposto sindical — cobrado de todos os trabalhadores, independentemente de serem filiados ou não aos sindicatos. Isso porque o Estado se apresentava como um árbitro neutro, capaz de resolver os conflitos entre o capital e o trabalho pela via da mediação, representada principalmente pelo papel de uma Justiça do Trabalho com poder normativo, ou seja, um espaço legal definido como o único em que capital e trabalho poderiam negociar e celebrar acordos.

As críticas do novo sindicalismo ao modelo sindical da legislação brasileira foram radicais e pautavam-se por uma concepção que defendia a construção da unidade — não a unicidade — a partir das bases, em um regime de plena liberdade e autonomia de organização sindical. Para tanto, defendeu-se a assinatura da Convenção 87 da OIT (que estabelece para os países signatários o compromisso com a liberdade de organização sindical) e buscou-se quebrar na prática a estrutura, criando as organizações por local de trabalho, dinamizando e ampliando a participação das bases na vida sindical e criando uma organização intersindical de caráter nacional capaz de unificar as lutas da classe trabalhadora. Em muitos pontos, em especial com a criação da CUT em 1983, essas lutas contra a estrutura sindical foram fundamentais para a ampliação do espaço social e político da classe trabalhadora brasileira nos anos 80.

O refluxo nos anos 90

Mas os anos 90 não permitem um balanço muito positivo sobre o sindicalismo brasileiro. A escalada

grevista dos anos 80 foi interrompida logo no início da nova década. Foram 557 greves em 1992, 653 no ano seguinte, 1.034 greves em 1994, 1.056 em 1995 e, em 1996, o ano mais agitado da década sob este aspecto, 1258 greves, que se reduziram, em 1997, para 630 (dados do Dieese). Mesmo nos anos em que o número de greves foi elevado, a distância em relação aos momentos de maior mobilização da década anterior foi grande, também pelo fato de o número de trabalhadores envolvidos e de jornadas perdidas terem apresentado uma queda bastante significativa.

No interior dos sindicatos, a queda nos indicadores de sindicalização (e em muitas categorias no tamanho de suas bases), as dificuldades das direções em mobilizarem suas bases, problemas de sustentação financeira e as indefinições quanto às opções político-sindical das lideranças são alguns dos indicadores de uma situação de refluxo que, com ênfase variada, passou a ser vivenciada por diversas categorias, muitas das quais na ponta das lutas da década anterior.

Os motivos do refluxo são múltiplos e têm diversas origens. Neste texto, a abordagem está centrada em três níveis de explicação: as transformações no mundo do trabalho decorrentes da chamada reestruturação produtiva; a permanência dos elementos centrais da estrutura sindical corporativista e as opções políticas das lideranças sindicais da CUT num quadro marcado pelos condicionantes relacionados aos dois níveis anteriores.

A reestruturação e os sindicatos

Quanto ao processo de transformações no mundo do trabalho identificado como reestruturação produtiva, o acúmulo de análises recentes tornaria repetitivas, para o intuito deste artigo, considerações mais gerais.⁴ Apenas para fixar alguns elementos importantes para a sequência da reflexão, destacamos algumas características fundamentais do processo de reestruturação produtiva por que passam as economias capitalistas, em resposta à crise que se seguiu às três décadas de prosperidade do pós-guerra, com destaque para as que afetam mais diretamente as relações de trabalho. Citamos: a) a nova fase da internacionalização do capital, cuja face mais visível é o capital financeiro especulativo, mas que é também marcada, no nível da produção, por uma integração em escala planetária do processo produtivo das grandes empresas transnacionais; b) o encolhimento industrial, no que se refere ao percentual da população economicamente ativa empregada no setor secundário das economias de industrialização avançada (diante de uma ampliação do emprego em serviços) e à participação do setor na formação das rendas nacionais; c) a introdução, com inédita rapidez e generalização, de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra; d) as mudanças nas técnicas de gerenciamento do trabalho e da produção, com incentivo à polivalência do operário — que deve ser capaz de executar diferentes tarefas e de supervisionar a qualidade do produto por ele

produzido — bem como o estímulo a novas formas de colaboração entre capital e trabalho no âmbito da empresa, através de estratégias gerenciais de compromisso dos trabalhadores com o aumento da produtividade (via estímulos de remuneração adicional e/ou ameaças de desemprego) simbolizadas pela máxima do “vestir a camisa da empresa”.

Relacionada diretamente às características anteriores, observa-se uma mudança na composição da classe trabalhadora. Processo contraditório, significou em alguns casos um crescimento considerável das exigências de qualificação do trabalhador e em outros um retorno às formas mais selvagens de exploração da mão-de-obra infantil e mesmo do trabalho compulsório. Com a “desindustrialização”, as novas e precárias formas de contratação decorrentes da terceirização, as alterações no nível de qualificação e, principalmente, com o desemprego estrutural, as mudanças no perfil da classe dos que vivem do próprio trabalho foram consideráveis. Acredito ser equivocada a interpretação que deriva destas transformações, como conclusões sobre um possível fim da classe trabalhadora. Entretanto, a maioria da força de trabalho empregada nos serviços, a participação paritária das mulheres no mercado de trabalho, o grande número de pessoas que vive entre o emprego e o desemprego (e entre mercado formal e informal de trabalho, entre trabalho em tempo parcial e integral, etc.) são elementos que fazem crer não só em uma mudança no perfil da classe, como mesmo na possibilidade de

interpretarmos essa fase como um período-chave de (re)formação da classe trabalhadora.⁵

Uma última característica significativa diz respeito, justamente, às alterações no papel do Estado. No pós-guerra, os Estados dos países industrialmente desenvolvidos assumiram ou ampliaram três campos de atuação: a intervenção direta na economia através da encampação de empresas do setor produtivo e de serviço e da criação de novas empresas públicas; a intervenção econômica indireta, via planificação econômica e tentativas de regulação de preços e salários, mediando o conflito entre os agentes econômicos; e a ampliação dos benefícios e serviços ligados à seguridade social. A reestruturação econômica fez-se acompanhar de um duro ataque a essas três áreas de atuação, concomitantemente à chegada aos governos de projetos políticos identificados com esse ataque e que se encarregaram de executar as políticas de matriz neoliberal, privatizando empresas públicas, diminuindo a participação do Estado na regulação do mercado e cortando gastos previdenciários.

Em meio a esse conjunto avassalador de transformações, os sindicatos viveram um processo de esvaziamento que levou a reavaliações políticas e à elaboração de novas estratégias de atuação. Ainda correndo o risco da simplificação excessiva, é possível refazer o percurso das características-chave da reestruturação, incluindo seu impacto sobre o sindicalismo.

A nova fase da internacionalização dos grandes conglomerados empresariais, associada às mudanças nas técnicas

Os sindicatos de bases mais amplas estão agora localizados no setor de serviços e, em quase todos os países de desenvolvimento industrial avançado, os sindicatos de servidores públicos são os de maiores dimensões.

gerenciais e aos apelos e constrangimentos para o aumento da produtividade, por exemplo, empurrou os trabalhadores para uma situação de competição internacional em pelo menos dois níveis. Num primeiro, o número crescente de fechamentos de fábricas no "1º mundo" (muitas vezes compensado, para a empresa, por novas unidades fabris ou mais postos de trabalho em outras regiões) é acompanhado de uma ameaça explícita: serão fechadas as fábricas onde os índices de produtividade forem mais baixos. Num segundo nível, a ameaça atinge mais diretamente os sindicatos. A mesma lógica leva as grandes empresas a fecharem as fábricas nas regiões em que os sindicatos são mais ativos e combativos, buscando as de menor tradição associativa, que são normalmente de média salarial mais baixa.

O processo de fechamento de fábricas e "desindustrialização" gera também uma situação nova para o sindicalismo. Setores da classe operária centrais na tradição do movimento sindical — como metalúrgicos, mineiros, operários da construção naval, entre outros — são hoje numericamente pouco expressivos em vários países. Os sindicatos de bases mais amplas estão agora localizados no setor de

serviços e, em quase todos os países de desenvolvimento industrial avançado, os sindicatos de servidores públicos são os de maiores dimensões. Assim, a mudança no perfil da classe reflete-se também em uma nova heterogeneidade sindical. A imagem do operário industrial típico, o "peão", já não identifica o conjunto da classe, e a cultura sindical associada àquela imagem já não dá conta dessa nova heterogeneidade.

Quanto às transformações tecnológicas e nas relações de trabalho, seus impactos sobre o sindicalismo são alvo, já há algum tempo, de intensos debates. De um lado, a introdução de inovações tecnológicas e de novas formas de gerenciamento da produção tem um caráter desestabilizador, tanto por gerar diminuição no número de postos de trabalho, quanto por estar acoplada a diversas propostas de "trabalho participativo", ou seja, de colaboração entre capital e trabalho. Para enfrentar tais impactos, os sindicatos se viram obrigados a dominar conhecimentos profundos sobre o processo produtivo e as inovações técnicas e gerenciais, buscando atuar contra as consequências sociais da implantação das inovações, acompanhando-as desde a fase de planejamento. Risco

aceito por muitos foi o de transformar esse acompanhamento em um instrumento de barganha junto ao empresariado, almejando defensivamente conquistar o "menos pior" ou amenizar o impacto das transformações, o que acabou levando entidades e grupos de dirigentes sindicais em diversas regiões ao papel de avalistas das mudanças.

Diante do quadro de desemprego estrutural, de precarização das relações contratuais e de profundas mudanças no perfil dos assalariados, aos sindicatos foi posto o desafio de manter bases estáveis de filiados. A perda de filiados e a nova fragmentação da classe obrigam o movimento sindical a formular estratégias includentes, que caminhem no sentido da representação dos interesses dos terceirizados, precarizados e desempregados. Novas posições também têm de ser tomadas de forma a garantir o alargamento da base social de apoio aos sindicatos do setor de serviços, em especial no caso dos serviços públicos, onde as políticas de desobrigação do Estado têm não só desmontado as estruturas de seguridade social, como atacado os servidores e seus sindicatos, apresentando-os como representantes de privilégios contrários aos interesses da população.

A estrutura sindical: uma incômoda permanência

De outro lado, em relação às propostas apresentadas pelo novo sindicalismo nos anos 80, o projeto de uma mudança da estrutura sindical em direção à autonomia e

liberdade plena de organização foi frustrado. A Constituição de 1988 garantiu o direito de organização dos funcionários públicos, sacramentou a possibilidade de criação de Centrais Sindicais e, conquista mais importante, extinguiu o poder de intervenção do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos. No entanto, permaneceram a unicidade sindical, o monopólio da representação, o poder normativo da Justiça do Trabalho e o imposto sindical. Ou seja, mantiveram-se as bases fundamentais da estrutura sindical corporativista.

Durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, a pressão dos sindicatos foi fundamental para, apesar de toda a manobra dos conservadores reunidos no "Centrão", garantir a inclusão na Carta de novos direitos trabalhistas (como a redução da jornada, a regulamentação do trabalho em turnos, a licença-maternidade, entre muitos outros). Na discussão da estrutura sindical, entretanto, a capacidade de pressão dos sindicatos foi muito menor. Em primeiro lugar, porque uma parte do movimento — os setores que haviam criado a Conclat/CGT — não considerou a superação da estrutura sindical oficial uma necessidade do movimento. Mas, mesmo entre o sindicalismo cutista, que defendeu o fim da estrutura, foi possível constatar que o poder de mobilização nesse caso foi bem menor que o apresentado nas votações referentes à legislação trabalhista.

Os limites impostos por essa permanência do sindicalismo oficial são sensíveis, por exemplo, nos momentos em que, apesar das estratégias variadas de pressão que

os sindicatos possam vir a empregar, os resultados da negociação coletiva acabam por ser impostos pela Justiça do Trabalho. Uma Justiça do Trabalho, aliás, que vem tendo muito pouco pudor nos últimos anos em julgar favoravelmente aos empresários ou ao Estado, tentando inibir na prática as mobilizações sindicais, constitucionalmente garantidas, através da aplicação de sanções (como as pesadas multas em greves julgadas "abusivas").

Da mesma forma, as organizações sindicais efetivamente representativas dos trabalhadores esbarram em antigos e novos sindicatos "de carimbo" (entidades sem representatividade que adquirem registro sindical e se apresentam a assinar acordos e a recolher imposto sindical) e em federações e confederações pelegas, cuja garantia de existência não está numa adesão das bases ou numa tradição de lutas, mas na legislação que atribui o monopólio da representação aos sindicatos reconhecidos pelo poder público. A permanência do imposto sindical é o fermento ideal para essas organizações sindicais que, se dependessem apenas da contribuição espontânea dos pouquíssimos trabalhadores a elas filiados, tenderiam a desaparecer.

Dirigindo a atenção para o interior das organizações sindicais, é possível constatar que os limites impostos pela permanência da estrutura sindical também se fazem sentir no cotidiano. Décadas de sindicalismo controlado pelo Estado

e de estímulo a um sindicalismo voltado apenas à prestação de serviços assistenciais acabaram por gerar grandes e dispendiosas estruturas de serviços médicos, espaços recreativos e balcões de serviços, às quais recorrem diariamente milhares de trabalhadores que não encontram opção de atendimento em serviços públicos totalmente deteriorados.

Da mesma forma, a permanência do imposto sindical acabou reproduzindo, mesmo em muitas entidades com lideranças e trajetórias combativas, uma dependência em relação a esse dinheiro arrecadado compulsoriamente junto à categoria. Dependência que, embora tenha diminuído consideravelmente na maioria dos sindicatos cutistas, ao longo dos anos 80 e 90, continua significativa para muitos sindicatos que, mesmo nesse campo, mantiveram grandes estruturas assistenciais ou sofreram recentemente, como consequência da reestruturação, uma queda significativa de filiados.

Isso para não mencionar a cultura sindical que essa estrutura gera, estimulando o aparecimento de dirigentes mais preocupados em se manterem à frente dos "aparelhos", desenvolvendo uma espécie de "carreira" sindical, do que em representarem efetivamente suas bases através da delegação conferida pelos mandatos sindicais.

Assim, a permanência da estrutura sindical acabou criando uma situação paradoxal. Os

governos Collor e agora FHC "ameaçam" o movimento sindical com bandeiras que o novo sindicalismo brandia com vigor nos anos 80, como o fim da unicidade e do imposto sindical, obviamente que com objetivos diversos. A reforma da estrutura sindical proposta em fins de 1998 pelo governo FHC institui a pluralidade sindical e acaba com o imposto. Mas mantém sob o controle da Justiça do Trabalho a definição de qual sindicato será considerado representativo para fins de negociação e contratação coletiva. Quer dizer, libera a criação de sindicatos, mas mantém o controle do Estado na definição de com qual deles o empresário celebrará acordo, invertendo o princípio básico de um regime de liberdade de organização sindical em que a representatividade dos sindicatos depende do número de filiados e de sua capacidade de mobilização. O objetivo do governo já se explicitou em vários momentos. Trata-se de fomentar o sindicato por empresa, parceiro do empresariado — por adesão ou por pressão — na busca do aumento da produtividade e da lucratividade.

Observa-se, portanto, um quadro de condicionantes extremamente negativo para o movimento sindical brasileiro, advindo tanto das consequências do processo de reestruturação produtiva — que tem escala planetária, mas atinge o Brasil de forma direta há pelo menos uma década —, quanto, no que diz respeito mais especificamente ao

quadro brasileiro, às especificidades oriundas da manutenção das bases da estrutura sindical corporativista.

Com esse quadro de condicionantes, não há porque supor que as lideranças sindicais estivessem diante de uma única alternativa. Possibilidades diferenciadas de resposta sempre existem e os debates no interior da CUT demonstram que a "via única" é questionada por setores significativos da central. Analisando, entretanto, a posição que tem dominado os encaminhamentos da CUT e de alguns dos sindicatos mais representativos a ela filiados, ao longo dos anos 90, é possível constatar a predominância de uma concepção que atribui às transformações em curso na economia capitalista um caráter de inevitabilidade.

Em relação à estrutura sindical, os projetos defendidos na formação da Central, de unificação das lutas e das entidades sindicais por ramos de atividades econômicas, foram se sofisticando para dar lugar ao debate, nos anos 90, sobre a proposta do "sindicalismo orgânico", mais tarde reformulada e apresentada como proposta dos "sindicatos nacionais". Os debates sobre tais propostas, apresentadas pelo grupo que detém a maioria da direção cutista, centraram-se na constatação de que a nova estrutura proposta pelo grupo majoritário na direção da CUT acabaria com a concepção de sindicato como frente única de trabalhadores, optando pelo

Dirigindo a atenção para o interior das organizações sindicais, é possível constatar que os limites impostos pela permanência da estrutura sindical também se fazem sentir no cotidiano.

modelo europeu dos sindicatos ideologicamente afinados com a Central à qual se filiam. Ressaltou-se também que a nova proposta representaria, se efetivada, um controle centralizado de uma direção da CUT sobre os sindicatos a ela filiados, ampliando o fosso entre lideranças e bases e obstruindo os canais de democracia interna na Central, arduamente construídos pelo movimento. O fato é que, envolvida em um debate interno polarizado sobre seu modelo de estrutura sindical, a CUT tem apresentado pouca capacidade de confrontação com as propostas de mudança na estrutura apresentadas pelo governo.

Em relação ao impacto da reestruturação produtiva, por outro lado, os setores majoritários entre as direções sindicais cutistas concebem que aos trabalhadores cabe proteger-se dessas mudanças irreversíveis, em especial proteger seus empregos diante de um quadro de desemprego estrutural que impediria reações mais radicais.

"A relação direta de negociação, ex. sindicatos através da mobilização buscam impedir ações unilaterais das empresas e conseguir cláusulas nos acordos/convenções que protejam os trabalhadores frente às mudanças organizacionais e tecnológicas."

No extremo, chega-se a apontar a reestruturação como uma etapa que pode vir a ser positivada pela intervenção dos sindicatos, através do caminho da negociação, da pactuação com os empresários capitalistas. No 6º Concut, de 1997, a tradição das teses por tendência foi substituída por um caderno com uma tese única da Direção Nacional

da CUT.⁷ Apresentou-se aí, portanto de forma mais direta, o entendimento da maioria dos dirigentes cutistas sobre a questão da reestruturação, através de uma proposta sobre o tema em que a preocupação maior era nitidamente afirmar a estratégia da negociação nos termos do capital como a única possível. Assim, afirma-se que a Central "não se opõe à inovação tecnológica, organizacional ou, em linhas gerais, à modernização industrial...". Com dubiedade, comenta-se, em seguida, que "é preciso que se reconheça que a crescente incapacidade do setor produtivo em gerar empregos e incorporar parcela enorme de contingente de excluídos do setor formal não se deve somente à crescente difusão de inovações tecnológicas". A conclusão, ao arremesso de todo o acúmulo de discussão no interior do movimento sindical e na mesma linha do discurso empresarial, é a de que o desemprego é gerado também porque há pouca modernização no Brasil. Assim, a referida incapacidade empresarial de gerar empregos estaria também associada:

"ao fato de que uma parcela significativa desse setor produtivo não tem sido capaz de se reestruturar e modernizar. (...) Dessa forma, a atitude sindical frente à reestruturação produtiva e à modernização tecnológica deve ultrapassar os preceitos da aceitação passiva ou da recusa a qualquer iniciativa das empresas em promover mudanças."

Através desse discurso, opera-se um deslocamento no sentido da avaliação tradicional que o movimento sindical acumulou, de

que o fechamento de empresas em um processo de abertura econômica é fruto da oligopolização da economia (tendência à concentração de capitais) típica da lógica capitalista, para afirmar-se que é uma incapacidade de modernizar-se, supostamente técnica, que leva ao fim de certos setores da produção. As propostas seguem afirmando que a recusa sindical à inovação mostrou-se, nas experiências internacionais, um facilitador das estratégias patronais de cooptação dos trabalhadores e exclusão dos sindicatos. Em seguida introduz-se a palavra-chave: negociação. Mas o interessante é que isto se faz não pela afirmação da importância da negociação, mas pela negação das propostas a ela contrárias:

"A simples afirmação de que tais negociações são sempre uma forma de cooptação dos trabalhadores para o projeto da empresa não dá conta da complexidade desse processo e pode criar um distanciamento entre os trabalhadores e a orientação dos sindicatos."

O recuo na prática sindical

As deliberações dos fóruns de decisão da CUT orientam e espelham ações sindicais concretas. É possível localizar, em vários episódios recentes, manifestações típicas dessa virada na postura de sindicatos e sindicalistas identificados com a CUT. Nas relações mais diretas com as empresas, os acordos fechados no ABC paulista entre o Sindicato dos Metalúrgicos e as grandes montadoras de automóveis, sob o peso das ameaças de demissão, são,

em vários sentidos, paradigmáticos dessa mudança de rumo.

Em fins de 1997, quando da crise instalada pela ameaça de demissões na Volkswagen, um sinal inequívoco de reorientação foi dado. Apesar de todo um processo de mobilização da categoria contra as demissões e de um discurso que opunha à alternativa cutista — de recusa frontal a aceitar acordos de redução de jornada com redução de salários — a da Força Sindical — que se apressou a anunciar que aceitava negociar nesses termos com o setor de autopeças —, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC fechou um acordo com a direção da Volks que estava longe da linha de intervenção construída pelo sindicato na fase posterior às greves de 1978. O acordo previa um plano de demissões "voluntárias" e uma redução de salário indireto (via aumento no valor dos descontos de serviços como alimentação e transporte), além do aprofundamento significativo do poder de controle da empresa sobre a jornada de trabalho dos trabalhadores, através da ampliação do banco de horas.⁸ A conjuntura da "crise asiática", que o país então atravessava, foi a justificativa alegada para a ofensiva patronal sobre os direitos e os empregos dos trabalhadores. Cerca de um ano mais tarde, a crise capitalista nos atingiria de forma ainda mais direta. Após a "crise russa", no segundo semestre de 1998, foi a vez da "crise brasileira", confirmada pela desvalorização forçada do real em inícios de 1999.

Ainda tomando o ABC como espaço privilegiado de análise, voltamos à Volkswagen — a maior montadora da região — que, em novembro de 1998, propôs suspender o pagamento do 13º salário, do

abono de férias e da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), em troca da garantia de emprego e da redução da semana de trabalho de 5 para 4 dias por semana (mantidas as regras flexíveis de uso das horas extras). A justificativa: queda nas vendas com a crise e elevação dos custos de produção com a variação cambial.

Após as primeiras conversações, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, através de seu presidente, Luiz Marinho, propôs aos trabalhadores da empresa, em assembléia realizada no dia 1º de dezembro, negociar com a empresa um reajuste salarial zero (abrindo mão inclusive do percentual de PLR), em troca da estabilidade no emprego. A assembléia dos trabalhadores da Volks recusou a proposta da direção sindical.

Dez dias mais tarde, os trabalhadores acabaram por aceitar uma proposta de redução da jornada de trabalho — três semanas de quatro dias e uma semana de cinco dias por mês — com redução de salários. Para os trabalhadores com salários mais baixos, um pequeno reajuste salarial e a PLR compensaram a redução salarial. O fato é que, com um acordo desta natureza, os sindicalistas da CUT recuaram ainda mais em relação ao ano anterior, ao assumirem a redução de jornada com redução de salário direto como freio às demissões.

Na virada do ano, a Ford dispensou, por carta, um grande contingente de operários, então em férias coletivas. A resposta dos trabalhadores demitidos foi a volta aos postos de trabalho na empresa, para cumprir a antiga jornada no interior da fábrica. Nos desdobramentos do embate, a Ford, que inicialmente proibiu os demitidos

de trabalharem e mais tarde tentou barrá-los na entrada, suspendeu novamente a produção, aguardando a resolução do impasse. Por fim, os trabalhadores chegaram a iniciar uma greve na fábrica como forma de pressionar a empresa pela suspensão das demissões. A greve não se alongou, pois se fechou um acordo entre o sindicato e a empresa que suspendeu temporariamente as demissões, implantando um Plano de Demissões Voluntárias.

Dos episódios de 1997 a 1999, nas montadoras do ABC, resta a constatação dos recuos progressivos do Sindicato dos Metalúrgicos, que acabou por fechar acordos em que aceitou: ampliação do controle empresarial sobre a jornada de trabalho (via ampliação das horas extras não remuneradas — "banco de horas"); redução de salários (primeiro indiretos, depois diretos); e política de incentivo às demissões e fechamento de postos (via planos de demissão voluntária).

Os trabalhadores, organizados em grande medida a partir das comissões de fábrica, demonstraram disposição de resistir, como ficou claro na recusa da assembléia da Volks ao primeiro acordo e nas lutas na Ford. O sindicato, porém, não propôs mobilizações do conjunto da categoria (que marcaram sua trajetória entre o fim dos anos 70 e a década de 80), aceitando o modelo de negociação por empresa, em tudo interessante às grandes montadoras. E se tudo foi justificado sob o argumento de manter empregos, o fato é que postos de trabalho continuam sendo irremediavelmente fechados nas indústrias automobilísticas da região.

Nos meses seguintes de 1999, a

grande bandeira política dos líderes sindicais do ABC foi a diminuição dos impostos incidentes sobre a produção e comercialização de veículos. Ou seja, para supostamente defender empregos, tais lideranças apontam como saída a preservação dos altos patamares de lucratividade das empresas, ainda que à custa de compensar a queda conjuntural da demanda por automóveis novos com uma redução da arrecadação de impostos que, teoricamente, deveriam beneficiar o conjunto da população através de serviços públicos.

Deve ser ressaltado, entretanto, que ainda no primeiro semestre de 1999 os dirigentes sindicais do ABC colheram um fruto inesperado: a formação, pela primeira vez desde as greves de 1978, de um bloco expressivo de lideranças em oposição à linha dirigente no sindicato, que acabou por eleger parte significativa dos delegados de base nas Comissões de Empresa de algumas fábricas (a maioria dos delegados da Scania — primeira fábrica a parar em 1978 — e mais de 40% da Comissão da Volks), o que resultou em sua participação na diretoria do sindicato, composta de forma proporcional.

É certo que o desemprego pode ser apontado como um fator estrutural importante para explicar uma alteração de linha de atuação do sindicalismo cutista no ABC em direção a fórmulas pactuadas de relacionamento com o capital, em contraposição aos caminhos mais combativos de atuação experimentados na década anterior. Mas, se o desemprego criou o ambiente, não pode ser considerado a única causa da mudança de postura

dos sindicatos. Em especial porque as lideranças continuam a apresentar suas posturas, muitas de resultados duvidosos, como avanços e conquistas. Nesse caso, é preciso recuar um pouco mais no tempo, em direção aos primeiros momentos em que essa mudança de rumos das lideranças se manifestou de forma mais clara.

O ponto de inflexão, nesse sentido, foi o chamado "acordo das montadoras" negociado da câmara setorial do setor automotivo, em 1992 (1ª versão) e 1993, até hoje invocado como modelo de solução positiva pelos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Aquele acordo previa redução da margem de lucro empresarial, redução dos preços dos veículos mais baratos, modernização dos parques industriais, limitação das reivindicações salariais à reposição da inflação passada e manutenção (ou ampliação) dos postos de trabalho. A chave do acordo, porém, residia na participação do Estado (nas esferas federal e estadual), que assumia uma redução do Imposto sobre Produção Industrial (IPI, arrecadado pelo Governo Federal) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, arrecadado pelos governos estaduais).

A experiência do acordo das montadoras foi intensamente debatida nos meios sindical, político e acadêmico. Para os seus defensores, capitaneados pelo Sindicato dos Metalúrgicos da região do ABC paulista, principal pólo automobilístico do país, tratava-se de um acordo que garantiria a ampliação da oferta de empregos. Os empresários defenderam o

acordo como um instrumento de ampliação da oferta de carros mais baratos. Analistas acadêmicos vislumbraram na iniciativa um novo patamar nas relações de trabalho no Brasil, com um recuo no papel arbitral do Estado e um reconhecimento mútuo entre empresários e trabalhadores como atores legítimos no processo de negociação, através da criação de um espaço democrático de resolução do conflito capital-trabalho.⁹ As críticas ao acordo, por sua característica de renúncia fiscal, pela limitação de sua aplicabilidade a um setor específico da economia brasileira, ou pelo sentido de "conciliação de interesses de classes" inerente à proposta, surgiram também em diferentes espaços.

A mudança de perspectiva do governo nos anos seguintes levou ao esvaziamento da câmara setorial e ao fim do acordo. O governo, entretanto, instituiria nova política de estímulo à ampliação da produção automotiva através de isenções fiscais para importação de peças e insumos (desta feita não vinculada a metas de manutenção ou criação de empregos), através do "regime automotivo".¹⁰ Já o sindicato ampliou o escopo das negociações com o empresariado do setor automobilístico e aceitou limitar reivindicações salariais e flexibilizar as horas extras, com a justificativa de reduzir as demissões.

Em resultados numéricos, a comparação entre 1991 (antes do acordo das montadoras) e 1995 demonstra que, do ponto de vista da criação de novos empregos ou mesmo na perspectiva de manutenção dos postos, o acordo não fora bem-sucedido. Ao mesmo

tempo, a elevação da produtividade no setor foi muito expressiva. Dados dos fabricantes de veículos e autopeças, sistematizados pelo Dieese, indicam que entre 1991 e 1995 as taxas de crescimento da produção, da produtividade e do emprego foram, respectivamente, de 70%, 78% e -5%. Ou seja, enquanto a produtividade do trabalho quase dobrou, o emprego foi reduzido. O papel do governo foi claro: mesmo não tendo reduzido a arrecadação total (pelo ganho em escala), a redução dos impostos aumentou a margem de lucro dos empresários e, quando a câmara setorial foi desmobilizada, o governo manteve-se apoiando aquele setor do capital, através das facilidades do regime automotivo.

No início dos anos 90, o discurso empresarial alegava ser necessário demitir para ampliar a produtividade e o poder de competitividade, naquele momento em função da abertura do mercado, o que só poderia ser evitado através de concessões do governo (sempre disposto a esse papel) e dos trabalhadores. Em fins de 1997 e 1998, o argumento era simétrico. Só com demissões ou novas concessões dos trabalhadores seria possível evitar uma retração do setor, ante a elevação dos juros que se seguiu à crise asiática. Em 1999, a chantagem empresarial aprofundou-se. Mas, graças aos acordos com os trabalhadores e aos benefícios fiscais concedidos pelo governo, surge a recuperação de vendas e garantia de lucratividade para o setor. Como ficou visível entre 1997/1999, a tendência empresarial é avançar ainda mais sobre salários e direitos dos trabalhadores, em paralelo à

redução do quadro de pessoal.

É visível, portanto, que no campo das negociações diretas entre empresários e sindicatos, a situação tem sido extremamente desfavorável para os trabalhadores, e as estratégias sindicais não têm conseguido formular respostas que fujam à lógica desta fase do processo de expansão capitalista. Poderíamos supor que, diante desse quadro, respostas mais conseqüentes à ofensiva empresarial pudessem ser construídas na arena pública da sociedade política, ou seja, através da ação sobre o núcleo dirigente do aparelho de Estado, em busca de garantias gerais que impedissem as perdas sucessivas nas negociações específicas. Não tem sido assim.

Da parte do atual núcleo dirigente do Estado brasileiro, o discurso tem sido justamente o do estímulo à resolução pactuada dos conflitos entre patrões e empregados, negando-se o papel regulador do Estado, entendido como intervenção prejudicial às regras do mercado ou sobrevivência corporativista que se quer extirpar. O que não quer dizer que o Estado não esteja, constantemente, intervindo nas

relações capital/trabalho. As intervenções são recorrentes e se fazem, principalmente, através de medidas legais que visam facilitar a precarização do trabalho, suprimindo conquistas dos trabalhadores legalmente consagradas. A entrada em vigor da legislação sobre o contrato temporário de trabalho, na virada de 1997 para 1998, e a proposta da "suspensão temporária" do contrato de trabalho e de alterações nos contratos de tempo parcial, apresentada como parte de um pacote de medidas na área trabalhista, em meados de 1998, foram medidas propostas no sentido de ampliar a desregulamentação trabalhista.

Os discursos dos sindicatos e sindicalistas ligados à CUT, no sentido de estabelecer uma resistência a essas mudanças na legislação, se fizeram presentes. Pouco se fez, entretanto, na direção de mobilizações expressivas contra essas medidas. O que pode ser explicado, em grande parte, pela mudança na postura da direção cutista, também no que diz respeito às relações com o governo. O que passou a ficar mais evidente após o

Da parte do atual núcleo dirigente do Estado brasileiro, o discurso tem sido justamente o do estímulo à resolução pactuada dos conflitos entre patrões e empregados, negando-se o papel regulador do Estado, entendido como intervenção prejudicial às regras do mercado ou sobrevivência corporativista que se quer extirpar.

episódio do "acordo da previdência", no início do ano de 1996.

Naquele momento, o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva — o Vicentinho — apresentou-se para negociar com o Executivo e líderes do Legislativo um acordo em torno da reforma da previdência. O que estava em discussão era a proposta de reforma do sistema previdenciário que o Executivo apresentara ao Legislativo ainda no primeiro semestre de 1995 e cujas bases seguiam um modelo discutido em diversos países, de redução dos benefícios e aumento tanto da contribuição dos trabalhadores quanto do número de anos que devem trabalhar para poderem se aposentar. Vicentinho priorizou negociar os interesses imediatos dos trabalhadores organizados do setor privado, garantindo a "aposentadoria proporcional", mas referendando o fim da aposentadoria integral para o funcionalismo público e abandonando qualquer preocupação maior com o enorme contingente de trabalhadores precarizados ao aceitar a tese da aposentadoria por "tempo de contribuição", em substituição ao modelo do "tempo de serviço".

Chama a atenção o fato de Vicentinho ter se sentado à mesa para negociar um mês depois de na França uma grande greve nacional de trabalhadores da área de transporte e serviços públicos ter parado o país e colocado em discussão um projeto semelhante de reforma da seguridade social. A greve francesa encontrou amplo apoio da opinião pública e breiou de imediato a tramitação do projeto do governo de lá. Com um olhar

retrospectivo, aquele movimento pode ser considerado um marco da retomada das mobilizações sindicais européias, que cresceram de lá para cá, e um indicador importante da virada política que conduziria novamente coalizões políticas à esquerda para governos como o da própria França.¹¹

Já no Brasil, por trás do presidente da CUT não havia qualquer greve ou movimento de massas que desse sustentação e legitimidade às suas posições de negociador. Registrava-se apenas o apoio da maioria da direção da CUT. As únicas manifestações registradas foram as de sindicalistas e militantes cutistas contra Vicentinho e seu acordo com o governo. Quando a direção da central anunciou, já após dois meses de repercussão das negociações, que os termos do acordo não haviam sido respeitados no relatório da matéria no Legislativo, já era tarde para apagar completamente seu endosso à tramitação da reforma. O governo contabilizou várias vitórias: o projeto avançou no Legislativo; difundiu-se a imagem do presidente como um líder disposto ao diálogo e a CUT, principal obstáculo às reformas, dividiu-se ainda mais nas discussões internas sobre a validade e o conteúdo do acordo que se anunciou e sobre a forma de sua negociação. Quando recentemente a reforma passou por mais uma etapa de votação no Congresso e Vicentinho comandou protestos, alguns articulistas da grande imprensa cobraram com sarcasmo a coerência do presidente da Central, que dois anos antes havia endossado a essência do projeto.

Que sindicalismo para amanhã?

De que forma enfrentar a reestruturação produtiva, mantendo a perspectiva autônoma e classista que marcou o sindicalismo brasileiro nos anos 80? Como resistir às reformas da estrutura sindical propostas pelo governo FHC e ao modelo fracionador do sindicalismo por empresa, superando também o sindicalismo corporativista, que já resistiu a duas ditaduras e duas "redemocratizações"?

São, certamente, perguntas de difícil resposta. Já há, no entanto, algum acúmulo de discussões que permitem esboçar alguns caminhos.

No plano mais amplo, é indispensável ter em conta que, no atual estágio da internacionalização do capital, respostas sindicais nacionais terão sempre um papel restrito. Se a estratégia empresarial visa criar um clima de competitividade entre os trabalhadores da mesma empresa ou do mesmo ramo produtivo nas mais diferentes regiões do mundo, em busca dos níveis mais altos de produtividade e de um sindicalismo mais dócil, uma contrapartida sindical se impõe e tem sido, ainda que timidamente, esboçada: a reatualização da antiga palavra de ordem do internacionalismo operário.

Por outro lado, a importância para a atual etapa da acumulação capitalista da constante introdução de novas tecnologias, equipamentos e técnicas gerenciais — sempre com o intuito de poupar mão-de-obra — no processo produtivo obriga os sindicatos a aprofundarem seus conhecimentos sobre tais inovações e

a buscarem estabelecer limites à sua implantação. O mais difícil, entretanto, é fazer isto sem aderir aos chamados para a parceria com o capital. Tais chamados têm justificativas variadas — manter a produtividade elevada para garantir competitividade em um mundo globalizado e pressionar pela garantia de privilégios fiscais para as empresas que compensem as dificuldades das flutuações econômicas são exemplos —, mas utilizam-se sempre de um argumento de força: o lucro da empresa é a única garantia do emprego de seus trabalhadores. Trata-se de um argumento forte em tempos de desemprego estrutural. No âmbito da empresa ou da categoria será difícil responder-lhe adequadamente e a unificação das lutas torna-se um imperativo.

Já a perda de filiados e a nova fragmentação da classe obrigam o movimento sindical a formular estratégias incluídas, que caminhem no sentido da representação dos interesses dos terceirizados, precarizados e desempregados. Novas posições também têm de ser tomadas de forma a garantir o alargamento da base social de apoio aos sindicatos do setor de serviços, em especial no caso dos serviços públicos, onde as políticas de desobrigação do Estado têm não só desmontado as estruturas de seguridade social, como atacado os servidores e suas entidades representativas, apresentando-os como representantes de privilégios contrários aos interesses da população.

Quanto à permanência da estrutura sindical corporativista, faz-

se mais necessário do que nunca resgatar a concepção sindical que esteve na origem das grandes mobilizações identificadas com o Novo Sindicalismo. Cabe resistir às propostas do governo de reforma na legislação sindical, que objetivam fragmentar e controlar ainda mais os sindicatos, avançando na definição de princípios e práticas de uma organização sindical autenticamente cutista.

O processo de reestruturação produtiva caminha em paralelo ao seu complemento político: a efetivação pelo Estado das propostas neoliberais. Por isso mesmo, tomados isoladamente, os sindicatos não terão condições de inverter a lógica atual. No campo da política, o papel principal para a reversão desta lógica pertence aos partidos identificados com a classe trabalhadora (e aí também os recuos têm sido significativos). Mas os sindicatos são e devem continuar sendo espaços importantes de construção e discussão de alternativas políticas, razão pela qual devem evitar o raciocínio corporativo que indica caminhos

específicos para categorias específicas e atuar no sentido de construir projetos alternativos que respondam pelos interesses dos trabalhadores em um plano político mais geral. Projetos que só podem ser levados adiante a partir de grandes mobilizações. Se as categorias isoladas encontram graves dificuldades em enfrentar um quadro conjuntural desfavorável, impõe-se a unificação das lutas contra o governo e a ofensiva empresarial. São diretrizes que neste momento se tornam incompatíveis com a linha que vem sendo defendida pela direção do CUT, o que leva a uma outra necessidade, a da renovação das direções.

São, sem dúvida, desafios de grande porte. Não devem, entretanto, ser vistos como intransponíveis. Afinal, em outros momentos já foram ouvidas as vozes dos arautos do fim da classe trabalhadora e dos sindicatos, do fim da história, do fim das possibilidades de transformação da realidade social. As lutas da classe trabalhadora desmentiram suas promessas.



Notas do texto

1. Uma boa síntese sobre essa fase do movimento sindical brasileiro é feita por Antunes, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas, Pontes, 1992. Os debates acadêmicos e sindicais sobre o novo sindicalismo foram por mim resumidos no 2º capítulo do livro *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.
2. Os limites desse contraste com o sindicalismo do pré-64 foram objeto de análise em Mattos, M. B. *Novos e velhos...*, op. cit. A crítica à superficialidade das caracterizações tradicionais do "sindicalismo populista" tem sido feita por vários trabalhos recentes, entre os quais destacamos Costa, Hélio da. *Em busca da Memória*. São Paulo: Scritta, 1995. Silva, Fernando da. *A carga e a culpa*. São Paulo, Hucitec, 1995.
3. Sobre as greves nesse período, ver Noronha, Eduardo. *Greves e estratégias sindicais no Brasil*. In Oliveira, Carlos A. De (e outros). *O mundo do trabalho: crise e mudança no final de século*. São Paulo: Scritta, 1994.
4. Análises mais amplas desse processo podem ser encontradas numa vasta literatura internacional. Para citar apenas duas boas sínteses de autores brasileiros, mencionamos Antunes, Ricardo. *Adeus ao trabalho? (Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho)*. São Paulo, Cortez/edUnicamp, 1995 e Mattoso, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995. Tratei de fazer essa discussão de forma mais aprofundada no artigo "Políticas nacionais e poder sindical: uma perspectiva comparada", publicado em Mendonça, Sônia R. de e Motta, Márcia M. M. (Org.). *Nação e poder: as dimensões da História*. Niterói: EdUFF, 1998.
5. Essa interpretação é apresentada de forma bem fundamentada por BEYNON, Huw. A destruição da classe operária inglesa? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Nº 27. São Paulo, fev. 1995.
6. Deliberações da 8ª Plenária Nacional da CUT. São Paulo, 1996.
7. *Deliberações do 6º CONCUR*. São Paulo, 1997.
8. Tratei de forma mais detida desse tema em "Entregando a mão para não perder os dedos: o sindicalismo brasileiro e o desemprego". In *Outubro*. Nº 1, São Paulo, maio de 1998.
9. Um exemplo da abordagem que elogia o acordo é o texto de Cardoso, Adalberto M. e Comin, Álvaro A. "Câmaras setoriais, modernização produtiva e democratização nas relações de trabalho no Brasil: a experiência do setor automotivo". In Villas Bôas, Gláucia e Gonçalves, Marco Antonio (Org.). *O Brasil na virada do século. O debate dos cientistas sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
10. Para uma visão crítica sobre as políticas de estímulo ao setor automotivo no Brasil e em outros países em desenvolvimento ver o artigo de Humphrey, John. "A promoção da indústria de automóveis". *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 23/08/98, p. 2-2.
11. As greves francesas de 1995/1996 foram discutidas intensamente nos periódicos acadêmicos europeus. No Brasil, foram traduzidos alguns artigos, como o de Morin, Edgar. "O futuro caminha para o passado". In *Tempo*. Nº 1. Rio de Janeiro, UFF, abril 1996 e Braué, Pierre. "A greve na França segundo a imprensa". In *O olho da história. Revista de História Contemporânea*. Salvador, jun. 1996. Aprofundi a comparação entre aquele momento na França e no Brasil em Mattos, Marcelo Badaró. "Os sindicatos e os dilemas das democracias contemporâneas: reações sindicais às propostas recentes de reforma previdenciária na França e no Brasil." In *Universidade e Sociedade*. Nº 12. Brasília, fev. 1997.

O sindicato diante das políticas neoliberais

JAMES PETRAS

Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Binghamton, Nova York

O tema sindicalismo é muito amplo e há vários aspectos a serem abordados. Alguns vinculados estreitamente e outros um pouco dissociados, porém creio que todos são importantes para enfrentar a pergunta sobre que tipo de modelo de sindicato queremos. E que tipo de estratégia, se há acomodação, se há confrontação.

Em primeira instância, temos que entender dois fatos importantes. Primeiro, a grande ruptura com o passado que representa o Neoliberalismo. Em todo sentido, uma ruptura com um legado político, econômico, social e cultural. Essa ruptura é um fato importante para explicar os problemas e as crises do sindicalismo atual. No entanto, porque há grandes mudanças no mundo do capital em relação aos trabalhadores, os sindicatos estão atrás e noutro mundo. O mundo do Estado do bem-estar social e da expansão do capital, de repartição de ingressos e da previdência

social. Então, há um desajuste entre o mundo contemporâneo e o pensamento e práticas dos sindicatos diante dessa nova conjuntura. Em primeiro lugar, quero discutir o que representa essa ruptura em relação ao mundo atual, o contexto em que estão funcionando os sindicatos hoje.

O segundo fato de grande transcendência, pelo menos no Brasil e em outras partes da América Latina, do Terceiro Mundo, é o fracasso do modelo neoliberal. Todas as premissas e argumentos que foram desenvolvidas e elaboradas, especialmente no Brasil, têm

resultados negativos. A quebra do Plano Real, agora, é uma simples legenda do passado sobre o projeto de desenvolvimento, sobre as premissas dos grandes fluxos de capital, como via, vínculo, de expansão econômica e inserção na economia mundial. Tudo que Cardoso argumentou por cinco anos já se acabou.

Isso não significa que as políticas neoliberais terminaram e devemos falar de uma situação pós-neoliberal, porque as crises vão aprofundar as medidas neoliberais. Vão aprofundar a dependência e aumentar as oportunidades e fortalecer as posições do



imperialismo norte-americano e europeu dentro do Brasil e do resto da América Latina. Simplesmente porque um modelo fracassa, não significa o fim do modelo. Isso implica uma troca política no poder para propor um outro modelo político-econômico.

Neoliberalismo: ruptura com o passado. O que significa esta ruptura do neoliberalismo? Em primeira instância, nova configuração de poder, porque falar de neoliberalismo é como discutir uma ideologia. E isso é o menos importante! Não é uma ideologia que determina a política, é a configuração de poderes, interesses, instituições organizadas que utilizam e aplicam as medidas neoliberais a partir de um conceito estratégico de seus interesses. Então, isso explica, em parte, as incoerências da aplicação do neoliberalismo. Por exemplo, aumentando o papel do Estado para salvar grandes bancos, intervenção estatal diante da bancarrota de grandes empresas, ampliação do poder de decretos-leis transitórios para ampliar as possibilidades de estender a influência de capital nos lugares de trabalho. Um estatismo seletivo. E mais, sobre a presença dos interesses imperialistas no país, há grandes intervenções do Estado, barrando impostos, etc. Então, a ideologia aplicada seletivamente indica que atrás da ideologia há que se identificarem as classes sociais, as instituições econômicas que manejam, que utilizam a ideologia. Simplesmente combater a ideologia não é mais que um debate intelectual. O ponto alto deste debate é ir mais adiante nas

relações reais, nos poderes reais, na organização dos partidos. Isso me recorda um artigo de Singer, escrito recentemente, criticando os erros da política de Cardoso sobre taxas de juros, o valor do real. Uma crítica brilhante, porém muito estreita. Com premissas como se Cardoso poderia fazer outra coisa que não a realidade. Não eram erros, eram produtos da configuração de poder que levou Cardoso ao governo que seguem sendo seu principal apoio, que são os grandes interesses multinacionais dos Estados Unidos, do Wall Street, etc. Deste ângulo, nada era erro, era dentro da lógica de sua política, de seus interesses.

Então, quando falamos de um projeto estratégico de imperialismo, temos que ver, em contrapartida, que no mundo sindical eram os interesses corporativos do sindicato melhor previdência, melhores salários, melhores oportunidades de acesso ao trabalho. Essa confrontação entre visão corporativa, contra uma visão estratégica, era uma debilidade, porque a visão corporativa tinha como premissa a possibilidade de continuar a extrair concessões, vistos os pactos anteriores dentro do Estado do bem-estar social, onde um governo segue como mediador entre os interesses do capital e trabalho, defendendo o capitalismo seguro. Dentro desse modelo, vê-se a forma de manter um equilíbrio de poderes entre capital e trabalho. A ruptura desse modelo e a introdução do modelo de uma nova política econômica desde o ângulo imperial e local, coloca o sindicato pensando sobre uma

possibilidade que cada sindicato, cada setor, poderia negociar e conseguir concessões, como no passado. Quando se acabou esse mundo? Não que as reformas são más e há necessidade de lutar, etc; porém a correlação de forças e a visão estratégica era totalmente diferente. Segundo, os sindicatos respeitam a constituição, o constitucionalismo, o legalismo. Entretanto, a ruptura desde cima, para realizar uma política nova, necessariamente sai fora da lei. Por exemplo, em uma tarde Cardoso troca todo o panorama com decretos-lei provisórios. Descartando completamente toda a tradição constitucionalista. Está tomando a via extraparlamentar desde cima. Entretanto, o sindicalismo segue respeitando as leis e normas. Fazem greves. Cardoso manda militares. Está tomando a luta armada, extraparlamentar, para realizar as mudanças políticas e econômicas novas dentro da nova estratégia. Entretanto, enquanto lança a ofensiva dentro de uma perspectiva de uma guerra prolongada, os sindicatos seguem com uma postura defensiva, pensando que era uma situação conjuntural, particular, de um momento. Como no passado,

governos golpeiam e depois voltam a negociar, dar concessões. Um jogo político-econômico normal do capitalismo. Essa é a situação atual. Não é simplesmente uma empresa privatizada, não é simplesmente um ajuste de um momento para conseguir um equilíbrio econômico, são os ajustes permanentes, para parafrasear Trotski, "é a contra-revolução permanente", que segue aplicando medidas, cada ajuste é a ante-sala, antecipando o próximo ajuste. Creio que isso implica, de fundo, novas regras do jogo. Não se está jogando com as mesmas cartas do passado. Está se pensando que essas novas regras do jogo implicam a necessidade de repensar as experiências do passado, que não têm a mesma relevância que a atualidade. Quando um é constitucionalista e outro não; quando um está usando forças repressivas e um segue com as medidas legais e pacíficas; quando um está tratando de debilitar estrategicamente o outro, não simples discrepâncias democráticas, normais, num sistema plural, mas concentrando os poderes no executivo entre oficiais não eleitos, tudo isso significa necessidade de uma reflexão sobre toda concepção de

Não é uma ideologia que determina a política, é a configuração de poderes, interesses, instituições organizadas que utilizam e aplicam as medidas neoliberais a partir de um conceito estratégico de seus interesses.



um sistema político e não simples regras trabalhistas que estão imbricadas nesse sistema. Então, estamos num período novo, de transição: passamos do autoritarismo militar, com democracia, com defeitos, porém com constituição e marco político-social de lutas democráticas. Havia um sistema neautoritário que quer concentrar os poderes centrais, manejar os sindicatos e limitar todo o jogo de participação. Havia parâmetros muito limitados. Creio que esse contexto é a consequência de um sindicalismo vinculado a regras, estratégias e sistema político-capitalista diferente. É uma razão do retrocesso. É o que poderíamos chamar de a "crise do sindicalismo".

Crises do sindicalismo

Como poderíamos entender crises do sindicalismo? Primeiro pelo declive, baixa de influência do mundo político-social. Se há influências sobre o poder legislativo, muito menos sobre o poder executivo, Ministério do Trabalho, está reduzido a níveis recordes na última história do Brasil. E não só do Brasil, também

na Argentina, Chile e em toda a América Latina. Quando tomam medidas legislativas que tratam de medidas sindicais, trabalhistas, nem consultam os sindicatos. Fazem, copiam e entregam aos meios de comunicação a última notícia. Há um desprezo bastante evidente. Quando há ajustes, não há consultas. Não há discussões. E executam as decisões do Fundo Monetário, consultam os banqueiros aqui e apresentam outra vez a política como em governos de fato. É como funcionava Figueiredo, como funcionava os governos de fato. Apresentam fatos consumados para que os outros os tragam. Então, nesse sistema, as diferenças que há foram para as queixas, reclamações. Porém, nunca se levam em conta as reclamações. Ou, se as levam em conta, é simplesmente para dizer que estão contra a pátria, contra o desenvolvimento, contra a modernidade. Não há nenhuma possibilidade de retificar dentro da institucionalidade. Os sindicatos e partidos da oposição são minorias marginalizadas. Marginalizados no mesmo sentido que os favelados. São os favelados do poder político do país.

O segundo ponto da crise do sindicalismo é, mas já de baixa influência, a baixa de filiados. Isso se pode ver em todos os países, em números. Não digo só os filiados que pagam, porém os filiados ativos nos sindicatos. Desde a

Inglaterra, desde os Estados Unidos, de todos os países, tem abaixado o número de filiados nas grandes centrais sindicais. E isso é produto: os sindicatos, nesse momento conectados com a realidade do passado, diante da ofensiva, da guerra prolongada de capitais, estão desorientados, ou pelo menos, estão funcionando com estruturas disfuncionais por este momento.

Terceiro, é a impossibilidade de os sindicatos voltarem a impor a política de pactos sociais: aquela idéia de voltarmos a discutir problemas de previdência, de pensões, de férias, de melhoras. Não, agora é negociar quantos demitidos, quantos salários vamos abaixar, quanto menos de financiamento para a saúde. São medidas, negociações, sobre o terreno do inimigo. São negociações dentro do novo marco que impõem o governo e, a partir do governo, os capitais.

Finalmente, a crise do sindicalismo é evidente na baixa capacidade de ganhar greves. Os professores fizeram uma greve prolongada, heróica, aqui, para reclamar reivindicações, porém a tendência mundial, afora este tipo de greves, é uma constante derrota. Recordo-me, falando com os petroleiros, faz pouco, e outros setores que fizeram greves, porém com poucos resultados. E isso significa que o inimigo está muito mais organizado como classe. Ele tem muito mais consciência de

classe. Não simplesmente defendendo interesses corporativos no setor de capital, mas atuando junto, numa estratégia e ideologia integrada. Eles sabem onde querem ir, com que métodos, legais e ilegais; parlamentares, extraparlamentares. Utilizam todas as armas. Quando não podem conseguir pela via legal, reprimem. Como agora há presos políticos no campo do Paraná, estão introduzindo métodos repressivos de tortura. Eu estive lá faz quatro dias conversando com os militantes e era como na América Central. Vinham com pistoleiros, a repressão e a PM olhando do outro lado. A repressão mostra sinais do que é a política que temos na América Central. Mas esses sinais de baixa, diante do neoliberalismo, devem ser olhados não só como produto das pressões e do modelo. Também temos que analisar o modelo sindical, que poderia facilitar essas trocas e esses retrocessos no mundo sindical. Que tipo de sindicato está facilitando as derrotas e retrocessos de influência, a baixa influência?

Podemos discutir dois tipos de sindicatos, dois modelos. Um é o sindicato participativo, que reúne os filiados em assembléias, onde não há pagamentos automáticos para o sindicato. Cada delegado de faculdade tem que recolher a cada mês o dinheiro para financiar o sindicato. Nada está garantido. O pagamento do sindicato

Os sindicatos e partidos da oposição são minorias marginalizadas. Marginalizados no mesmo sentido que os favelados. São os favelados do poder político do país.

depende da eficiência e da organização dele, há eleições diretas para os delegados que vão aos congressos que discutem a política, há um referendo sobre os contratos e acertos e há uma equipe eficiente, profissional que trabalha dentro do sindicato, por ser de especialistas, por exemplo, sobre as empresas, as administrações, os orçamentos. Esses especialistas formam parte de uma equipe de consulta para os filiados. E não representam um poder político dentro do sindicato em si.

E os funcionários do sindicato devem ter os mesmos salários médios dos filiados. Pode ser que essas coisas pareçam normais em alguns sindicatos. Porém, a norma, por exemplo, nos Estados Unidos e na Europa é diferente. Os dirigentes sindicais, por exemplo, no Estado de Nova York, na cidade de Nova York, cobram trezentos mil dólares, mais quotas, mais departamentos de lucro, etc. Não é raro ter sindicalistas que têm três postos: dirigente geral, dirigente de local e assessor de um terceiro sindicato, cobrando três salários ao mesmo tempo. Isso são os sindicatos modernos, de primeiro mundo, de que falam os dirigentes do país. Melhor que dar-se tradicional aqui, dentro de outro marco. Essa estrutura sindical é a base para politizar e conscientizar os filiados e começar a reivindicar toda uma série de novas estratégias, uma nova visão do que deve ser um sindicato. São as estruturas que permitem a conscientização sobre as novas condições para o sindicalismo, para entender que não estamos no mesmo mundo do passado, que a globalização é um

mito, que o capital imperialista norte-americano domina os grandes setores econômicos e que as grandes empresas multinacionais não são multinacionais — têm donos radicados nos países imperialistas: Alemanha, Estados Unidos, França, etc. — que toda a idéia de que estamos num novo mundo tecnológico é mais uma confederação de poderes que dirigem as tecnologias e não as tecnologias que têm uma autonomia a definir a política.

Essa desmitificação tem muito de uma visão, que está circulando entre alguns intelectuais, alguns jornalistas, de que estamos num mundo mais para lá da luta de classes, porque se está vivendo num mundo globalizado, que significa muitas coisas e nada em particular. Então, a clarificação pode surgir precisamente de um debate aberto que visa questionar as premissas e conceitos básicos que justificam a política liberal e os interesses que estão apoiando.

Diante do modelo de sindicalismo participativo, há os sindicatos hierárquicos. A frase mais comum para discutir sindicatos hierárquicos, verticais, é a burocracia; sindicatos burocratizados. Não me vence a idéia de burocracia, porque tenho a idéia de um burocrata onde há concursos de pessoas qualificadas para ganhar o posto. Então, a burocracia no sentido estrito da palavra é uma organização racional de profissionais que estão ganhando seus postos de trabalho a partir da competência e da competitividade. Isso formalmente é o que é uma burocracia. Na

organização vertical, sindical, dominante, havia outras características. Vertical, porém não burocráticas. Eu as chamo patrimoniais, onde a importância está nas lealdades pessoais, na reciprocidade entre a cúpula, os setores intermediários e a base. Todo o vínculo a partir de reciprocidade. E o que é a reciprocidade? É um funcionário, nesse sistema, manter a sua posição a partir da lealdade ao seu chefe em nível da cúpula. E a cúpula dá a sua proteção ao funcionários pelo apoio e lealdade do outro. Proteção por lealdade. Este sistema de lealdades de cima a baixo pode explicar muitas coisas. Por que quem protege a cúpula nacional? E, neste caso, a prioridade é a segurança do líder em seu posto e a proteção de sua organização. Para isso é necessário pactuar com o governo. Pactuar lealdade ao chefe do Governo, pela proteção da organização. Não importa a ideologia do Governo, de fundo. Não importa se é anti-sindical, se é pró-sindical, recortes de salário, o importante é que protege o sindicato, não destrói a organização. Permite à organização seguir dentro dos parâmetros da política atual. Então, esse modelo patrimonial de sindicalismo não é propriamente burocrático no sentido moderno, é mais próximo do modelo feudal, onde os nobres têm os de baixo, que intercambiam lealdade e proteção. O rei acima, esse presidente agora, depois os diferentes setores. Essa é uma organização que pode continuar apesar de

crises, desempregos, etc. Tem sua própria lógica de apoio mútuo. E o chefe do Governo diz "Nós vamos permitir o sindicalismo, vamos financiar o sindicalismo", entretanto, não gerar instabilidade e chamar em questão, o governo e sua política econômica. Isso está fora das possibilidades de compatibilidade.

Então, dentro desse marco, creio que poderíamos explicar a evolução do sindicalismo, que num primeiro momento surge como um movimento político-social para as transformações. As raízes dos sindicatos cruzam os Estados Unidos. Quando eu era metalúrgico, recordo do juramento, dizia que havíamos terminado com a sociedade de classes, terminado com a exploração. Estava olhando o secretário-geral, que tinha muito boas relações com os capitalistas metalúrgicos e era uma surpresa recordar a fundação do sindicato no século passado, que tinha outras características inclusive nos anos 30 e 40. Então, a segunda fase do sindicalismo tinha um corporativismo combativo, porém



já legalizado, onde as lutas seguem às greves, porém dentro de um marco legal, institucional sobre as reivindicações dos trabalhadores neste século. Já era errado questionar o sistema. O que se questiona já eram as condições de trabalho, os salários, as repartições de ganhos. Isso é o período do capitalismo antes da fase neoliberal. Onde surge esse tipo de sindicalismo, já passando a primeira fase de acumulação, a segunda fase já de estabelecer um sistema paritário entre capital e trabalho.

Depois temos o terceiro momento do sindicalismo, quando há transformação também. O sindicalismo deve atuar como adversário corporativo, que pensa atuar como um adjunto do Estado, administrando fundos, administrando programas, financiando diferentes elementos de adaptação ao sistema atual. Programas de segurança, formação profissional, etc. Já deixa a luta corporativa para buscar uma adaptação e uma função que permite ao sindicato a seguridade, que a organização siga funcionando, a hierarquia siga protegida. Porém, a custo dos grandes problemas sociais, econômicos e políticos. Isso significa que a colaboração do Estado é parte da transação. Proteção acima e outro benefício e ou apresentar-se como fator de governabilidade dentro do sistema.

As implicações teóricas dessa mudança, creio, são bastante importantes. Seguimos falando do movimento sindical, como frase, quando já devemos repensar se é movimento ou simplesmente uma

institucionalidade vinculada a projetos de adaptação ao Estado. Segundo, devemos perguntar se a frase "burocracia sindical" é adequada. Estamos falando sobre especialistas que fazem parte de uma estrutura ou estamos falando sobre um sistema patrimonial onde o valor prioritário é a segurança da organização e a manutenção dos laços de influência interior do sindicato.

Eu faço essas perguntas porque estamos diante das novas estruturas. É útil analisarmos deste ângulo porque temos uma pergunta fundamental. É a seguinte: com 22% de desempregados, uma economia em quebra depressiva, estilo dos Estados Unidos e Europa nos anos 30, quando tínhamos 24% de desempregados — todo mundo sabia que capitalismo estava em quebra, fracassando — por que não há a massificação da luta? Por que o sindicalismo segue paralisado diante da grande crise do capitalismo que todo marxista, leninista, trotskista, comunista falou durante tantos anos, da grande crise do capitalismo para fazer o socialismo? Chega a crise e onde está o socialismo? E diante dessa grande pergunta, um fator importante é analisar a mudança e evolução dos sindicatos em relação ao que eram numa época e o papel que desempenhavam em outros períodos. Seguimos usando os mesmos conceitos, por exemplo, sindicalismo, classismo, institucionalidade, e parece que não está funcionando da maneira que era esperada, dado esses conceitos. Um conceito cognitivo ou que não tem o mesmo

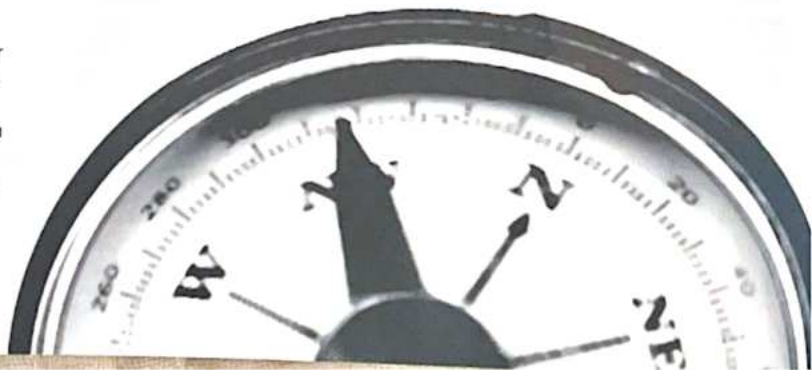
conteúdo epistemológico do que tem agora o que chamamos sindicato.

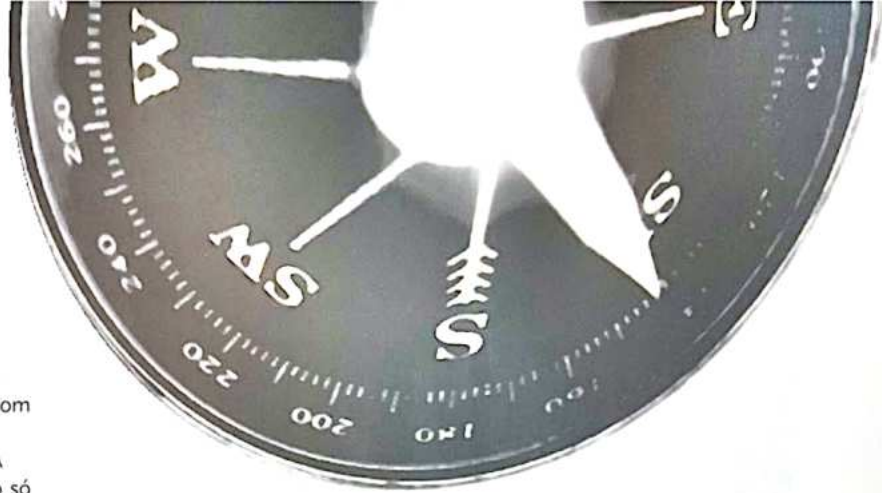
Então, como a estrutura sindical enfrenta esse problema? Usam-se explicações pouco estruturais. Falam do medo dos trabalhadores. Porém, o medo é uma situação psicológica-social. Temos que explicar o conceito de medo de trabalhadores, mas uma explicação é algo que devemos explicar. O que é esse contexto institucional que explica o medo sindical, o medo dos trabalhadores? Por que os sem-terra não têm medo, apesar de repressão pior que a da cidade? Por que lhes falta o medo? Ou se têm medo não é suficiente para paralisar suas ações? Há mais medo entre os metalúrgicos, entre os trabalhadores da cidade? Nesse mesmo Estado, e no campo, como todo mundo sabe, há muito mais impunidade e repressão do que na cidade. Em pleno centro não vão matar trabalhadores tão facilmente como matam pessoas no campo.

Então, a explicação tem que passar a ser explicada: por que há medo? A estrutura patrimonial gera o medo. Cada trabalhador sabe que, mesmo estando desempregado, a organização vai continuar. No melhor, pode-se esperar um convite para assistir a

um seminário de formação, porém não há uma estrutura orgânica entre desempregados e empregados.

Estive em São Paulo, estive em Porto Alegre, estive no Rio de Janeiro falando com sindicalistas de boa qualidade, homens inteligentes, com boa trajetória em seu sindicato, de luta, e perguntava "Que organização há? Desemprego 23%, 22%... essas escolas de formação, há na luta..." Não há organização. Não há. Com 1/5 de mão-de-obra desempregada, ou quem sabe, pode ser 40% dos trabalhadores, se 22% é a população ativa, deve ser muito mais do setor trabalhador. E se multiplicamos a idéia dos ambulantes, desempregados, poderia subir mais, quase a metade da classe trabalhadora está de fato desempregada. Por quê? Porque o fator de desemprego necessariamente passa por uma luta extra-institucional. Não está imbricado se a fábrica trata de negociações coletiva normais, implica um desafio à institucionalidade. Implica, em outras palavras, sair do sistema patrimonial, pôr em questão a institucionalidade do Estado e levantar as possibilidades de lutas nas ruas e questionar a política de orçamento do Governo, etc. Então,





essas implicações da organização sindical têm grande importância.

Eu estive na Espanha, por vários anos, ligado a comissões operárias. Em Barcelona, mais que nunca. E poderia ver a evolução desse sindicato que começou na luta contra Franco, organizado por comunistas, organizado na clandestinidade, evoluindo, fazendo a atualidade. Faz quatro anos, uma reunião em um Centro de Empresários, com o Secretário Geral Gutierrez, dando a mão ao capitão dos capitalistas. Muitos trabalhadores foram condecorados. E mais... já em minha relação com Felipe Gonzalez, eu não disse se é social-democrata, pouco social-democrata, quando Milton Friedman uma vez dizia a Felipe Gonzalez: "conhecendo socialistas assim, não tenho problemas com o socialismo". Porém, isso é parte de uma outra história. Chega a assinar supostamente neofranquista, conservador e outro pacto, primeiro com Felipe e depois com o conservador Aznar. O que significa isso? Aznar vai reconhecer os sindicatos, vai financiar programas milionários de formação profissional. Tudo bem. Não greves gerais, não lutas, acertos, demitidos... A Espanha tem 18% de desempregados.

Então, esta evolução me parece vinculada à verticalidade. Gutierrez, comissões obreiras, Nombra, todo o comitê executivo marginalizado dos dissidentes, dos setores críticos. E concentra todo o poder em seus cem por cento fiéis de seu sindicato. Na mesma estrutura agora na Inglaterra e

Estados Unidos.

Isso implica um sindicalismo cada vez mais governamental, com uma visão da governabilidade como valor para eles mesmos. A instabilidade cria problemas não só para o governo, mas também para as mesmas estruturas dos filiados.

Diante dessa situação, quais são as alternativas? Eu creio que há três. Uma, são reformas de dentro. Construir chapas alternativas que apresentem candidatos com programas mais combativos. Porém, creio que esse problema... essa solução vem com um problema, porque, uma vez que ganha a chapa, reproduzem a mesma estrutura que os adversários. Temos nesta situação vários casos. Os que estão fora, ganham o sindicato e voltam a reproduzir os mesmos laços pessoais, delegados de fábrica liberados, etc. Então, nós vamos ter oposição crítica, porém críticos que depois aproveitam das mesmas estruturas para montar sua própria acomodação. E não por serem corruptos pessoalmente, moralmente. Tanto os "acomodacionistas" como os reformistas, neste sentido, não é por corrupção, é o conceito teórico e prático que têm desse sistema de lealdades verticais. Pode ser que aproveitem da concentração de poder para enriquecerem, canalizar alguns fundos, aos seus melhores amigos, porém isso não é o nó do problema.

Então, a segunda alternativa são reformas radicais que não só questionam as cúpulas e programas atuais, mas colocam em questão as estruturas mesmas

do sindicalismo. Chama a atenção a necessidade de politizar o sindicato e vamos, mais adiante, considerar o que significa politizar. Isso quer dizer, não só questionam as lideranças, porém todos os sistemas de laços patrimoniais que organizam o sindicato.

E terceiro, possibilidade, alternativa de criar novos sindicatos. O problema disso é que muitos filiados, mal ou bem, seguem com lealdade as estruturas existentes. E a ruptura poderia gerar uma situação de luta prolongada, intersindical. Talvez a situação possa chegar a esses extremos pela degeneração que chega a tantos níveis que já não é possível imaginar uma transformação radical a partir de dentro. Isso é uma pergunta prática, não de princípios: decidir, entre reformas radicais a partir de dentro ou a proposta de criar um novo sindicalismo. Isso é uma decisão que devem tomar os mesmos sindicalistas dentro de uma avaliação de sua situação.

O que significa uma nova política a partir de dentro ou a

partir de fora? Em primeira instância, novas alianças. E alianças significa, a princípio agora, no Brasil, uma política de organizar os desempregados. É fundamental, porque cada sindicato diz agora: "os desempregados são um perigo porque servem para nos substituírem em greves". Inclusive, os professores usam tantos substitutos, "pessoas de meio período". Nos Estados Unidos, numa universidade, 60% dos professores não têm permanência, são temporários. Que vão, ensinam, são pagos por curso. Sessenta por cento das aulas são dadas já por pessoas contratadas por curso. Então, são sempre uma ameaça do capitalismo. Porém, ao invés de vermos os desempregados como aliados estratégicos para limitar a capacidade do capitalismo, os sindicatos os vêem como uma força competitiva, uma ameaça que devemos controlar.

E segundo, eu acho que atrai setores sociais, cada vez mais evidente. Dentro da igreja, dentro dos setores rurais, dentro de todo

Não se é contra melhores salários, creio que é muito importante. Porém, não se pode construir novas alianças simplesmente reivindicando os tratamentos do passado.

o âmbito das profissões cada vez mais proletarizados, que cada vez mais perdem seus preços, seus recursos. Isso significa que para incorporar novos setores, formar novas alianças com partidos, movimentos, instituições, saem do marco corporativo. Não podem atrair novos aliados simplesmente pedindo maiores salários. Não se é contra melhores salários, creio que é muito importante. Porém, não se pode construir novas alianças simplesmente reivindicando os tratamentos do passado. É necessário ampliar e aprofundar a política. E tampouco pode-se ganhar as reivindicações agora sem aliados e uma luta mais ampla. Isso é a dialética. Nós temos que pensar que estamos numa guerra permanente, prolongada. Uma guerra primeiro. Por que guerra? Uma frase metafórica? Não. Quando analisamos os últimos dez anos, há uma luta de classes constante de cima abaixo. Não pára. Cortam, eliminam, despedem. É um processo coordenado. "Há que fragmentar", dizem os assessores de empresários... fragmentar, individualizar. Baixar o nível de vida ao nível dos salários baixos da Ásia. É uma carreira assim, abaixo. E cada adaptação, cada concessão é um incentivo para seguir a política, não existe um novo equilíbrio. Mas o desequilíbrio agora entre o capital e trabalho está em função de uma política de guerra. Guerra permanente e isso implica também que os sindicalistas têm que formar uma política também de guerra. Não no sentido

retórico, porém formular um conhecimento de que não estamos numa luta pontual, do momento, de alguma concessão. Isso não é de fato uma realidade. Se poderíamos periodizar a tática sindical: os anos entre 1993 e 1995 era um tempo de concessões; eles pensavam que voltamos a capturar posições entre 1996 e 1998. Não é assim. Temos uma cadeia de fatos que devemos explicar em um marco social e não idiossincrático.

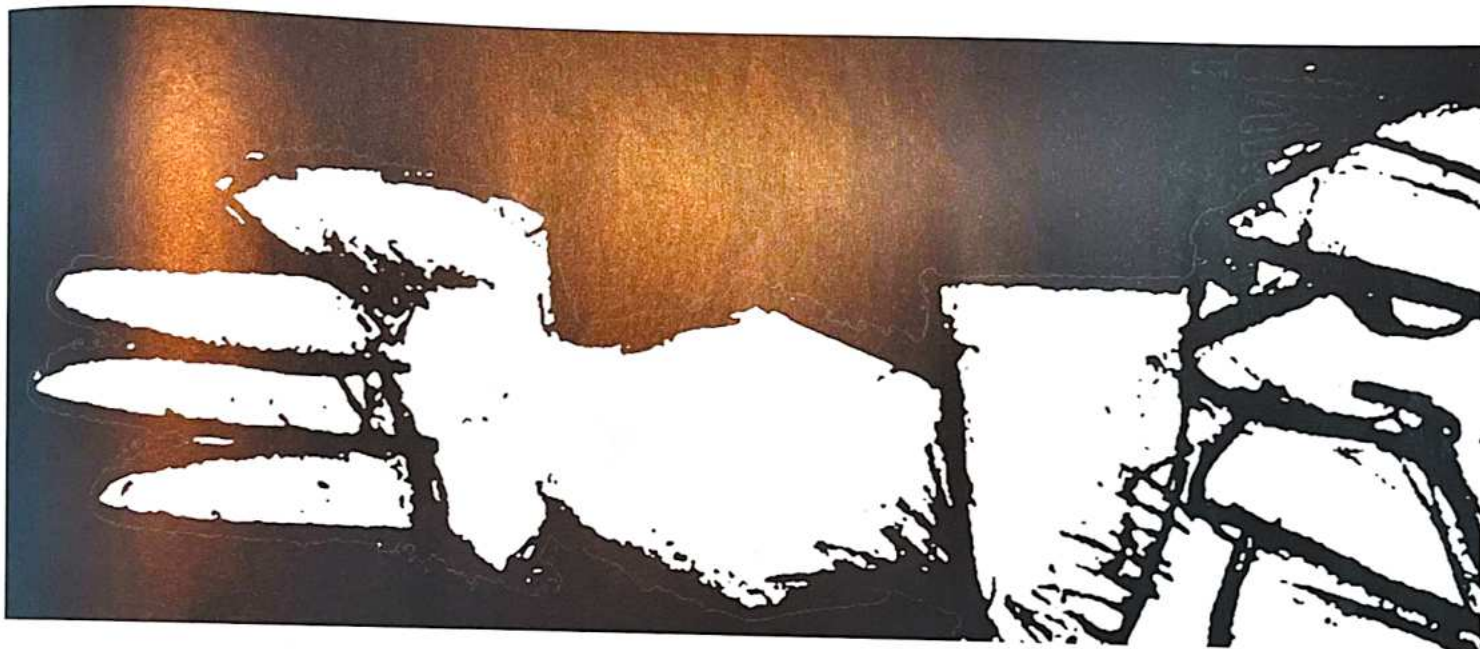
Concluindo

Estamos numa situação onde o mercado de trabalho como o entendemos, mercado de trabalho primário, secundário, terciário, está desaparecendo. Recordo dessa teoria de mercado de trabalho: mercado primário, trabalho bem pago, seguro; mercado secundário, trabalhadores subcontratados em relação com o núcleo primário; e o setor terciário mais informal, menos seguro, etc. Estas distinções teóricas cada vez mais estão desaparecendo. Os trabalhadores supostamente do mercado primário cada vez mais têm características de secundários — subcontratados, rotativos, etc. E creio que esse fato é mesmo humilhante para os trabalhadores e é uma desgraça em sua situação social. Porém, há uma coisa positiva dentro do mal. Está como revisando as características de mercado de trabalho. Já há uma idéia de trabalhadores privilegiados, existem alguns setores de informática altamente qualificados que são parte do

mercado primário, porém essas segmentações tendem a desaparecer ou pelo menos minimizar. Segundo, os profissionais, como nós, professores, trabalhadores de saúde, serviço social, por muito tempo, queiramos ou não, nos consideramos profissionais, pessoas com status, pessoas que são... somos diferentes dos trabalhadores metalúrgicos. Nós somos bancários, passamos dinheiro, temos bons contratos, etc; essa atitude que existe e continua existindo de que somos outra coisa objetivamente está desaparecendo. Não nos tratamos mais como professores, gente iluminada, necessário para o sistema. Tratam-nos agora, cada vez mais como operários. Operários que devem produzir produtos... e produtividade, dar tantas aulas, tantas horas, etc.

Todo esse sistema, então, de proletarizar os trabalhadores entra em conflito com a ideologia e a consciência profissional. Muito nas profissões, está avaliado no sentido do rendimento, ensino, pesquisa, etc. Porém, também entendo cada vez mais o tratamento que está generalizado em saúde, médicos, etc; tratamento de operário e capital. Isso é uma oportunidade, outra vez, para criar uma unidade de cruza as profissões e os integra no movimento de luta dos operários. E mais, os setores dos trabalhadores privados têm um interesse particular agora, de imbricar-se com os desempregados. Não podem pensar que eles não vão ser afetados pelos reajustes. Há um projeto que devem elaborar: que é

de vincular-se com todo setor social que está confrontando o sistema. O grande desafio é este: unificar os trabalhadores do setor público com os operários e profissionais do setor privado, que têm esse contexto de medo acerca dos desempregados, e buscar soluções à parte. E, finalmente, o desafio é criar essa unidade por uma grande greve geral, sobre a mesa. Porém, essa greve geral só poderia ter êxito se tiver duas características: tocar nas necessidades imediatas dos trabalhadores em cada setor e combinar com uma visão de projeto totalizador do sistema, que deve combinar uma greve ativa e não simplesmente passiva. Eu estive em escritórios do Governo, e sabem o dizem: "isso é greve, dentro de 24 horas termina, e amanhã tudo volta ao normal. Ritual. Isso é uma greve ritual". Uma greve geral passiva serve como um escape de válvula que utilizam alguns sindicalistas que são amigos do regime, mas termina a greve e tudo volta ao normal. Então devemos pensar não só em greves formais, porém num ativismo, numa politização, numa ida às comunidades, aos bairros para atuar, para que essa greve possa ser um sinal, uma mensagem para cima de que é só o primeiro passo para atividades cada vez mais agressivas. Não podemos conseguir concessões agora que antes eram concessões de social-democratas, reformistas. Para ser reformista hoje, tem que ser revolucionário. Radicalizar o ambiente para conseguir concessões. Entrar em negociação como bom moço, bem educado,



não consegue concessões. Não há uma porta aberta. Agora tem que se romper a porta, entrar com força e discutir a agenda dos trabalhadores.

E, finalmente, devemos reconhecer que estamos numa situação de grande oportunidade objetiva. Psicologicamente há muita gente depressiva pelo que passou nos ingressos, na situação de emprego, tem filho sem trabalho, tem irmão sofrido, derrota. O que, porém, essa psicologia social que está circulando, inclusive com professores de universidade, a desmoralização. Por outro lado, no Brasil, há um fato objetivo: o sistema está em quebra, o Plano

Real já está quebrado. Isso há que se reconhecer. Não há mais plano real. Estão improvisando mês a mês. Objetivamente, então, estamos em nova situação e nova conjuntura, é estrutural. Não há saída. E quero enfatizar: este sistema não vai cair por essas contradições, por esses fracassos, por essa crise. Necessariamente implica um voluntarismo, uma inserção e os sindicatos tem um papel fundamental nesse processo de reconstrução da nação.

Cardoso está desmontando a nação, está atacando a classe trabalhadora, porém não vai ter êxito no grau em que a força se encontra, vão organizando-se para esse grande desafio.

Para ser reformista hoje, tem que ser revolucionário. Radicalizar o ambiente para conseguir concessões. Entrar em negociação como bom moço, bem educado, não consegue concessões. Não há uma porta aberta. Agora tem que se romper a porta, entrar com força e discutir a agenda dos trabalhadores.

Imagens vencedoras

O concurso fotográfico promovido pela APUFSC, paralelamente ao seminário Sindicalismo Hoje, premiou as cinco fotos publicadas nas próximas páginas. Dividido nas categorias Foto Preto & Branco e Foto Colorida, o concurso mostrou, congeladas, algumas imagens que estamos acostumados a ver nas manifestações sociais.

Nós

Autoria: Leonardo
Tolomini Miranda
1º lugar na categoria
Foto Preto & Branco





Crise

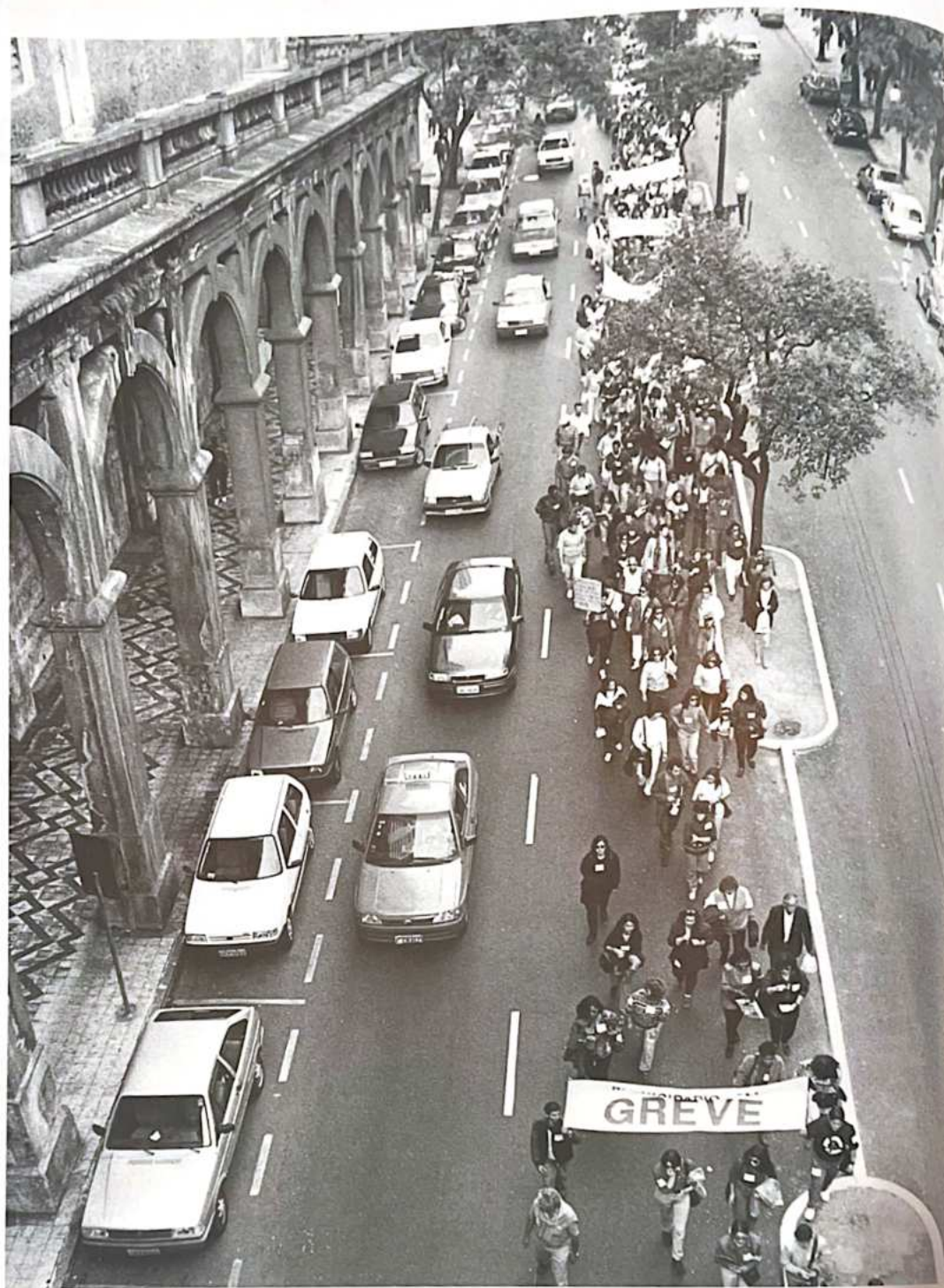
Autoria: Luiz Augusto Couto Lima
2º lugar na categoria Foto Preto & Branco

Simpa em Greve

Autoria: Anamaria Teles

3º lugar na categoria

Foto Preto & Branco



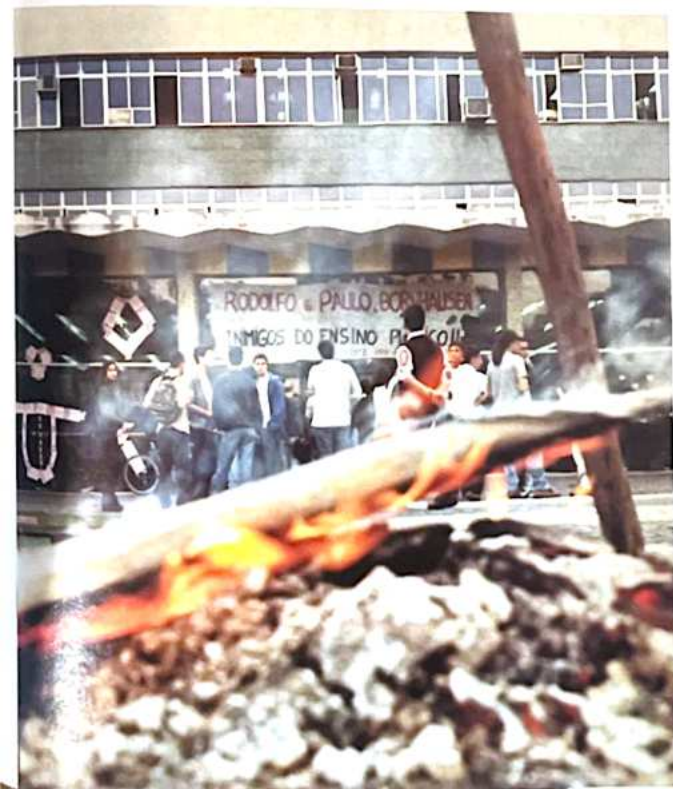
Esperança no amanhã

Autoria: Luiz Augusto
Couto Lima
1º lugar na categoria
Foto Colorida



Fogo na Reitoria

Autoria:
Leonardo Tolomini Miranda
2º lugar na categoria
Foto Colorida



Os estorvos do sindicalismo hodierno

JOSECLETO COSTA DE ALMEIDA PEREIRA
Professor de Direito da UFSC

"O mais extraordinário é que o mundo tenha algum sentido."
Albert Einstein

Este trabalho tem como objetivo trazer algumas reflexões sobre a problemática sindical brasileira e as metamorfoses no mundo do trabalho. São relevantes as consequências dos novos paradigmas que se incorporaram no dia-a-dia dos trabalhadores e das organizações sindicais.

Nosso século tem vivenciado muitas mudanças radicais. Aprofundam-se as contradições dentro do processo "modernizante" do capitalismo hoje globalizado. O fato é que predomina, dentro do sistema produtivo, a tese da racionalidade de meios para se atingir de forma mais rápida o "desenvolvimento" econômico cego, porém com consequências sociais, ecológicas e comprometimento de um futuro possível.

A história não tem fim, a cada instante surgem novos caminhos e

desafios. A ofensiva do capital é dirigir a sociedade capitalista sob regras de concorrência e do mercado auto-regulável em escala internacional. É fundamental resistir à ordem do capital em prol da democracia e da (re)construção da cidadania.

O Japão, até recentemente, era considerado vanguarda do "novo" paradigma de desenvolvimento no campo tecnológico e produtivo. Além disso, foi beneficiado por uma "ética" de trabalho extremamente rigorosa, graças à ausência das atividades sindicais nacionais e às negociações coletivas de trabalho centralizadas (exploração e esgotamento pelo trabalho).

No Brasil, a marcha (neo)liberal não leva em consideração as conquistas dos direitos fundamentais na Constituinte.

Assim sendo, torna-se imprescindível discutir novos temas sociais que extrapolem a problemática sindical, como, por exemplo, as consequências de uma nova divisão social do trabalho em nível nacional e internacional.

Estamos no alvorecer do Terceiro Milênio. Continuamos a questionar os valores morais, éticos e políticos, nossas verdades-paradigmas transformam-se em incertezas, as mudanças tecnológicas estão

criando muitas inquietações na sociedade civil e, principalmente, no movimento sindical.

Nosso tempo está fragmentando as relações interpessoais e sociais e com isto passamos a exacerbar nosso individualismo egocêntrico. Como consequência eliminamos nosso humanismo e a solidariedade em nome de uma vida "light".

As interrogações são muitas diante da ditadura do capital. Porém, as respostas surgem dentro das sociedades e das organizações que acreditam num futuro a ser inventado ou pensado. É necessário colocarmos o ser humano como centro e não transformá-lo num objeto virtual.

I. O sindicalismo se defronta na atualidade com a seguinte tendência: o eixo das relações entre capital e trabalho tomou uma dimensão internacional, principalmente com o toyotismo (a experiência japonesa, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são substituídos pela flexibilidade da produção, que é a adequação da produção à lógica do mercado, com expressões nos países de capitalismo avançado e no Terceiro Mundo industrializado).

Em outras palavras, o toyotismo substitui o padrão fordista dentro do capitalismo globalizado. Esse processo afetou de forma nefasta o movimento sindical internacional.

Além disso, existe um ponto crítico dentro do sindicalismo mundial que é o modelo de sindicato participativo, o qual vem amargando um dos problemas mais graves da atualidade que é o desemprego.

O esgotamento desse modelo de sindicato (sindicatos dos países avançados, como o modelo anglo-saxão — norte-americano — e o

modelo alemão — sindicalismo de empresa) vem facilitando o avanço do toyotismo em escala global.

É fundamental que o movimento sindical alie-se a outros segmentos da sociedade civil, elegendo temas sociais que contemplem como ponto de partida as contradições que se apresentam no local de trabalho e expandindo-se para projetos de valorização da cidadania, da redivisão do trabalho social em escala internacional e de políticas visando uma análise crítica deste sistema social desigual e excludente.

O processo de industrialização brasileiro realizou-se sob a hegemonia conservadora (autoritária e corporativa), com a debilidade estrutural dos sindicatos e das forças sociais interessadas em construir uma sociedade democrática e mais solidária.

Vivemos num processo chamado de 3ª Revolução Industrial, o qual se sustenta pelas mudanças na área da informática e das comunicações. Por outro lado, existe uma exploração ideológica da globalização vista apenas como processo econômico que faria submergir a política. Essa tese tem como base uma sociedade informatizada com o capital financeiro internacionalizado e com a influência cultural norte-americana sobre o resto do mundo.

Esse processo de globalização não vem dos governos que formaram os chamados mercados comuns (União Européia, Nafta e Mercosul), visando uma integração econômica, mas das empresas transnacionais que dominam a maior parte da produção, comércio, tecnologia e finanças mundiais, que dificilmente se envolvem com as questões sociais

em todas as suas facetas.

Nesse contexto, a América Latina vive uma grande crise, principalmente com relação à garantia dos direitos fundamentais. É, portanto, imprescindível que fiquemos indignados diante da miséria e da falta de perspectivas deste continente.

Logo, se neste final de milênio conseguimos avançar nas democracias políticas, é preciso, ainda, lutar e consolidar a democracia econômica. A política como arte do bem comum deve ser o instrumento para construir uma sociedade "socialmente" mais justa.

No início dos anos 90, falou-se em fim da história e na morte das ideologias. Mas o velho liberalismo travestido de "neo" está aí. É factível, nesta concepção de sociedade, o hábito cultural da indiferença à ética e às questões sociais. A consequência é que os Estados estão seguros contra qualquer agressão externa, mas os cidadãos estão inseguros, pois a única segurança que se deseja hoje no Brasil, e na grande maioria dos países, é a segurança no emprego e por consequência, o desejo de sair da pobreza e viver com dignidade.

Tudo isso deve ser compreendido levando em consideração as transformações que se operam na sociedade capitalista, capitaneadas pelo capital financeiro internacional na chamada Terceira Revolução Científico-tecnológica, apoiada nas corporações transnacionais que provocam a perda da credibilidade das constituições que garantem os direitos fundamentais, com consequências no movimento sindical internacional e brasileiro.

II. É importante lembrarmos que a história do sindicalismo começa com a Revolução Industrial no fim do

século XVIII, devido à descoberta da máquina a vapor, à mudança radical no modo de produção e, também, em decorrência da utilização da máquina como fonte energética em substituição à força humana, criando, por outro lado, uma concentração de trabalhadores vulneráveis à superexploração.

A partir desse período, surgiram as primeiras greves reivindicadoras das condições de trabalho e de salário, como, também, surgiram associações de trabalhadores para defenderem seus interesses.

As questões sociais surgidas com o capitalismo receberam suas primeiras críticas pela Encíclica Rerum Novarum, da Igreja Católica, reconhecendo a gravidade das condições sociais dos trabalhadores.

Surgiram várias correntes de pensamento criticando o processo de produção e suas consequências na sociedade, destacando-se as idéias de Karl Marx, que veio a ser o principal fundamento dentro do movimento sindical internacional para repensar a relação capital e trabalho. Também influenciaram as atividades sindicais as idéias anarquistas e tantas outras, porém essas duas correntes de pensamentos foram as que mais se sobressaíram.

A história do movimento sindical brasileiro está vinculada ao processo de transformação da nossa economia, que, ao criar o trabalho assalariado em substituição ao escravo e propiciar um mercado interno mais amplo por meio de uma economia exportadora, conduziu às bases necessárias para a constituição do capital industrial no Brasil.

Essa realidade ensejou a criação dos primeiros núcleos operários com o objetivo de lutarem pelos direitos

A política como arte do bem comum deve ser nosso instrumento para a construção de uma sociedade "socialmente" mais justa.



fundamentais do trabalho. Realizaram-se muitos encontros dos trabalhadores, mas, já naquela época, o governo procurava controlar o movimento sindical. O Estado esboçou muitas tentativas de cooperação junto a alguns setores da massa operária.

Com a Revolução de 1930, o chamado Estado Vargas começa a controlar o movimento operário e sindical, trazendo-o para o âmbito da estrutura do Estado dentro do aparelho do Estado. Tanto é que uma das primeiras medidas foi a criação do Ministério do Trabalho, com o objetivo de elaborar uma política sindical dentro dos limites do Estado e uma política de conciliação entre capital e trabalho inspirada na Carta del Lavoro de Mussolini.

Porém, para o movimento sindical e operário, o Golpe de 1937 (Estado Novo) foi uma catástrofe. A partir de então, ficaram sob controle do Ministério do Trabalho os sindicatos, com a cooperação de seus dirigentes, e, o mais grave, criou-se uma burocracia sindical dócil, cuja finalidade era o controle das reivindicações operárias. Implantou-se o sindicalismo sem raízes autênticas.

Visando consolidar ainda mais a estrutura sindical corporativa, o Estado promulgou, em 1939, o Decreto-Lei nº 1.402, que instituiu o enquadramento sindical e o imposto sindical (contribuição sindical compulsória), que possibilitaram as condições para a transformação dos sindicatos, até então órgãos de luta de classes, em organismos

prestadores de assistencialismo social.

Essa estrutura corporativa passou por processos de inquestionável renovação. Mas sobreviveu a tantos fatos políticos históricos, como a Constituinte de 1945 e a Constituinte que elaborou a atual Constituição do Brasil de 1988.

Assim, podemos registrar que o corporativismo sindical não é mais o mesmo, porém o movimento sindical organizado no interior desta estrutura conseguiu, a partir dos anos 70, enraizar-se nas empresas, realizando negociações coletivas e ampliando as discussões no campo político e social.

A partir dos anos 80, a tendência à fragmentação da representação trabalhista foi obstada com a criação das Centrais Sindicais, que criaram muitos sindicatos e perspectivas.

Entretanto, no início do ano 90 começam as mudanças mais dramáticas para os trabalhadores de todo o mundo com a farsa do neoliberalismo, pois, ao longo da nossa história e em matéria social e política, todos os "neos" sempre trouxeram muitas suspeições.

Vivemos hoje as consequências da implosão do socialismo de Estado da ex-URSS com a nova ofensiva do capital, após o *débâcle* do "modelo neoliberal" mexicano e pelos limites que a globalização impõe aos países do capitalismo periférico, devido à nova crise do capital, que atinge a economia japonesa considerada um modelo pós-fordista e todos os países do Terceiro Mundo.

É, portanto, a partir desta leitura que se faz necessário que o

movimento sindical crie nova estratégia política visando a resistência do trabalho diante das barreiras que o capital mundial está desenvolvendo para reconstituir-se dentro da lógica de mercado.

Desse modo, é fundamental que novas estratégias sejam articuladas visando a superação da ordem do capital e, ao mesmo tempo, a participação dos movimentos sociais na luta desigual de desafiar a lógica sócio-histórica do capital em processo nos nossos dias.

Se podemos caracterizar uma das crises no sindicalismo brasileiro, é a partir da constatação de que no interior dos grandes sindicatos existe uma tendência para um pacto social de parceria com o capital, ou seja, é o neocorporativismo sindical limitado à ofensiva da lógica do capital globalizado.

III. O movimento sindical mundial tem vivenciado nestes últimos anos a queda na taxa de sindicalização, e essa constatação está relacionada com a ascensão do individualismo e com a queda da ética coletiva.

Outros fatores contribuem para dessindicalização, mas os mais evidentes são a globalização econômica, que tem produzido altos níveis de insegurança e muito desemprego, e as novas tecnologias.

Para compreendermos melhor a crise que assola os sindicatos é fundamental examinar o que está acontecendo com os países da União Européia, apesar da Carta Social da Europa Unida (declaração de princípios estabelecendo que os países

da Comunidade Européia devem se dedicar ao bem-estar social e à proteção ao emprego). O movimento sindical nesta última década trava uma grande luta interna no que diz respeito à representação sindical agravada com o desinteresse dos trabalhadores de participarem dos demais movimentos sociais.

Para usar uma expressão de Gramsci, o que realmente caracteriza o comportamento dos trabalhadores hodiernamente é um tipo de "hegemonia passiva", na qual se enclausuram por falta de perspectivas e dominados pelo conhecimento e informação daqueles que têm o poder econômico e político.

Por outro lado, podemos afirmar que o neoliberalismo criou um Estado antiofetivista, ou seja, a política adotada pelo Estado evoluiu para desequilibrar o poder dos sindicatos em relação aos padrões e criar um discurso de restrição ao mercado de trabalho dos trabalhadores vinculados ao sindicato. Esse processo reforçou o individualismo quando os líderes sindicais foram excluídos das discussões sobre políticas econômicas e o problema do desemprego.

Entretanto, é importante lembrar que no fluxo e contrafluxo desta realidade o sindicalismo brasileiro se fortaleceu nos anos 80 e avançou na luta pela independência dos sindicatos em relação ao Estado, consolidando uma nova visão do sindicalismo ao nascerem as Centrais Sindicais.

Mesmo assim, continuamos vivendo num período histórico de intensas transformações tecnológicas,

Estamos diante de uma ofensiva do capital em que fica mais evidente a doutrina individualista (pensamento econômico liberal), ou seja, o neoliberalismo.



com suas consequências na organização social, política e sindical. Portanto, para o movimento sindical brasileiro é necessário repensar a luta sindical dentro das especificidades que caracterizam as principais organizações sindicais do país. Pelo fato de que as interrogações e incertezas neste momento são muitas, a pergunta que fica é: qual caminho para o sindicalismo brasileiro? Será negociar dentro da ordem ou contra a ordem estabelecida pelo neoliberalismo? Ou criar uma alternativa capaz de responder às reivindicações do mundo do trabalho?

IV. Estamos diante de uma ofensiva do capital em que fica mais evidente a doutrina individualista (pensamento econômico liberal), ou seja, o neoliberalismo.

O sociólogo francês Alain Touraine denuncia a exploração ideológica da globalização como um processo apenas econômico em detrimento da política. Ele se apóia em quatro grandes transformações. A primeira é a criação de uma sociedade informatizada. A segunda é a internacionalização do capital financeiro. A terceira é a emergência de países industriais (hoje em crise, como, por exemplo, os "tigres asiáticos", que associam abertura econômica com autoritarismo político). E a quarta é a influência cultural norte-americana no mundo.

Por outro lado, o sindicalismo precisa se instrumentalizar para ser um meio revivificador da solidariedade ou, em outras palavras, o fortalecimento da cidadania partilhada. Insistimos na importância estratégica dos sindicatos neste final de milênio em criar um movimento que transcenda suas demandas imediatas, integrando-se a

movimentos sociais que avançam nas discussões pluralistas e alimentam a cultura de solidariedade.

Nossa realidade sociopolítica está carente de diálogo. É importante lembrar que a palavra dialética é irmã gêmea da palavra diálogo. Logo, dialogar não significa eliminar as contradições ou os conflitos, mas a possibilidade concreta de se fazer uma autocrítica.

"No âmbito da sociedade global, tanto se rompem singularidades e universalidades herdadas de formas pretéritas, como emergem novas, constitutivas de outras formas de ser e pensar. A dialética singular e universal não só se modifica como pode modificar-se substancialmente, revelando mediações recriadas, novas insuspeitas.

Precisamente quando se imagina que o pensamento entrou na época da pós-modernidade, os desafios da sociedade global reabrem novas perspectivas para a modernidade.

Em poucas palavras, a pós-modernidade diz respeito à fragmentação da história, à descontinuidade, ao reconhecimento de que a razão não recobre, a não ser parcialmente, o real, já que este está impregnado de dimensões não-rationais, irracionais ou inatingíveis pelas categorias lógicas e teóricas disponíveis, pelas formas de conhecimento herdadas do Iluminismo."¹ Assim, busca-se a transição de um sindicalismo de confronto para um sindicalismo mais crítico e solidário, ou seja, um sindicalismo que não impeça o avanço das novas tecnologias e que não aceite a globalização dentro da lógica do capital, nem alimente o neocorporativismo.

"Um dos maiores traços de

capitalismo planetário é a contradição entre racionalidade crescente no interior da empresa e a irracionalidade societária, que assume dimensões globais. E, na medida em que o sindicalismo tende a adotar posturas neocorporativas e deixa-se capturar pelo horizonte da empresa, de caráter meramente propositivo, torna-se presa desta contradição perversa, perdendo, por conseguinte, o horizonte político e ideológico de superação da lógica do capital"²

Assim sendo, podemos sustentar que qualquer abordagem sobre sindicalismo hoje passa pelas principais questões políticas do nosso tempo e pelos projetos de transformação econômica e social.

O movimento sindical contribui para que os trabalhadores possam defender seus direitos, mas o sindicalismo também está integrado à complexa rede de forças sociais. Portanto, o sindicato não ocupa apenas uma posição exclusiva na sociedade. Ele ocupa uma posição agenciadora da resistência às várias formas de opressão e de exclusão. Em suma, o sindicalismo é uma instituição indispensável para contrapor a lógica do capital e criar efetivamente novos paradigmas sociais.

Fala-se no fim da sociedade do trabalho e no fim da ética. Mas isto está longe de concretizar-se. As metamorfoses da sociedade e da economia globalizada não caminham no sentido de reduzir o poder do capital nas relações sociais, nem de lhe dar maior transparência.

Por isso, o sindicalismo continua sendo um componente essencial no aperfeiçoamento das relações coletivas e para a democratização dos vários segmentos da sociedade.

Enfim, são muitas as indagações que podemos fazer com relação aos estorvos do sindicalismo brasileiro. Mas diante da ofensiva do capital selecionamos os seguintes temas: a) os sindicatos serão capazes de sindicalizar os excluídos do mercado de trabalho (trabalhadores da "economia informal")?; b) é outro desafio do sindicalismo a problemática do neocorporativismo (não o corporativismo estatal)?; c) como criar uma nova estratégia com relação ao sindicalismo de empresa? Destes itens, o mais complexo é o que diz respeito à ampliação das lutas no movimento sindical, ou seja, o sindicato articulando a luta sindical, a luta política e as principais lutas sociais.



Referências bibliográficas

1. IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 180.
2. TEIXEIRA, Francisco J. S. (Org.) *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1996.

Desastre neoliberal e governo tutelado. Até quando?

REMY JOSÉ FONTANA

Sociólogo, Professor do
Departamento de Ciências
Sociais da UFSC

A magnitude da crise que se abate sobre o país, em função da reestruturação do capitalismo privatista internacional e da forma subordinada com que a ela aderiu a coalizão conservadora que nos governa, atualiza, entre outras, a tarefa de restaurar a confiança nas virtudes da política como atividade humana essencial e civilizatória. Não é empreendimento para diletantes nem para cidadãos acomodados, se considerarmos quão distante tem andado entre nós a política de sua concepção originária ateniense como reino da liberdade entre iguais. A política diz respeito à participação entre iguais em decisões coletivas, relativas ao conteúdo e direção da vida pública. Compare-se esta formulação com as percepções correntes que situam a política no campo da impostura, da ineficiência, da barganha fisiológica, da imoralidade, da corrupção, da conspiração de interesses escusos. Uma verdadeira arte de iludir o povo. Contrapondo-se a esse entendimento, afirma-se a política como algo precioso e inestimável para a convivência em liberdade, como antídoto à não-

política de tiranias de toda a estirpe e de autoritarismos de variados calibres. Em síntese, a política refere-se às ações públicas de homens livres.¹

Trata-se então de verificar em que medida a política, assim entendida em sua dignidade, é promovida ou negada sob as atuais condições de exercício do poder no Brasil. Somos afinal um povo de homens livres? Livres do desemprego, da ignorância, da miséria, da manipulação, das ilusões? Temos um espaço de ação pública consistente e expansivo, diante do ataque feroz do privatismo neoliberal? Quanto de soberania podemos exercer enquanto nação, diante da suposta inevitabilidade da internacionalização predatória do capital, quando nos governa uma coalizão de interesses que, deliberadamente, nos associa subalternamente à voracidade rapace do capitalismo contemporâneo?

A soberania popular, nestas condições, resulta em quase nada, uma ficção barata operada segundo as regras de um eleitoralismo prenhe de deformações que instituem governos sem controles democráticos e sem responsabilidades republicanas. Governos que resultam de uma disputa eleitoral em que a disparidade de recursos é abismal

entre, de um lado, os "partidos da ordem" que monopolizam o poder no Brasil desde sempre, se reproduzindo como elite dirigente excludente, e, por outro lado, os "partidos dos de baixo", demonizados como inimigos da pátria, da propriedade e das tradições, ou então estigmatizados como arautos do caos ou da violência.

A política no Brasil, por outro lado, tem sido depauperada não apenas pela baixa politicagem, mas também pela sua submissão à lógica (!!!) dos imperativos econômicos. A linguagem do discurso político tem se reduzido a números discutíveis, estatísticas pouco confiáveis, cálculos, balanços, cifras, cotações, toda uma plethora mais ou menos complexa de indicadores econômico-financeiros, como a indicar que o Estado se reduziu a um mercado, dirigido não por um estadista mas por um gerente, que coordena transações entre agentes econômicos privilegiados do grande capital, ou um executivo, que decide segundo critérios de racionalidade empresarial. Dilui-se, assim, junto com o estadista, a esfera pública, na qual a cidadania poderia exercer-se. O país passa a valer quanto pesa seu balanço de pagamentos, seu povo quanto pode gerar de riqueza, não para si, mas para, *patrioticamente*, gerar excedentes visando reduzir o "Custo

Brasil" para os empresários, diminuir o "Risco Brasil" para os megainvestidores do capitalismo globalizado.

Neste capítulo de degradação da política vale também destacar a notável contribuição das sucessivas "equipes econômicas". Estas nucleações tecnocráticas, habitadas por *doublés* de jovens executivos da alta finança e acadêmicos presunçosos, compõem um *arrivismo yuppie* periférico e tardio. Suas iniciativas atropelam o conjunto dos ministérios; seus ditames na ordem financeira reduzem a capacidade congressual em matéria orçamentária a um exercício de ficção; suas diretivas orientam a ação governamental a expensas dos programas partidários — estes documentos desprezíveis do marketing eleitoral. Alçam-se a posições de poder, elaboram planos e pacotes de costas para os partidos e para a sociedade.

A "equipe" impõe sua lógica, seu discurso e sua agenda.

Uma lógica que se pretende fundada num saber científico inquestionável, quando se sabe que a Economia Política não é uma ciência exata, nem socialmente neutra.

Um discurso rebuscado que se presta mais ao encobrimento de seus conteúdos do que à comunicação que favorece o debate público.

Uma agenda que não resulta do debate político ou parlamentar, mas articula-se em torno de alguns interesses poderosos, ou segundo modelos recomendados por instituições do capitalismo hegemônico.

De tudo isso resulta uma inversão da representação política. A legitimação das decisões governamentais passa a repousar na elaboração "técnica" ou "iluminada" desse arrogante núcleo duro, ou em mecanismos e procedimentos de formulações políticas sem referência ao mandato popular.

A política torna-se assim uma auto-suficiente arte de governar, uma mera técnica de direção dos homens, uma simples (re)engenharia do poder.

Façamos agora uma reflexão sobre o sistema de poder historicamente dominante entre nós, com base na formulação liberal original de Locke:² contra um governo que não cumpre sua tarefa essencial de proteção à propriedade justifica-se a insubmissão e a resistência. O atual

governo brasileiro, quanto a essa tarefa fundamental, no marco de sua própria filiação ideológica, é um múltiplo fracasso.

Primeiramente, ao não assegurar a *propriedade*, em seu sentido mais vital, que é o direito à manutenção da vida, dada a inépcia de suas políticas sociais que condenam milhões. Falha, em segundo lugar, ao alienar a propriedade coletiva, vendendo as empresas estatais, como resultado de opção equivocada por um modelo econômico que se esvai pelo ralo da história. Compromete, finalmente, a propriedade privada em sentido estrito, capitalista, dos meios de produção, ao levar à falência inúmeros empreendimentos comerciais, industriais e agrícolas, conduzindo-os ao desaparecimento em função de desastrosas políticas governamentais.

O que dizer então da confiança, outro crucial critério lockeano de legitimação de governos pelo qual se estabelece um vínculo fiduciário entre o povo e o governante que pode se romper se este deixa de

cumprir as finalidades para as quais foi instituído pela vontade soberana do povo? Que legitimação pode reivindicar um governo que busca ser confiável antes, prioritária e quase exclusivamente aos mercados financeiros, aos reis das Bolsas, aos megainvestidores que se movem pela lógica impiedosa da remuneração de seus capitais? Enquanto isso, a confiança da nação é escarnecida como irrelevante, construída pelos ardis da manipulação mediática ou presumida pela autocomplacência enfatuada dos detentores do poder.

Se formos um pouco além da fórmula lockeana, procedendo a uma inversão legítima e mais apropriada para as condições de hoje, priorizando não a *propriedade* de uns poucos como critério, mas o *trabalho* de muitos, a proposição acima mencionada poderia ser assim formulada: se o governo não protege o direito social básico de os homens se reproduzirem através do trabalho, os milhões de não-empregáveis e desempregados pelo modelo econômico que patrocina deveriam

ter também assegurado o direito legítimo de destituir o governo e, eventualmente, o direito histórico de insurreição.

Em que esta consista nas presentes condições históricas não é algo que se possa extrair de cabeças pensantes ou de estratégias partidárias, mas algo que poderá ser construído pelo processo prático de lutas e resistências dos que se negam a abdicar de um projeto libertário.

Em termos concretos e conjunturais faz, pois, sentido, relativamente ao debate público que se abre pela crise do Plano Real — que torna vulnerável a economia, potencializa a ingovernabilidade e traz riscos institucionais não desprezíveis —, a proposta ousada de Tarso Genro³ de renúncia de FHC e por novas eleições presidenciais. Previsivelmente ela foi atacada como golpista pelos representantes do atual sistema de poder e vista com reservas por outros.

Muito significativamente os eternos sócios do condomínio de poder excludente que sempre nos



governou, numa atitude pretensamente realista, agora nos dizem que não tem sentido olhar para trás, buscar culpados pela crise em que estamos, responsabilizar políticos ou partidos pelo desastre nacional. Dizem-nos que a hora é de união, de olhar para frente com desprendimento e sacrifício em nome do país, e de abdicar de interesses próprios e direitos sociais para salvar a nação. Por trás deste discurso, procura-se esconder a responsabilidade política do governo FHC e de sua coalizão conservadora pela desastre econômico-social que compromete o futuro do país e destrói não apenas as esperanças de seu povo, mas as condições mesmas de sua sobrevivência digna, com um mínimo de bem-estar.

Contra, pois, a amnésia histórica induzida oportunisticamente pelo alto, é preciso opor a consciência crítica da cidadania e a mobilização pelo resgate da nação, derrotando politicamente a atual coalizão governante. Este empenho nada tem de golpista. Há meios legais excepcionais e iniciativas institucionais inovadoras que resultam do próprio conflito político que podem superar as fórmulas cristalizadas de um legalismo, que de resto tem merecido muito pouco respeito do atual governo.⁴ Trata-se de promover a construção de um novo consenso, mais democrático, mais popular e mais nacional, base para a organização de um poder soberano, de um Estado

republicano e de um governo com responsabilidades sociais, submetido a controles públicos.

Se o primeiro mandato de FHC legitimou-se pelo Plano Real, especificamente pelo êxito no combate à inflação, eixo da estabilização econômica (ao custo que agora se revela), o segundo termo presidencial tinha como pretensão legitimadora a continuidade de tal expediente e, mais, a promoção do emprego. Dada a artificialidade dos arranjos financeiros que sustentavam a sobrevalorização da moeda, contrapartida da geração de uma monstruosa dívida pública que aprisionava o Estado à voracidade do capital especulativo (que é, diga-se, um clássico instrumento de espoliação capitalista e não apenas uma de suas circunstanciais excrescências), o governo FHC, com o desastroso final de seu plano, joga o país e seu povo no imponderável de uma crise de magnitude extraordinária.

O fato de o presidente ter associado de forma personalista e arrogante seu nome à causa da estabilidade e ter abusado desta circunstância implicou assumir ares de extravagância bonapartista. A estabilidade, como sabem os que se dão ao trabalho de pensar com o próprio cérebro, não foi o resultado de nenhuma cabeça técnica isolada, de nenhuma decisão política solitária. Foi antes fruto de experiência econômica e política

acumulada de tantos outros planos fracassados; decorreu de uma atmosfera social receptiva aos esforços para conter a inflação; resultou de um contexto internacional que pressionou pelo ajuste das contas públicas, em nome e no interesse do capitalismo financeiro. Como agora a estabilidade se foi, vai junto aquele que a ela estava simbioticamente ligado.

Se uma das presunções eleitorais mistificadoras de FHC era a de ser o único a garantir o fluxo seguro de aportes de capital de que o Brasil necessitava, e a de que a eventual vitória de seu principal opositor, Lula, seria o mesmo que decretar a fuga de capitais, agora que estes debandaram em massa a máscara do estadista confiável aos mandões da Wall Street e de outros templos do capitalismo cai da face presidencial e revela a caricatura grotesca de um "governicho" a ser tutelado pelos agentes daqueles interesses, operando diretamente a partir de suas bases, do FMI, do Banco Mundial, do Federal Reserve. Ironicamente este governo reivindicava com arrogância a exclusividade da boa gestão moderna e uma aliança de total solidariedade e confiança com os capitalistas de todas as latitudes. Nem uma coisa nem outra prevaleceu, para a desmoralização do governo e ruína da nação. Aqui já teríamos fundadas razões para impugnar-lhe o mandato por falsidade ideológica.

Diante da situação pantanosa em que se encontra o país, não devemos ter receio de aprofundar a crítica, de formular propostas ousadas e de buscar alternativas corajosas. Se estas tiverem sentido, forem consistentes e ganharem adesão popular, estar-se-á no caminho do respeito à soberania popular. Se, ao contrário, não tiverem pertinência, forem fruto de oportunismo político e não estiverem em sintonia com a realidade, longe da adesão democrática, elas cairão no vazio, dissolvendo-se no ar.

A questão relevante da conjuntura política é saber como poderemos sair da crise pelas mãos do mesmo governo que a provocou, estando grandemente desacreditado diante da sociedade e debilitado diante dos donos do mundo e do capital.

Com que credenciais se apresenta FHC e seu bloco conservador para reiniciar o termo presidencial? Vejamos como observadores lúcidos e analistas, alguns totalmente insuspeitos de lhe serem hostis, avaliam a situação.

Para L. Nassif (26/1/99)⁵ estava-se diante dos "últimos estertores de uma política que já morreu." E um pouco adiante (10/03/99), contabiliza o "maior prejuízo que a nação sofreu ao longo de toda a sua história". Marcelo Coelho, crítico de cultura, observa (10/03/99): "O colapso da moeda é um colapso do discurso. Qualquer novo apelo

Diante da situação pantanosa em que se encontra o país, não devemos ter receio de aprofundar a crítica, de formular propostas ousadas e de buscar alternativas corajosas.

agora revela-se falso". Conclui apontando para o "esgotamento de uma falação infundável, de uma verdadeira lavagem cerebral a que fomos submetidos...". Rudiger Dornbusch, economista do MIT (14/03/99): "Cardoso jamais tomou uma decisão difícil na vida. Enquanto o Brasil vacilava à beira do colapso, o FMI parecia estar numa posição tão falsa quanto a do ministro da Fazenda brasileiro: não havia problema, não havia sobrevalorização, tudo se resolveria. Em lugar disso, tudo explodiu". Até para o ideólogo-mor do neoliberalismo tupiniquim, Roberto Campos (14/03/99), nada

resta senão curvar-se à evidência: "Do Real, pelo menos a mágica visivelmente acabou, levando parte da credibilidade do governo". Na mesma data, um não menos ilustre ideólogo do mesmo credo do modernismo capitalista, Delfim Neto, compungidamente nos confessa que: "Nos últimos quatro anos e meio, eu não tive um só minuto de otimismo. Com a pedra nas costas, fomos para o desastre. (...) A tragédia é que levou quatro anos para ver o tamanho do erro". Pois bem, é de perguntar-se a estes e outros luminares do círculo íntimo

do poder conservador a que serviu toda a empáfia e a suposta sabedoria econômica com que o governo e seus apoiadores, entre eles Campos e Delfim, conduziam suas políticas e as impunham ao país? Poder-se-ia também perguntar a estes dois críticos tardios o que fizeram de seus mandatos parlamentares ao aprovar incondicionalmente todos os projetos e iniciativas do governo que nos levaram ao desastre. Talvez estivessem apenas exercitando o seu cínico realismo em defesa daquele que os

salvou, e a sua boa sociedade, do perigo por que passaram nas duas últimas eleições presidenciais.

Num registro crítico, a agudeza notável do jornalista Jânio de Freitas (14/03/99) quanto a isso não deixa margem a dúvidas: "...tudo se baseava na falsificação de uma moeda e em uma falsa imagem de FHC, mas ambas as falsificações foram descobertas. (...) Nunca houve falsificação mais prejudicial. Para sustentá-la, o governo multiplicou por mais de seis, em quatro anos, a dívida que a população não fez e tem que pagar. Para sustentar uma, foi criada outra mentira: a do presidente-intelectual-competente-moralizador, quanta dor já nos prenunciava essa personalidade inexistente. Desde o início de 95, o Brasil deixou de ser presidido. De lá para cá, os ministros não têm quem lhes defina as estratégias, quem lhes dê as opções, quem aceite recebê-los em despachos de análise e decisão".

Certamente menos relevante que os movimentos erráticos da economia de mercado, mas nas condições de um presidencialismo personalista, vale também ressaltar, para ampliar o quadro explicativo do desastre que comentamos, alguns aspectos da personalidade do nosso, digamos, "déspota esclarecido". Muitos observadores têm se referido ao avantajado ego de FHC que, em importantes questões, tem se sobreposto a posturas mais adequadas a estadistas e mais de acordo com padrões institucionais



que se espera de governantes. Nestas condições, que autoridade lhe resta, que respeito espera obter, de que apoio político merece ser credor?

Um ego que o desloca da realidade a tal ponto que comentaristas estimam que levará algum tempo para que FHC retorne a ela, e pelo qual em função do estado de alienação o país vem pagando um custo excessivo. Um governante que, em meio a uma grave crise, procura subestimar "empurrando-a com a barriga", "recorrendo a um arsenal de fogos de artifício", promovendo "uma sucessão de atos descoordenados, improvisados, sem um pinga de convicção, de quem perdeu o eixo e fica se debatendo em gestos menores." Que legitimidade pode invocar tal governante? De onde extrairá energia, inspiração, criatividade, ousadia e pertinência políticas para dar uma resposta consistente à situação de crise? Crise que só pode ser enfrentada e superada pela mobilização de energias coletivas, processadas por instituições que funcionem, operadas por governantes acreditados por uma cidadania ativa.

Esta atmosfera politicamente rarefeita, de desastre econômico, de tragédia social e de diluição de esperanças surge como resultado de um inteiro mandato presidencial da atual coalizão conservadora, sob a regência do autoritarismo soft de FHC — com suas medidas provisórias.

O que temos, ao inverso, é o descrédito governamental, instituições emperradas ou permeadas por interesses dos donos do poder e, por enquanto, uma cidadania mais perplexa e indignada do que politicamente organizada e ideologicamente motivada pela busca de alternativas.

Essa atmosfera politicamente rarefeita, de desastre econômico, de tragédia social e de diluição de esperanças surge como resultado de um inteiro mandato presidencial da atual coalizão conservadora sob a regência do autoritarismo soft de FHC — com suas medidas provisórias. Tudo temperado pelo entorpecimento manipulativo do pensamento único, em sua vertente hegemônica sofisticada do "fim da história", ou em sua versão vulgar e sinistramente globalitária (globalização totalitária). É ainda nessa atmosfera que se inicia o novo termo presidencial, arrancado a fórceps institucional, não sem uma pequena ajuda do vil metal como expediente de convencimento *ultima ratio* de vontades parlamentares recalcitrantes.

Circunstancialmente, são os operadores desse oportunismo institucional, verdadeiro *coup de main*, e seus diretos beneficiários que agora vociferam seus pruridos legalistas taxando de golpista a proposta de Tarso Genro.

Golpe são as artimanhas das elites dominantes que buscam fórmulas de ocasião e expedientes para safar-se de navio que está afundando, do qual são passageiros de 1ª classe, quando não comandantes. A discussão pública, o debate político e a mobilização da sociedade pela ótica popular, em defesa de seus interesses e em nome de sua soberania, buscando alternativas institucionais diante de um quadro de desagregação social e *débâcle* político, não pode nunca ser chamada de golpista. É antes prerrogativa democrática da sociedade e sua responsabilidade política diante de governos irresponsáveis e ineptos. Golpe de Estado, conceitualmente, é um ato cometido por órgãos do próprio Estado, por camarilhas dissidentes, e, no caso brasileiro, sabemos, a tradição golpista está bem mais à direita do espectro político. Como se vê, não é este o caso de recentes propostas e iniciativas que interpelam os atuais mandatários em nome da recomposição governamental e de alternativas socioeconômicas para o país.

Assim como o governante pôde mudar as regras constitucionais em seu próprio benefício, dobrando o período de seu mandato através de violência política e afronta ética, por que não poderá a cidadania, segundo prerrogativas que lhe assegura a

Constituição, tomar iniciativas no campo institucional que revertam os efeitos deste esbulho?

Certamente os beneficiários do arranjo continuista alegarão que se mantêm no poder referendados pelo sufrágio universal, o que os ungiria de legitimidade inquestionável. A defesa formal de tal presunção não passa, no entanto, pelo teste de realidade. Sem necessidade de lembrarmos os limites da democracia eleitoral entre nós e de sua crassa manipulação, que impugnaria ex ante qualquer pretensão de legitimidade incontestável com que pretendem revestir-se as elites dominantes que se alternam no poder, vejamos o caso em tela. A candidatura reeleitoral de FHC foi vitoriosamente sufragada com base num programa que foi revogado, na prática, nos primeiros dias de seu segundo mandato pela total incompetência governamental acoplada às investidas impiedosas dos agentes do capital internacional.

A formação do ministério do novo termo presidencial já deixara entrever a mediocridade administrativa e as concessões fisiológicas que marcariam o caráter do governo, e o impacto que tais escolhas e expedientes imprimiriam tanto sobre as políticas públicas, quanto sobre a agenda política do país.

Que legitimidade pode, pois, reivindicar um governo que por sua inteira responsabilidade, no exato mês de sua (re)inauguração, promove uma hecatombe econômica, abdica da soberania nacional e

desespera a nação? Todos os pressupostos em que baseara o consenso que o sustentava estilhaçaram-se, não lhe restando nada além de perplexidade, confusão, capitulação. A boa filosofia política recomenda que em tais situações de esgotamento governamental a solução deverá ser buscada na sociedade civil.⁶ É dela, de sua dinâmica conflituosa, de sua existência capilar, de suas manifestações associativas e de seu ativo movimento por demandas e direitos que se poderá forjar, contra um sistema de dominação em desagregação, um novo arranjo político superior em qualidades democráticas. Uma autoridade como a expressa pela atual coalizão governante, a qual crescentemente não se reconhece mais o direito de tomar decisões válidas para a nação, nem de traçar seus rumos, está em queda livre quanto ao exercício legítimo de mando. Nesses períodos, em que se configuram crises institucionais, cabe à sociedade civil buscar novos consensos, gerar novas fontes de legitimidade e reorganizar o poder, inclusive contra e apesar dos atuais governantes.

Ironicamente o partido do presidente, que se pretende parlamentarista, e muitos de seus atuais aliados que vêem esta forma de governo como saída da crise em que meteram o país não se dão conta de que, se tal sistema estivesse vigente, o governo de FHC já teria há muito tempo caído sem tantas pompas nem maiores

circunstâncias. Incidentalmente, pode-se apreciar a proposta de emenda constitucional de antecipação de eleições presidenciais no espírito de regimes parlamentaristas, que têm como uma de suas propaladas qualidades favoráveis à estabilidade democrática justamente a maior facilidade de remoção de chefes de executivos ineptos.

Diante deste quadro e circunstâncias cabe-nos uma atitude de cidadania responsável, conectada a interesses mais abrangentes e solidários, como pressuposto de um projeto de emancipação que nos resgate não apenas de eventuais desastres de governos de ocasião ou de crises conjunturais, mas principalmente de um modelo de sociedade. De um modelo de sociedade cuja racionalidade, fria e calculista em benefício de poucos, torna a maioria dos homens espectros de si mesmos, escravos modernos, seres ofendidos, humilhados, miseráveis.

Esta é, pois, a hora da legitimação do dissenso, do desmonte da falácia do "pensamento único" que autorizava todos os desmandos do atual governo, suas imprecações acintosas contra qualquer oposição, a desqualificação grosseira de qualquer interlocutor. É a hora de uma opinião pública vigorosa, autônoma, ousada, de oposição, democrática. Mas também é a hora de iniciativas práticas, de mobilização do protesto, da organização de alternativas, de refundar o projeto popular e democrático.

Notas do texto / Referências bibliográficas

1. Bernard Crick, *Em defesa da política*. Brasília: Ed. UnB, 1981.
2. John Locke: *Segundo tratado sobre o Governo Civil*, 1689.
3. Tarso Genro, "Por novas eleições presidenciais", *Folha de S. Paulo*, 25/01/99. Contestando a reação de governistas que tentaram lhe tachar de golpista, Tarso Genro (FSP 8/2/99) observa: "o que de fato não suportam é admitir que as mesmas instituições que sufocaram - Parlamento e Judiciário - possam, no legítimo exercício do poder constituinte e no estrito limite da Carta que eles desrespeitaram, afastar um governo que se impôs pelo autoritarismo, pela fraude e pela mistificação".
4. Em "O Presidente fora da lei", *Folha de S. Paulo* (11/03/99), Tarso Genro arrola várias situações concretas em que FHC afrontou a Constituição.
5. Esta e as citações seguintes são tiradas da *Folha de S. Paulo*.
6. Ver Bobbio, Norberto. *Estado, governo e sociedade. Para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

A GED no contexto da reforma do Estado

VALMIR JOSÉ OLÉIAS

Professor do Dep. de
Educação Física da UFSC

Este artigo tem a preocupação de estabelecer uma discussão preliminar sobre a Avaliação Institucional nas Ifes no contexto das reformas do Estado Brasileiro, particularmente após a introdução da GED. A Gratificação de Estimulo à Docência é resultado de um processo de luta e negociação entre o movimento docente e o MEC. O governo, reconhecendo a defasagem salarial de 3 anos sem reajuste, lançou, no início de 1998, o Programa de Incentivo à Docência. Uma espécie de bolsa para apenas uma parcela dos docentes das Ifes. Isso fez com que houvesse um grande movimento de rejeição, em nível nacional, com a instalação de greve em 51 das 52 Ifes.

Ao perceber que a greve estava fortalecida e que a proposta de bolsa era insuficiente, o governo lançou o PID II, que mantinha novamente a idéia original de bolsas, desta vez estendendo a uma parcela mais significativa dos docentes. A proposta também não contemplava o interesse do movimento docente, sendo então desconsiderada.

Finalmente, às vésperas de expirar o prazo determinado pela legislação eleitoral, que impedia

reajustes a funcionários públicos até 90 dias antes das eleições, o governo apresenta a GED. Os docentes das Ifes viram-se encurralados diante da exiguidade do prazo para aceitação da proposta de gratificação. A partir de então, houve uma profunda divisão no interior do movimento docente entre os que aceitavam a GED como forma de reajuste de salário e aqueles que trabalhavam com a tese de que ela não contemplava o interesse dos docentes, definido pela pauta inicial de reivindicação.

Depois de 104 dias, a greve foi suspensa. Esse processo envolveu um conjunto de atores que interagiram na construção de uma proposta que vai muito além de uma simples remuneração para estimular a docência.

A concessão da GED nas Ifes está relacionada fundamentalmente à produtividade acadêmica de cada docente, comprovada a partir de um processo de avaliação em cada universidade.

Historicamente sempre houve grandes dificuldades em instituir um processo de avaliação nas universidades. Propostas como o Paru, Geres, Paiub, Provão e agora a GED são situações distintas, mas, a rigor, possuem uma identidade comum. Fazem parte de uma proposta de Avaliação Institucional.

O processo de avaliação que envolve a GED possui uma relação abrangente, está situado no

contexto da Reforma do Estado, integrando-se num conjunto de formulações definidas pelo MEC em sincronia com as orientações apresentadas pelo Banco Mundial para os países em desenvolvimento.

As reformas implementadas no Estado brasileiro fazem parte de um modelo de Estado mínimo. O neoliberalismo, apresentado como tendência hegemônica do capitalismo contemporâneo, foi formulado a partir do *Consenso de Washington* em 1989, envolvendo o Banco Mundial, o FMI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Naquela ocasião, definiu-se um conjunto de políticas pautadas fundamentalmente na "modernização" do Estado, no combate à inflação, na abertura comercial, no fim das restrições ao capital estrangeiro, entre outras "recomendações" aos países da América Latina e Caribe.

A universidade desempenha um papel importante no cenário de produção do conhecimento científico e tecnológico. Desdobramentos provocados pelo neoliberalismo apontam na direção de uma universidade cada vez mais produtiva, relacionada às expectativas do mercado.

Nesse sentido, tornam-se objeto de atenção os aspectos do processo de avaliação criado pela GED e suas relações com a concepção de universidade que a sustenta. Como consequência da aplicação da GED,

algumas mudanças no âmbito universitário, estreitamente ligadas ao produtivismo, começam a ser sentidas. Contudo, há uma construção ideológica feita pelo governo brasileiro segundo a qual o que importa é a qualidade do ensino superior, baseada em princípios como racionalização dos recursos humanos e físicos, eficiência, autogestão financeira e administrativa, descentralização e autonomia das Ifes. Essa nova situação paradigmática implica a reformulação do cotidiano universitário.

É importante verificar que as novas orientações políticas apresentadas pelo Estado no campo da Avaliação Institucional explicitam aspectos de uma construção paradigmática, definida a partir da introdução da GED nas Ifes, à qual subjaz uma concepção de universidade que emerge no bojo do movimento neoliberal.

Avaliação Institucional nas universidades brasileiras

A Avaliação Institucional ganhou um espaço destacado no âmbito das universidades, principalmente a partir de meados dos anos 90. Embora esse assunto sempre tenha sido considerado um desafio, sua propulsão esteve relacionada a vários aspectos, o que é importante destacar. O



Sindicato Nacional dos Docentes (Andes) sempre discutiu o problema como estratégia no sentido de estabelecer mudanças. Os reitores, através da Andifes, também trilharam caminhos para viabilizar o processo de avaliação, orientados pela idéia de diagnóstico. O governo, por sua vez, através do MEC, tem concebido a avaliação segundo uma lógica meritocrática. Sua preocupação em termos de avaliação tem residido no fomento e na formulação de centros de excelência, nunca perdendo de vista o poder (controle) sobre as universidades.

O início da década de 80 foi marcado por tentativas de estabelecimento de uma avaliação sistemática da educação superior brasileira. Duas concepções estavam presentes. Uma apontava para a idéia do controle e da hierarquização entre as instituições (governista) e a

outra buscava melhoria e mudanças (movimento docente).

Belloni (1998) afirma que a concepção governista responde ao "argumento neoliberal de que a classificação ou ranking estimularia a competitividade em um 'mercado' de instituições de educação com efeitos positivos para a qualidade". Seu ponto de vista se apóia na idéia de que a avaliação deve estabelecer mudanças na instituição e no sistema. A autora contrapõe-se a medidas que visam a premiação ou a punição.

Em nossa história recente de construção das universidades, a avaliação tem surgido de maneira mais evidente após a abertura democrática, quando houve um grande questionamento sobre democracia, autonomia e avaliação nas universidades. Foi instituído, entre 1983 a 1985, o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (Paru). Esse programa foi

conduzido pelo Conselho Federal de Educação (CFE) com apoio da Capes e do Bndes.

A intenção do Paru era fazer um diagnóstico institucional sobre questões relacionadas às universidades públicas e privadas, principalmente no que se refere ao ensino, à pesquisa e à extensão. Com a criação do Grupo Executivo pela Reforma do Ensino Superior (1985-1986), o Paru foi deixado de lado. O Geres foi idealizado pelo MEC exatamente para construir uma nova política para a educação superior no Brasil.

No final da década de 80, tivemos algumas experiências de avaliação institucional na educação superior. Dentre elas, podemos citar o exemplo da UnB, em 1986; o da USP, no final dos anos 80; o da UFMG, em 1988; e o da Unicamp, em 1989. Essas avaliações possuíam características diferenciadas, mas

fundamentalmente tratavam da identificação dos problemas e possíveis perspectivas, e, ainda, tratavam de diagnosticar as potencialidades daquelas instituições.

A partir de 1993, a Andifes deu um passo significativo ao constituir um grupo de trabalho para elaboração de uma proposta de avaliação. As propostas vindas das Ifes influenciaram a Sesu/MEC, que criou as bases para a implementação de uma política de avaliação, efetivando o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub-1983).

De acordo com Ristoff (1995), no Paiub existia um conjunto de princípios que expressava uma concepção de avaliação a partir da globalidade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, não-premiação ou punição, adesão voluntária, legitimidade e continuidade. As preocupações do

autor passam pela possibilidade de existência de uma "cultura da avaliação" dentro das universidades, onde haveria uma prática de avaliação permanente e relacionada com processos e resultados.

O Paiub se estendeu por várias universidades brasileiras. Na Universidade Federal de Santa Catarina, por exemplo, foi criado o Paiufsc, que estava orientado pelos princípios destacados anteriormente por Ristoff. As etapas do Processo de Avaliação envolviam um Programa de Formação Pedagógica dos Docentes (PFPD), a aplicação de questionários (aos alunos, professores e ex-alunos), informações da instituição, seminário de curso de graduação, avaliação e seminário da pós-graduação, um documento síntese de acordo com as diretrizes do Paiub e, finalmente, uma avaliação externa (UFSC, 1994).

No Paiufrgs, inicialmente, houve um processo de descentralização, com a formação dos Núcleos de Avaliação das Unidades (NAUs). Conforme é destacado por Morosini & Leite (1997), as diretrizes orientadoras do programa foram: democratização, autonomia, qualidade formal (das ações) e política (das influências), legitimidade, auto-adesão e comparabilidade interna.

Em 1995, através da lei 9131/95, o MEC estabelece uma nova proposta de avaliação através da instalação do Exame Nacional dos Cursos, conhecido nas universidades como Provão. As características dessa proposta caminharam na direção do estabelecimento de um ranking dos cursos de graduação em todo o país.

Por fim, uma proposta de

avaliação combinada com um reajuste de salário dos docentes das Ifes foi instituída em 1998, a GED, pela Lei nº 9.678 (03/07/98). A concessão da GED aos docentes inaugurou uma nova etapa na história da Avaliação dentro das universidades.

As reformas do Estado e os reflexos na educação superior

É necessário compreender as atuais políticas educacionais desenvolvidas a partir das reformas do Estado brasileiro focalizando o movimento neoliberal que desencadeia consequências gerais, inclusive na área educacional. Para os professores universitários, a Autonomia Universitária não dispensa a Avaliação Institucional. Esta, contudo, não deve ser imposta, nem condicionar o recebimento de uma gratificação de estímulo à docência. Caso contrário, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, um dos sustentáculos da qualidade, pode ser rompida.

Para entender a proposta de Avaliação Institucional em curso, principalmente a partir da implementação da GED pelo MEC, é preciso explicitar as formulações do Estado.

As consequências advindas do neoliberalismo são marcantes. Atingem de maneira fulminante na redefinição dos Estados nacionais. O Estado, segundo essa construção paradigmática, não deve mais intervir decisivamente na economia. As privatizações de empresas estatais surgem como mecanismo de repasse do que outrora era público para a iniciativa privada.

Esse fluxo para o setor privado, beneficiado pelo setor público, era sentido em outros momentos, mas atualmente aparece de maneira mais visível, sob o manto da contenção do déficit público.

As Constituições, elaboradas numa época em que se cogitava uma tentativa de soberania nacional, precisam, segundo a nova ordem, se enquadrar ao novo modelo. A reestruturação do Estado, aliada ao processo de globalização, atinge principalmente o terreno da economia. Em linhas gerais, os Estados periféricos passam a adquirir tecnologia (consumir), servindo, no máximo, como produtores de matéria-prima. Com isso, acentua-se o processo colonialista de dominação.

A tecnologia é apenas uma parte dessa dominação global; soma-se a ela o poder da comunicação e da ciência. O tripé ciência – tecnologia – comunicação tem sido sistematicamente trabalhado pelas classes dominantes de maneira estratégica, pois o seu controle poderá determinar o domínio da humanidade.

A educação superior pública brasileira atingiu um patamar elevado de elaboração em diferentes áreas do conhecimento. Contudo, são preservados um modelo piramidal, baseado no fomento de núcleos de excelência que atuam no nível de produção científica, e outros centros periféricos que absorvem esses conhecimentos.

É possível estabelecer novas propostas administrativas baseadas em ações participativas e flexíveis, distintas das tradicionais formulações tayloristas. Alberto Guerreiro Ramos (1981)

estabelece uma ruptura, criando um modelo com múltiplos cenários onde o ser humano é a parte mais significativa da sociedade, em contraposição à visão de organização centrada no mercado.

Seria necessário, então, discutir alternativas de ação na esfera pública que permitissem o desenvolvimento de políticas para o setor educacional com múltiplos atores.

A tendência do Estado contemporâneo é a de restringir a democracia. Sodré (1996), por exemplo, afirma que está em curso um processo de eliminação dos direitos democráticos. Para o autor, a democracia "é determinada pelas relações de propriedade e de poder". Afirma, ainda, que existe uma confusão conceitual que faz passar por democráticas as posições e medidas que tendem sempre a reduzir os direitos da cidadania.

Tais argumentos indicam parte do distanciamento que existe entre os administradores do Estado e a demanda social, impedindo que se tenha uma perspectiva de abertura de espaços e uma definição de políticas "verdadeiramente" públicas que possam dinamizar a Educação Superior num nível que atenda às necessidades da sociedade.

A GED nas Ifes

A Gratificação de Estímulo à Docência inaugura uma outra fase de avaliação dentro das Ifes: o pagamento de uma gratificação por tarefas realizadas. É o princípio do método taylorista aplicado à universidade, algo já superado na instituição. Parte do salário dos docentes entra num sistema de pontuação que atribui pesos

diferenciados para atividades de ensino, pesquisa, extensão, formação e administração. Possui, no geral, uma constituição quantitativa na produção científica e no ensino.

Desde o seu surgimento a GED foi contundente. Como apresentado anteriormente, a Gratificação de Estímulo à Docência representou uma solução governista depois de uma greve longa. O lançamento da proposta de modo autoritário, somado ao aspecto excludente, fez com que houvesse um movimento nacional de rejeição, e houve a deflagração da greve nas Ifes. A "aceitação" dessa gratificação, em vez do reajuste de salários, provocou uma cisão entre os docentes.

A implementação da GED envolveu um conjunto de atores responsáveis pela sua efetivação, em especial, os dirigentes do MD e os representantes do MEC. Também existe um conjunto de princípios que envolvem essa proposta. Na essência, a GED prima pela produtividade acadêmica de cada docente, comprovada a partir de um processo de avaliação desencadeado em cada universidade, inclusive com critérios distintos.

A avaliação institucional historicamente também tem sido tratada de maneira distinta, segundo interesses circunstanciais. Poucas vezes relacionada com a autonomia universitária e a participação democrática, a implementação da GED reafirma ao conjunto da universidade a sua debilidade no trato dessas questões.

Belloni (1999) entende que a GED não tem sido tratada como um processo de avaliação de desempenho docente, como está disposto na lei. Nesse seu estudo

recente, a autora afirma que a "GED é um procedimento para atribuição de gratificação pecuniária por atividade realizada. Não se constitui, portanto, em um processo de avaliação de desempenho docente". Os primeiros resultados sobre a distribuição da GED indicam que 64,52% dos docentes atingiram os 140 pontos necessários para recebê-la integralmente (100%).

A autora concluiu em seu estudo que há uma variação muito grande dos critérios ou dimensões priorizadas e uma distinção no número de pontos atribuídos numa mesma atividade nas universidades, no momento da concessão da GED pelas comissões locais de avaliação. Oliveira (1999) concorda com Belloni ao afirmar que "a GED é um sistema de pagamento de salários por tarefas, independentemente da 'qualidade' das tarefas". Como não existe um critério único definido nacionalmente, o docente que obtiver o mínimo exigido pela legislação de 8 horas-aula semanais estará apto a recebê-la. Desses, 88% receberam. As distorções na condução da implementação da gratificação (GED), através de um processo de avaliação de desempenho, já foram sentidas.

É dentro desse enfoque (avaliação – reformas – produtividade), tendo como atores o governo e o movimento docente, que precisamos nos orientar. Por certo, é um contexto completamente antagônico vivido por ambos. Embora se tenha formulado um processo de avaliação relacionado à gratificação, a concepção da GED apresenta um conjunto de contradições que precisam ser entendidas e exploradas.



Referências bibliográficas

- BALZAN, N.C. & SOBRINHO J. D. (Org.) *Avaliação Institucional - teoria e experiência*. São Paulo: Cortez, 1995.
- BELLONI, Isaura. A GED no contexto da Avaliação Institucional. *Universidade e Sociedade*. n° 17. 1998. pp. 52-56.
- _____. GED: análise exploratória dos seus primeiros resultados [on line]. Documento disponível na internet via [www: <URL: www.andes.org.br>](http://www.andes.org.br), março de 1999.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1996. 257p.
- MARCUSE, Herbet. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MOROSINI, M. C. & LEITE, D. B. C. Avaliação Institucional como um organizador qualificado: na prática, é possível repensar a universidade? In SGUISSARDI, V. et alli. *Avaliação Universitária em questão - Reformas do Estado e da educação superior*. Campinas: Autores Associados, 1997. p. 123-148.
- OLIVEIRA, Renato de. A GED e a responsabilidade de um sindicato docente. Brasília – DF, *Informandes*, Ano X, n° 90 – março/abril de 1999.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1981.
- SGUISSARDI, Valdemar. *Universidade, Fundação e autoritarismo – o caso da UFSCar*. São Carlos, SP: EDUFSCar, 1993.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Imperialismo e neoliberalismo. *Revista Princípios*. n° 42. 1996. p. 16-21.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC. *Avaliação da Universidade Federal de Santa Catarina – o projeto*. Florianópolis - SC, 1994.

A supressão dos Colégios de Aplicação

OLINDA EVANGELISTA

Professora no Departamento de Estudos Especializados em Educação da UFSC¹

Há muito se reflete sobre o destino das escolas de ensino fundamental de algumas universidades federais. Tais escolas não podem contar com a compreensão do governo para continuarem fazendo parte do sistema federal de ensino superior. Nos documentos internacionais e nacionais prescinde-se das "escolas de aplicação". Torna-se importante, portanto, conhecer os delineamentos do programa de FHC para a problemática, para que possamos não apenas discuti-los mas enfrentá-los.

As escolas de aplicação no Brasil surgiram ligadas organicamente à formação docente, prestando-se à experimentação pedagógica; aos testes de inteligência para verificar capacidades intelectuais e organizar classes; à prática de ensino dos alunos dos cursos de formação do professor. Por outro lado, destinavam-se ao exercício da ciência para validá-la como solução

aos problemas do desenvolvimento cultural da nação, sob a égide da industrialização. A primeira escola vinculada à universidade, denominada escola anexa, foi a do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo-leusp, criada em 1934. De inspiração escolanovista e vocacionada a funcionar como laboratório para experimentação do que seria desejável ao trabalhador, era parte de um programa no qual a formação das elites condutoras e das "massas ignoras" dependeria da formação do professor.

Fernando de Azevedo, diretor do Instituto e responsável por este modelo, reproduziu o sistema educativo na universidade para dela exportar o conhecimento à rede de ensino. Estava em jogo um projeto de hegemonia política burguesa de objetivos nacionalizadores. Alardeado como científico, expressava de fato desejos de controle social e de impedimento de movimentos populares de desagregação, assombrados pelo movimento operário e a Revolução Russa. Entretanto, o leusp não conseguiu reunir as forças políticas necessárias para manter-se como modelo nacional de formação do magistério, sendo arbitrariamente encerrado pelo governo getulista,

em conluio com a Igreja Católica, durante o Estado Novo. Desse episódio nasceu, em 1939, um modelo em que a formação do mestre tornou-se incumbência das Faculdades de Filosofia.

Em meados da década seguinte, o Decreto-Lei n° 9.053, de 1946, veio demonstrar que as escolas de aplicação não haviam sido eliminadas de projetos educacionais, incumbindo àquelas faculdades a manutenção de ginásios de aplicação para prática docente dos alunos do Curso de Didática. Pouco mais tarde, o Decreto-Lei n° 9.092 vinculou a obtenção da licença para o magistério a um ano de exercício docente nesses ginásios. A defesa desse tipo de escola permaneceu no ideário educacional de importantes intelectuais ainda durante as décadas de 50 e 60, período em que duas instituições se destacaram: o Colégio de Aplicação da USP e o da Universidade de Brasília. Na última os antigos Cursos de Pedagogia e Didática tornaram-se parte da Faculdade de Educação, supondo a demonstração e a experimentação pedagógicas em escolas primárias e médias universitárias, mas articuladas ao sistema de ensino.

A partir daí, as escolas de aplicação praticamente desapareceram da legislação. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n° 4.024, de 1961, e as Leis n° 5.692, de 1971, para o 1° e 2° graus, e n° 5.540, de 1968, para o Ensino Superior, não previram escolas desse gênero. Essa ausência derivou certamente da reorientação política e das críticas que

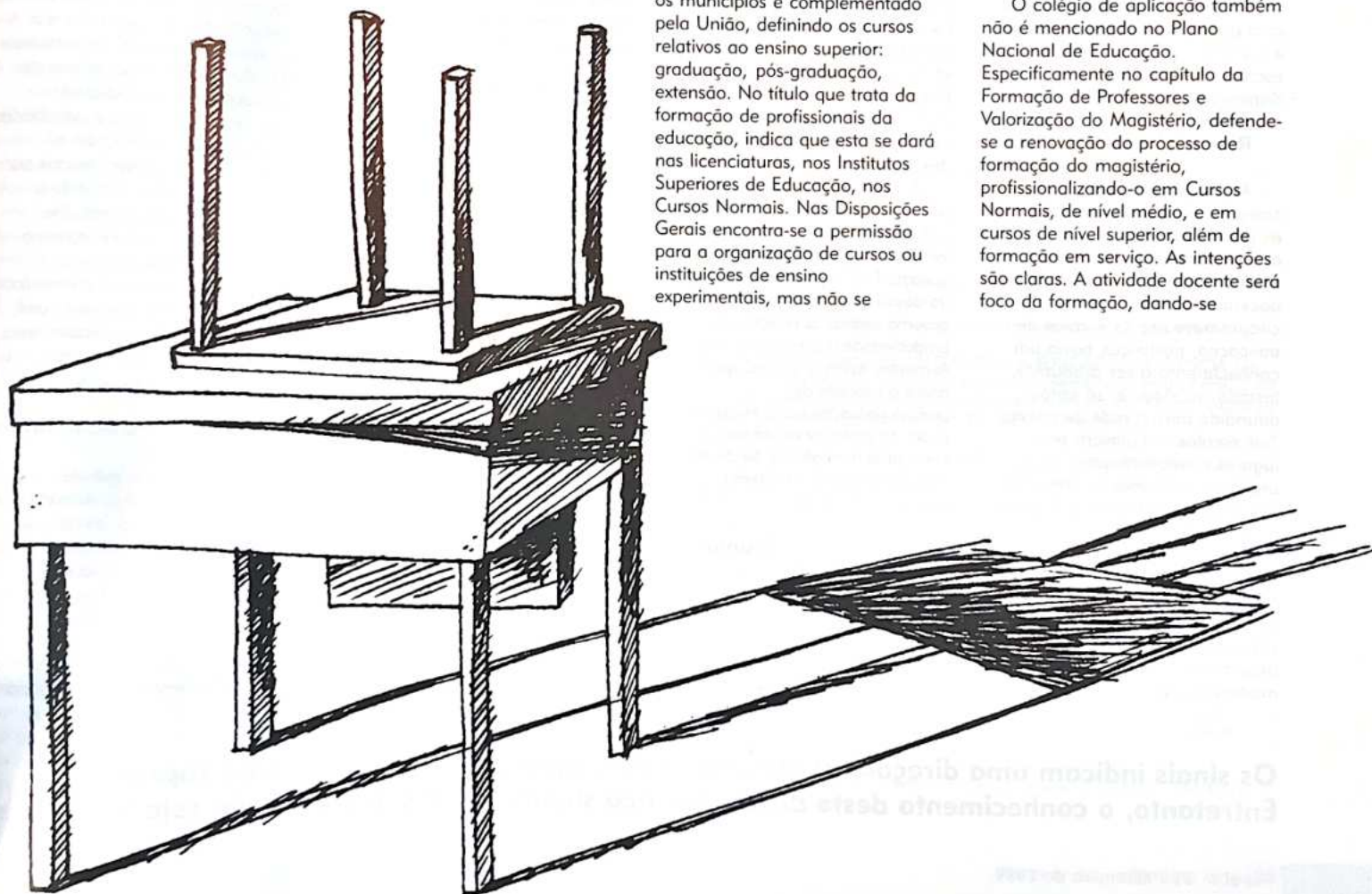
receberam por seu caráter elitista, sua ênfase excessiva na Psicologia, pelo relevo às técnicas de ensino e por estarem distantes da prática, entre outras. A formação de professores deveria ligar-se à rede de ensino, à "prática real". Argumentava-se, ademais, que a rede era diferente em sua clientela, assim como em seus professores, não sendo democrático manter-se uma escola cujos padrões não podiam ser extensivos às redes públicas estaduais e municipais.

A escola de aplicação no governo FHC

Embora excluídas do ideário e da legislação educacional, as escolas existentes ligadas às universidades permaneceram, com a mesma ou outra denominação, mas nem sempre com as finalidades originais. No que se refere ao projeto político de FHC, pode-se dizer que, em certo sentido, o MEC apropriou-se da crítica antes elaborada, vinculando a formação do professor à rede pública de ensino. É desnecessário lembrar que objetivos mais pragmáticos, como suprimir colégios desvantajosos economicamente ao poder público federal e eliminar disparidades indesejáveis politicamente, estão aí subsumidos.

É preciso lidar com a idéia de que, para o governo, as escolas de aplicação — resquício histórico de um programa superado — não se revestem de significância para difusão e consolidação de qualquer dos aspectos da hegemonia burguesa nesse momento histórico. Foram dispensadas como

É preciso lidar com a idéia de que, para o governo, as escolas de aplicação — resquício histórico de um programa superado — não se revestem de significância para difusão e consolidação de qualquer dos aspectos da hegemonia burguesa nesse momento histórico.



laboratórios de experimentação da ciência e como local de produção em pequena escala de uma concepção de mundo que, após depurada, seria vastamente difundida. A legislação atual é expressiva disso. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 reza que é obrigação do poder público oferecer o ensino fundamental em cooperação com os municípios e complementado pela União, definindo os cursos relativos ao ensino superior: graduação, pós-graduação, extensão. No título que trata da formação de profissionais da educação, indica que esta se dará nas licenciaturas, nos Institutos Superiores de Educação, nos Cursos Normais. Nas Disposições Gerais encontra-se a permissão para a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, mas não se

depreende daí que se trate de escolas de aplicação. Por fim, nas Disposições Transitórias, exprime a posição relativa a um período de transição em que o Conselho Nacional de Educação poderia propor mudanças desde que respeitada a autonomia universitária; de novo não há referências aos colégios de aplicação.

O colégio de aplicação também não é mencionado no Plano Nacional de Educação. Especificamente no capítulo da Formação de Professores e Valorização do Magistério, defende-se a renovação do processo de formação do magistério, profissionalizando-o em Cursos Normais, de nível médio, e em cursos de nível superior, além de formação em serviço. As intenções são claras. A atividade docente será foco da formação, dando-se

condições aos alunos de contato direto e contínuo com a "realidade das escolas".

Finalmente, os *Referenciais para formação de professores da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental* apresenta a proposta de qualificação docente do MEC e seu coração, a profissionalização, indicando a supervisão e o grupo de estudo como momentos privilegiados de contato com a prática pedagógica e o exercício profissional real. As escolas de aplicação foram, pois, dispensadas.

Rumo à síntese

Alguns pontos podem ser comparados para verificarem-se as diferenças entre as proposições apresentadas. Na década de 30, a prática pedagógica na formação docente universitária circunscreveu-se às escolas de aplicação, posto que havia um conhecimento a ser produzido, testado, validado e, só então, difundido para a rede de ensino. Tais escolas vinculavam-se a lugares específicos para preparação do mestre, isto é, a Faculdades, Institutos ou Escolas de Educação, em nível universitário. Mais tarde, nos anos 40, essa formação ficou sob responsabilidade das Faculdades de Filosofia, tornando-se a área educacional uma seção ou departamento destas. Nesse modelo os ginásios de aplicação

cumpriam função assemelhada às escolas anteriores, isto é, serviam como espaço de aplicação de conhecimentos adquiridos nas várias disciplinas e de exercício da ciência. Num e noutro modelo a produção do conhecimento pedagógico está condicionada à instância de âmbito superior ou universitário, cabendo também ao nível médio a formação do mestre. Nos anos 70 essa tradição foi rompida. A formação do professor no segundo grau efetivava-se ao lado de outras habilitações, e no terceiro grau acentuava-se a qualificação dos especialistas do ensino, desqualificando-se o professor.

A pedagogia da década de 70 foi suficientemente criticada. Essa crítica compôs inúmeros projetos políticos, inclusive o que agora apresenta o governo FHC. Usando o argumento da desqualificação docente, o governo explica os baixos índices de produtividade das escolas públicas. Alimenta, assim, o solo no qual nasce o conceito de profissionalização e o correspondente papel do professor na difusão de uma dada mentalidade tendo em vista a renovação do sistema educacional e social.

Professor, mais uma vez convocado

Um tal desiderato — renovação do sistema — requer uma relação estreita entre os níveis de ensino pela capacitação de professores,

estratégica, introduzindo-se o componente tecnológico na educação e na cultura. O sentido dessa política é dado por sua contribuição para o desenvolvimento, porque ajuda a "compreender e, de algum modo, dominar o fenômeno da globalização", favorecendo "a coesão social". O mestre, de posse de sua varinha de condão, deverá realizar o espírito do século XXI: nacionalismo aliado a universalismo; preconceitos étnicos e culturais resolvidos com tolerância e pluralismo; totalitarismo suplantado pela democracia.

Essa orientação articula-se às diretrizes emanadas das agências multilaterais de fomento para as quais três desafios se apresentariam para o século vindouro: inclusão dos países "periféricos" no mundo da ciência e da tecnologia; adaptação das culturas à sociedade da informação e modernização das mentalidades; democratização das relações humanas pela vivência em comunidade. A demanda por ser cidadão do mundo ao mesmo tempo em que perduram sentimentos de ligação com a comunidade configuraria a tensão entre a "vertigem provocada pela mundialização e a necessidade de referências e raízes". Tal tensão enfrenta, da ótica do Estado, uma escola pouco atraente e pouco competitiva em relação à TV, à pobreza, à fome, à violência e às drogas.

Posições dessa natureza, defendidas no Relatório Jacques Delors, textualmente citado nos *Referenciais*, chamam a atenção para o conceito de formação continuada enraizado na idéia de "educação ao longo de toda a vida", correlata à de "sociedade educativa". O "lugar de ensino" expande-se, sugerindo-se a exploração do potencial educativo dos meios de comunicação, da profissão, da cultura e do lazer simultaneamente à radicalização do uso do tempo. A sociedade educativa, ou sociedade da informação ou sociedade do conhecimento ou sociedade cognitiva, significaria a possibilidade de aquisição, atualização e utilização dos conhecimentos por parte do indivíduo, reduzido a portador de força de trabalho, potencializando sua inserção no mercado. Caberia, então, à educação básica gerar competências na leitura, escrita, expressão oral, cálculo, resolução de problemas e, no plano do comportamento, aptidões, valores, atitudes.

A sociedade educativa

O conceito "sociedade educativa" é ardiloso. Afinado aos interesses do Estado, indica que, sendo o capitalismo a única saída possível para a humanidade, as contradições teriam desaparecido. Trata este projeto de construir consensos em torno de seus interesses, dando-lhe tradução universal e tornando "a sociedade"

Os sinais indicam uma direção: as escolas de aplicação correm sério risco de supressão. Entretanto, o conhecimento deste desiderato não significa que sua efetivação seja inexorável.

educativa. "Trunfo" para a "paz, liberdade e justiça social", responsável pelo "desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico" e pelo recuo da "pobreza, da exclusão social, das incompreensões, das opressões, das guerras", a educação deve organizar-se com a consciência do quão "doloroso [e necessário]" é o "parto de uma sociedade mundial". Por decorrência, combaterá o desemprego, o subemprego, o sentimento de exclusão, a violência, a rebeldia, as drogas e a ausência de perspectiva de futuro.

Colégios de aplicação seriam capazes de realizar projeto político emanado das necessidades do "mundo real"? Não. A "sociedade educativa" soma à escola a família, a comunidade, as organizações não-governamentais, a cooperação internacional, particularmente do Norte com o Sul, e as autoridades oficiais. Não há uma especificidade a ser realizada por uma escola de aplicação. Considerando que a sociedade é educativa e o sistema de ensino flexível, pretende-se reduzir o insucesso escolar, economizando recursos humanos e materiais, e desenvolver competências cognitivas e afetivas ao lado de conhecimentos mínimos para aprendizagens futuras e convívio social. O professor almejado deverá colar-se à prática imediata, seja sob a perspectiva de dela extrair os conteúdos de sua formação, seja sob a de ela dirigir qualquer espécie de reflexão. Essa concepção pragmática recomenda ao professor o exercício simultâneo de outra profissão para ampliar sua visão da "realidade" e torná-la fértil na forja de "almas e braços" para o

mercado. O fecho de ouro é dado pela diretiz de que as instituições oficiais devem dialogar com os sindicatos para pô-los à disposição das reformas exigidas pela "sociedade educativa", dado que o magistério é uma categoria das mais organizadas.

Algumas conclusões

Não se pode refletir sobre as escolas de aplicação hoje existentes abstraíndo-as das políticas públicas para a educação e, em especial, para a universidade. Convivemos com a desagregação da universidade pública. Está sendo retirada dela sua atribuição de pesquisa. Como poderia nela permanecer uma escola experimental? Por outro lado, como compreender, na documentação referida, a elisão das instituições existentes? Os sinais indicam uma direção: as escolas de aplicação correm sério risco de supressão. Entretanto, o conhecimento deste desiderato não significa que sua efetivação seja inexorável. Creio ser possível discutir o sentido histórico das escolas de aplicação; a necessidade, ou não, de sua existência tanto conceitual quanto concreta; as relações a estabelecer com a instituição da qual é parte e com os cursos formadores de professores e pedagogos; sua possibilidade de realizar ensino, pesquisa e extensão; e, finalmente, a viabilidade de articulação política entre as instituições congêneres do país. Certamente há uma "política de silenciamento". Mas não sejamos nós "vencidos pelo silêncio", silêncio do Estado, silêncio dos professores.

Notas do texto / referências bibliográficas

1. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação. Doutora em História da Educação. e-mail: alinda@ced.ufsc.br
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. LDB e Fundo. Gabinete da Deputada Estadual Ideli Salvatti - PT, outubro, 1997.
- EVANGELISTA, Olinda. *A formação do professor em nível universitário - o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1934 - 1938). Tese de Doutorado. PUC/SP. 1997.*
- CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. *Dar resposta às necessidades fundamentais.* Jontiem (Tailândia), de 5-9 de março de 1990.
- MEC. CNE. *Diretrizes gerais para a formação do professor, nos termos dos Artigos 63 e 64 da Lei 9.394/96.* Brasília-DF, fevereiro de 1998.
- MEC. INEP. *Plano Nacional de Educação.* Brasília, dezembro de 1997.
- MEC. SEF. *Referenciais para formação de professores.* Brasília, (no prelo).
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Educação - um tesouro a construir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Relatório Jacques Delors.* São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC / Unesco, 1998.
- PROPOSIÇÕES PARA O ENSINO FUTURO. *Proposta elaborada pelos professores do Collège de France. 1985. RBEP, Brasília, 67(155), jan./abr., 1986.*
- RIBEIRO, Darcy. *Universidade de Brasília - um ano depois.* RBEP, vol. XL, n° 91, junho-setembro, 1963.
- SAVIANI, Dermeval. *Política e educação no Brasil.* São Paulo: Cortez/AA, 1988, 2° ed.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. FACULDADE DE EDUCAÇÃO. *Institutos superiores de educação.* Mimeo, 1999.
- WARDE, Mirian J. *O Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo.* GARCIA, W. (Org.) *Inovação educacional no Brasil.* São Paulo: Autores Associados, 1995, 3 ed.
- WEREBE, Maria José G. *Grandezas e misérias do ensino no Brasil.* São Paulo: DIFEL, 1970, 4 ed.

A conquista interminável

ROGÉRIO LUIZ DE SOUZA

Professor do Departamento de História da UFSC

No emaranhado jogo da recomposição histórica latino-americana, estamos acostumados a ouvir a versão da conquista deste continente a partir de uma concepção eurocêntrica e, portanto, dentro de uma proposta ardilosa e violenta de dominação e de submissão econômico-cultural. Por isso, a necessidade, desde o primeiro dia de sua conquista, de se destruir aquelas identidades que orientaram e orientam sua caminhada através da história. Cantando Camões, os conquistadores de ontem e de hoje atravessaram mares nunca dantes navegados; protegidos pela força divina dilataram seu império; com engenho e arte espalharam seus barões; e sequiosos pelo poder edificaram Novo Reino, à custa daquela "gente remota" que dominaram.

Mas, talvez, seja o momento mais adequado de se dar uma resposta contundente aos que insistem em olhar os 500 anos numa perspectiva comemorativa. A história da conquista tem demonstrado amiúde que as contradições inerentes ao sistema colonial e neocolonial são insuperáveis, deixando na marginalidade os países latino-americanos e impedindo sua luta emancipatória ao longo desse

período. Desse modo, torna-se imperiosa uma revisão crítica da "história do descobrimento", a fim de revelar os sujeitos que resistiram à dominação e que persistem na busca de sua identidade *sui generis*, numa tentativa lúcida de provocar a reescrita dessa mesma história a partir dos ecos de suas vozes.

É aqui que se encontra a coletânea de ensaios intitulada *Os 500 anos: a conquista interminável*, publicada pela Editora Vozes e organizada pelos professores da Universidade Federal de Santa Catarina Waldir Rampinelli e Nildo Ouriques. Eliminando qualquer possibilidade de se enxergar nos "500 anos" uma data celebrativa como quer a elite ufanista, que se mostrou incapaz de romper os grilhões da exploração do continente latino-americano, esta obra é uma investigação crítica desses cinco séculos de conquista. Nesse sentido, o estudo acaba se enveredando por dois caminhos distintos de análise. O primeiro consiste na denúncia das perseguições e das exclusões históricas, mostrando abertamente o extermínio étnico, a remodelação identitária dos costumes e dos hábitos culturais e a lógica perversa que está por trás da comemoração do "quinto centenário do descobrimento". Desafiando o leitor, o segundo caminho tem por finalidade otimizar a esperança e propor uma segunda e verdadeira emancipação da América Latina, fazendo revelar as resistências culturais e as aspirações do sujeito coletivo que se opõem à cosmovisão eurocêntrica da elite "crioula".

Portanto, a obra prende-se menos a um estudo acadêmico, embora construa, sem explicitá-la, sua análise a partir de categorias e de teorias epistemológicas, do que à demonstração analítica e cuidadosa das contradições históricas, políticas, sociais e econômicas. Busca-se a desconstrução e o desmonte, dentro de um espírito de indignação, das verdadeiras relações de dominação e de exploração. Uma crítica à violência do capital, do Estado e do interesse de classe que tende a se perpetuar.

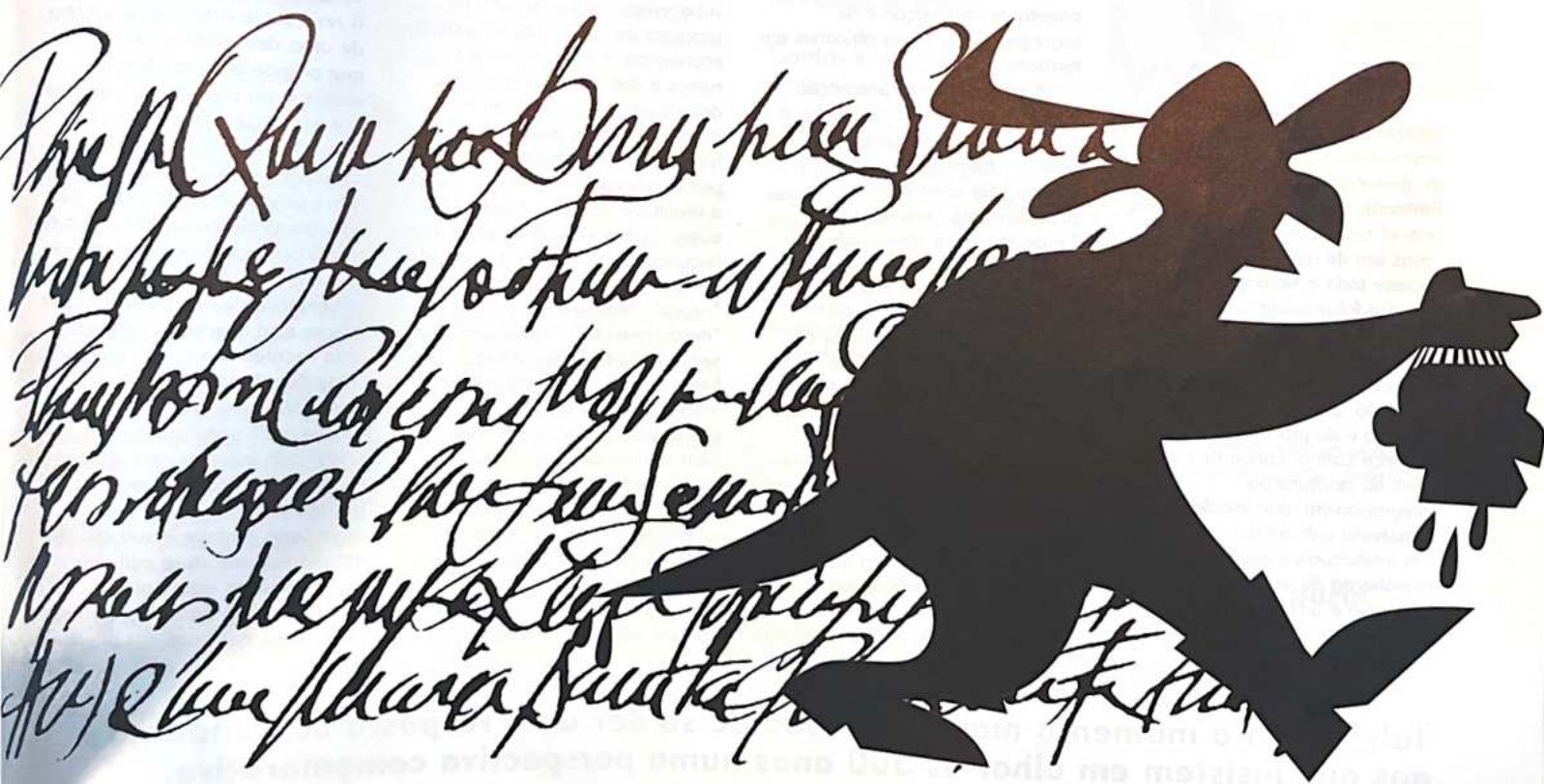
Partindo daí, os ensaístas, ligados a órgãos de defesa dos direitos latino-americanos e especialistas em Ciência Política, Economia Internacional, Sociologia e História, propõem uma revisão dos marcos históricos que instituíram uma realidade antagonista àquela vivida pelos verdadeiros agentes sociais e produtivos. Reconstruindo os acontecimentos passados e percebendo a situação atual, eles desnudam as intenções do movimento celebrativo dos 500 anos, desmitificam a fábula da conquista "branda", "menos violenta" e "tranquila" e recolocam na discussão do dia a questão da identidade e do espaço e memória nacionais. Por outro lado, talvez, falte à obra o resgate dos discursos construídos pelos próprios agentes dessa história, a fim de que, além da análise, a voz do excluído, do anônimo e do esquecido revele os anseios e os desejos concretos de sua cosmovisão. O que implicaria, possivelmente, a necessidade de se

contemplar a estrutura cotidiana, relacional e discursiva dessa realidade.

No primeiro capítulo ("500 anos de conquista e dominação"), elaborado pelo cientista político e membro do secretariado nacional do Cimi, Egon Heck, percebe-se a preocupação do autor com o extermínio indígena operado pelos herdeiros do projeto colonizador. A partir de um estudo comparativo, estabelece um paralelo entre o passado e o presente dos povos indígenas, revelando o processo de conquista destes povos que perdura até os dias atuais através da expansão das fronteiras agrícolas, da mineração e da exploração florestal. Numa segunda parte do trabalho, baseando-se no quadro estatístico das demarcações territoriais, faz um balanço da atual política fundiária indigenista no governo FHC. Sem muita ginástica analítico-econômica, constata a ineficiência do governo em concluir os processos de demarcação e em resolver os conflitos entre posseiros e indígenas. Este trabalho, aliás, opõe-se frontalmente à atitude simulada do Governo Federal em criar uma atmosfera harmônica e de solução fácil para a questão da delimitação territorial indígena.

O autor do segundo capítulo ("A fábula do V centenário"), o historiador Waldir Rampinelli, busca, no contexto histórico e na crítica teórica de Noam Chomsky, Heinz Dieterich e James Petras, desconstruir os mitos fabricados pela elite "crioula" nesses 500 anos de conquista. Além disso, mostra a "ação racional e organizada da

A redefinição dos rumos e dos discursos históricos deveria ser a primeira atitude destas classes na disputa pela história, já que a história contada pelos poderosos anulou e sepultou a vitalidade do povo.



Waldir José Rampinelli
Nildo Domingos Ouriques
(organizadores)

OS 500 ANOS

A conquista interminável



D. Pedro Casaldáliga
Heinz Dieterich Stéfian
Marcos Rodrigues da Silva
Egon Dionisio Heck
Luís Javier Garrido

violência dos países imperialistas" e desmascara a "história dos heróis" do genocídio latino-americano. Portanto, dentro desta perspectiva, não vê motivo para se festejar, "mas sim de repensar o Brasil para superar toda a herança colonial que nos foi imposta".

O ensaio de D. Pedro Casaldáliga ("Rever o Deus anunciado"), Bispo de São Félix do Araguaia, propõe a revisão do discurso e da prática eclesial na América Latina. Longe de aceitar a idéia da aculturação integracionista, que invade e destrói a essência cultural dos povos, pede aos intelectuais e aos teólogos uma reavaliação do seu conteúdo discursivo e um posicionamento crítico diante dos acontecimentos atuais na América.

O quarto capítulo ("Na escravidão e na exploração da mão-de-obra africana e afro-brasileira: 500 anos de luta e resistência de um povo"), elaborado pelo cientista social Marcos Rodriguez da Silva, recupera a genealogia da expropriação do produto trabalhado e da luta inaudita dos negros pela valorização de sua identidade étnico-cultural. Portanto, o ensaio aparece menos em uma linguagem folclórica do contributo afro à cultura brasileira do que num estudo crítico do projeto de dominação e de segregação dos povos africanos em território brasileiro.

A partir de uma percepção histórica arguta e consistente, o quinto capítulo ("Sociedade global - Identidade colonial"), escrito pelo cientista social e presidente do Foro para Emancipação e Identidade da América Latina, Heinz Dieterich, faz uma revisão do processo de destruição das identidades culturais latino-americanas ao longo desses últimos cinco séculos. Submetendo à reflexão o conceito de identidade, o autor depreende de suas argumentações que o sujeito social "que não tem consciência de sua história está condenado a repetir as amargas experiências do passado". Por outro lado, dentro de uma visão menos agnóstica e, portanto, mais otimista, acredita na permanência

do substrato profundo da identidade latino-americana, capaz de estabelecer os parâmetros de ação e de conduta que viabilizariam o processo emancipatório e que impediriam o avanço da globalização.

Já o economista Nildo Ouriques, no sexto capítulo ("O significado da conquista: cinco séculos de domínio e exploração na América Latina"), considera os 500 anos como uma história de longa duração contada pelos vencedores, o que, no entanto, não impossibilitaria "as classes subalternas" de avançarem no processo de emancipação político-econômica. A redefinição dos rumos e dos discursos históricos deveria ser a primeira atitude destas classes na disputa pela história, já que a história contada pelos poderosos anulou e sepultou a vitalidade do povo. Ademais, o autor, a partir da análise dos signos lingüísticos, desmitifica o conteúdo inventado das palavras "índio", "negro", "América", "descobrimento", "civilização". Na segunda parte de seu estudo, fundamentado no aparato teórico marxista, recupera a dimensão econômica, política e ideológica de sustentabilidade do domínio externo (estadunidense e europeu) e historiciza os atos de violência e as formas que possibilitaram a transferência do excedente produtivo nesses 500 anos e que, atualmente, determinam o fim dos espaços nacionais.

Por fim, o sétimo e último capítulo ("A resistência zapatista"), elaborado pelo cientista político Luís Javier Garrido, quer chamar a atenção do leitor para a possibilidade real de se resistir ao que aparentemente se apresenta como irreversível. Mostrando a trajetória de resistência dos indígenas de Chiapas e do Exército Zapatista de Libertação Nacional, conclui que a resistência dos povos latino-americanos vai sendo gestada desde os primeiros anos da conquista. Hoje, segundo o autor, a resistência organiza-se dentro de uma democracia sintetizada, que propõe uma mudança do exercício do poder e que leva em consideração o diálogo com a sociedade civil e o Estado.

Assim, os autores se debruçam sobre uma síntese ampla daquilo que, de modo geral, já foi dito e refletido diversas vezes, mas que tem agora a intenção de recuperar e de dar visibilidade ao que se está querendo apagar, para manter vivo o movimento de reivindicação. Além de denunciarem o evento comemorativo do quinto centenário, os ensaístas querem encorajar o leitor a reavaliar sua postura e o homem latino-americano a assumir sua história, manter sua estrutura cultural, organizar suas estratégias e construir seu próprio projeto de autonomia nacional.

Talvez seja o momento mais adequado de se dar uma resposta contundente aos que insistem em olhar os 500 anos numa perspectiva comemorativa.

Aos colaboradores

Leitores interessados em publicar seus textos na revista Plural devem observar as seguintes normas para envio de artigos.

1. Os textos devem conter, no máximo, dez laudas (25 mil caracteres). Um texto ideal seria de cinco ou seis laudas. Autores que excederem o tamanho máximo serão contactados para considerarem a possibilidade de cortes no texto.

2. O Conselho Editorial recomenda que:

2.1 – Sejam evitados vocabulário especializado, glossários e frases muito extensas;

2.2 – Sejam evitados títulos e subtítulos acadêmicos como "Introdução", "Método de Trabalho" e "Considerações Finais". Contudo, sugere-se o uso de intertítulos a cada 30 linhas de texto;

2.3 – Sejam produzidos textos com conteúdo atualizado e informativo, evitando-se a produção de textos herméticos, "empolados", desinteressantes, com informações já conhecidas, chavões político-partidários, etc.;

2.4 – Título e conteúdo sejam compatíveis, em que as expectativas geradas sejam efetivamente realizadas ao longo do texto.

3. O Conselho Editorial dará preferência a textos produzidos especificamente para a revista. Deve-se evitar a simples reprodução de palestras, monografias, etc. Quando o autor julgar relevante a publicação desse tipo de material, deverá adaptá-lo seguindo as normas de publicação.

4. As referências bibliográficas, quando necessárias, devem ser citadas de acordo com as normas da ABNT.

5. Os artigos deverão ser encaminhados em disquete, com uma cópia impressa, digitados no programa Word for Windows. Deve constar nome do autor, profissão/cargo, local de trabalho, endereço e telefone para contato, assim como um breve resumo de dez linhas sobre o conteúdo do texto.

6. Ilustrações ou fotos poderão ser fornecidas pelos autores, assim como a indicação de pequenos trechos que possam ser destacados dentro do artigo.

7. A revisão dos textos será feita por profissionais contratados pela APUFSC, podendo o autor solicitar uma leitura posterior à revisão.

Diretoria de Divulgação e Imprensa

Seções de Plural

Resenhas críticas

Serão aceitas resenhas críticas de livros, artigos, periódicos e teses com informação completa da fonte resenhada. Tais resenhas deverão conter, no máximo, 100 linhas (aproximadamente 8 mil caracteres).

Espaço Plural

Serão aceitas cartas, desde que eticamente redigidas. Deverão conter, no máximo, 40 linhas.

Contos e poemas

Serão aceitos, desde que aprovados pelo Conselho Editorial.

Indicador de leitura

Sugestões de livros e revistas recentemente lançados no mercado editorial e que tenham relação com a linha editorial da revista e com as atividades do Sindicato.

Professor-repórter

Curtos relatos de experiências vivenciadas em outras instituições acadêmicas, tanto nacionais como no exterior, relacionadas com a sobrevivência e vida acadêmica nesses locais.

Intercâmbio universitário

Trocas de informações, experiências e outros temas relacionados às atividades da comunidade acadêmica, especialmente aspectos polêmicos (como avaliação docente, papel das CPPDs, etc.).

Plural é distribuída gratuitamente para:

Todos os associados da APUFSC-SSind;
Todos os sindicatos do Estado de Santa Catarina;
Todas as universidades federais brasileiras;
Todos os deputados estaduais e
Todos os vereadores de Florianópolis.

Plural / APUFSC-SSIND. - 1, n. 1 (jul.
/ dez. 1991) - . - Florianópolis: APUFSC/
SSIND, 1991 - v.; 30 cm.

Semestral.
INSS 0103-9717.

I. Associação dos Professores da
Universidade Federal de Santa Catarina

Desejo fazer uma assinatura da revista Plural por

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> um ano ou | <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> dois anos ou |
| <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> duas edições | <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> quatro edições |

Nome

Endereço

CEP Bairro Cidade

Estado

Local e data

Assinatura

Valor de assinatura: um ano (duas edições): R\$ 20,00; dois anos (quatro edições): R\$ 40,00.

Sob pedido, sócios da APUFSC-SSind receberão a revista gratuitamente.



Plural

Revista da Associação dos Professores da UFSC

